

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018/SEMA (ANTIGA CONCORRÊNCIA 001/2016 E CONCORRÊNCIA 001/2017)	
Nome do convênio	Nº do contrato de repasse
Plano Estadual de resíduo sólidos de Mato Grosso	0372171-80/2011/MMA/CAIXA
PROCESSO Nº 252833/2015 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018/SEMA TIPO: TÉCNICA E PREÇO DATA: 09/07/2018 – HORÁRIO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 08h30min LOCAL: Auditório Pantanal localizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso. OBJETO: Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS (Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso), UNIDADE DEMANDANTE: Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos	
ÍNDICE	
1. PREÂMBULO	2
2. DO OBJETO E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	2
3. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES	4
4. DA HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO	5
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	10
6. DA PROPOSTA TÉCNICA	12
7. DA PROPOSTA COMERCIAL	33
8. DO RECEBIMENTO E CREDENCIAMENTO	35
9. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	38
10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	40
11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	41
12. DOS RECURSOS	41
13. DO CONTRATO	42
14. DA CONTRATADA	43
15. DA CONTRATANTE	46
16. DA METODOLOGIA, DO PAGAMENTO, DA GARANTIA	47
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO	50
18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	52
19. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	52
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	52
ANEXO I	55
ANEXO II	101
ANEXO III	112
ANEXO IV	114
ANEXO V	115
ANEXO VI	116
ANEXO VII	117
ANEXO VIII	118
ANEXO IX	119

1. PREÂMBULO

1.1 O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, neste ato representado **ORDENADOR DE DESPESAS**, designado pela Portaria nº 250, publicada no D.O.E. do dia 19 de abril de 2016, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO (POR LOTE)**, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como as disposições deste Edital.

1.2 No dia 09 de julho de 2018 às 08h30min, com no máximo 30 minutos de tolerância, no seguinte endereço **Auditório Pantanal localizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso.**, as empresas interessadas em participar do certame deverão entregar suas propostas, à Comissão de Licitação, que estará reunida para esta finalidade, ocasião em que se dará início à abertura dos Envelopes.

2. DO OBJETO E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 A presente Concorrência pública tem por objeto a Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS (Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso), conforme especificações discriminadas neste Edital.

2.2 Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.3 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

2.3.1 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

2.3.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punidas com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010;

2.3.3 Estrangeiras que não tenham sede no País.

2.3.4 Empresas nas quais os diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócio, figure como funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado no Estado de Mato Grosso.

2.4 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.5 Será admitida a participação de consórcios, atendidas as condições previstas no artigo 33 da Lei 8666/93, quais sejam, bem como aquelas estabelecidas neste edital:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexistente este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.5.1 O Termo de Compromisso de que trata a lei deverá acompanhar a proposta comercial e será submetido ao conhecimento dos demais licitantes.

2.5.2 O Termo de Compromisso deverá conter as seguintes informações:

I - Nome do consórcio;

II - Empresas participantes;

III - Indicação da empresa líder;

IV - O número do edital de licitação;

V - O prazo de duração do consórcio;

VI - O endereço do consórcio;

VII - As obrigações e responsabilidades a serem assumidas pelo futuro consórcio e as relativas às empresas consorciadas;

VIII - A forma de administração;

IX - A repartição das despesas e resultados;

X - A representatividade social de cada uma das empresas consorciadas;

XI - Modos de deliberação dos interesses comuns do consórcio.

2.5.3 Deverá também ser observado o Art. 279 da Lei Nº 6.404/76 e Art. 32 da Lei Nº 8.934/94.

2.5.4 No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do item 2.5.

2.5.5 O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

2.6 Será vedada a participação de uma única pessoa como representante de mais de uma licitante.

3. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1 Na data e horário determinados neste Edital, os interessados deverão apresentar a proposta, em invólucro único devidamente fechado, contendo 3 (três) envelopes distintos e lacrados, a saber: Envelope 1: Documentos de Habilitação; Envelope 2: Proposta Técnica; e, Envelope 3: Proposta Comercial, devidamente identificado, conforme abaixo:

A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Abertura às 08h30min do dia 00/00/2018

Contém 03 envelopes (Documentos de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta Comercial)

3.2 Os Documentos de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta Comercial deverão ser apresentados em envelopes distintos, fechados, contendo as seguintes indicações na parte externa de cada um dos envelopes:

Envelope nº 1: Documentos de Habilitação

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Abertura às 08h30min do dia 00/00/2018

Envelope nº 2: Proposta Técnica,

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Apresentação às 08h30min do dia 00/00/2018

Devendo ser apresentado um envelope por lote

Envelope nº 3: Proposta Comercial

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Apresentação às 08h30min do dia 00/00/2018

Devendo ser apresentado um envelope por lote

3.3 Os conteúdos dos envelopes deverão estar encadernados, com todas as folhas de cada um dos envelopes contendo a rubrica de representante legal da licitante, além de estarem numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o número exato do seu conteúdo.

3.4 Todos os documentos exigidos nos envelopes poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou ainda, em publicação de órgão de imprensa oficial. Fotocópia simples, devendo ser apresentado o original do momento da sessão de licitação para autenticação pela comissão permanente de licitação.

4. DA HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 A documentação de Habilitação deverá ser apresentado em 1 (uma) via encadernada, sem folhas soltas, com a indicação do nome ou razão social, endereço e número do fax da Licitante, **devendo constar um índice, constando a referência entre página e documento apresentado.** Neste envelope deverão estar contidos, e devidamente rubricados, os documentos abaixo discriminados, exigidos para a habilitação da licitante.

4.2 O Envelope nº 1 (Documentos de Habilitação), para **EMPRESAS CADASTRADAS** deverá conter os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo VI**).

b.1) No caso de microempresa, empresa de pequeno porte e sociedades cooperativas que, nos termos da LC nº.123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo VI**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo VI**).

e) Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Lei nº 5.194/66, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Lei nº 12.378/2010, em nome do licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição da sede da empresa licitante.

f) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, onde fique comprovado que o licitante (pessoa jurídica) elaborou projetos similares ao do objeto.

g) As **cooperativas** ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, de acordo com o que determina o artigo 107, da Lei 5.764/71;

i) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

4.3 O Envelope nº 1 (Documentos de Habilitação), para EMPRESAS NÃO CADASTRADAS deverá conter os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

4.3.1 Relativos à Habilitação Jurídica para empresas de GRANDE PORTE (INCLUSIVE COOPERATIVA ACIMA DO LIMITE PREVISTO NA LC 123/2006 PARA ME OU EPP)

a) Ato constitutivo da sociedade ou cooperativa, devidamente inscrito no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas e instrumento de eleição da diretoria ou contrato de sociedade comercial registrada na Junta Comercial;

a.1) **No caso de sociedades cooperativas**, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva, a sede;

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade não empresária, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.

f) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

g) Cédula de Identidade e CPF do responsável pela empresa.

h) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.2. Relativos à Habilitação Jurídica para MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (INCLUSIVE COOPERATIVA DENTRO DO LIMITE PREVISTO NA LC 123/2006 PARA ME OU EPP):

a) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

a.1) O documento em apreço deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

a.1) No caso de sociedades cooperativas, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

4.3.3. Relativos à Regularidade Fiscal empresas de GRANDE PORTE, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b.1) Poderão ser apresentadas de forma separada as respectivas certidões descritas na alínea acima, desde que ambas estejam dentro do período de validade nelas indicados. Se uma das certidões estiver vencida, o licitante deverá apresentar a certidão de forma conjunta como descrita na alínea "b".

c. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;

d. Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

d.1. Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

e. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site:

g. www.caixa.gov.br;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

Nota: Considerar-se-ão como válidos pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua emissão, os documentos que não apresentarem, expressamente, o prazo de vigência ou que não vierem acompanhados da cópia da Lei ou de instrumento legal equivalente que defina o respectivo prazo de validade.

4.3.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira para EMPRESA de **GRANDE PORTE, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para o lote, consubstanciado no seguinte índice:

ILC = AC/PC

Onde: ILC = Índice de Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

Somente serão habilitados os licitantes que obtiveram ILC igual ou superior a 1,5 (um e meio), apurado no balanço.

Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,50 (cinquenta centésimos), calculado pela fórmula:

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Observações: Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a3) Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a4) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

a.5) **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD)** deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

b) Certidão Negativa de Distribuições de Pedidos de Falência ou Concordatas (ou recuperação judicial) expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, em data anterior até 180 (cento e oitenta) dias da data de entrega efetiva dos Envelopes, exceto para cooperativas de acordo com o que determina o artigo 4º, da lei 5.764/71..

4.3.5. Relativos à Qualificação Técnica:

Será analisada a experiência da Licitante por meio da apresentação de atestados em nome da empresa, emitidos por empresas públicas ou privadas, comprovando a experiência do licitante na execução de trabalhos, cuja natureza seja compatível com o objeto da Licitação.

Nos termos do art. 30, da Lei nº 8.666/1993, a documentação relativa à qualificação técnica consistirá na comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e em quantidades com o objeto da presente licitação. A comprovação será feita por:

a) Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Lei nº 5.194/66, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Lei nº 12.378/2010, em nome do licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição da sede da empresa licitante.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, onde fique comprovado que o licitante (pessoa jurídica) elaborou projetos similares ao do objeto.

c) As **cooperativas** ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, de acordo com o que determina o artigo 107, da Lei 5.764/71;

4.4 Além dos documentos mencionados acima, as licitantes deverão apresentar as seguintes declarações:

a) Indicação da Pessoa Credenciada para tratar junto a SEMA/MT, de assuntos referentes a presente licitação;

- b) Declaração da direção da empresa Licitante, de que da sua diretoria, gerência, administração ou conselho técnico ou administrativo não participa servidor público da Administração Direta ou Indireta do Estado do Mato Grosso;
- c) Declaração da direção da empresa Licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;
- d) Indicação dos endereços para correspondência postal e do número do telefone e do fax do licitante e do endereço eletrônico;
- e) Declaração de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão; (anexo VI)
- f) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (anexo VI);
- g) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (anexo VI);
- g.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

4.5 As cooperativas ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver de acordo com o que determina o artigo 107, da lei 5.764/71;

4.6 Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem todos os documentos solicitados, ou, fazendo-o, tenham exibidos documentos com validade vencidas na data da abertura desta licitação, considerando-se que aos documentos cuja validade não esteja expressa no texto documental será a eles atribuída validade máxima de sessenta dias contados da data das suas respectivas emissões.

4.7 Poderá a Comissão declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 horas para a solução.

4.8 Aquele que apresentar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento for público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento for particular, independente da penalidade estabelecida no Decreto Estadual nº 840/2017.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1 Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme este Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

5.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 5.1.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

5.3 Por ocasião da Habilitação, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº. 123/06, neste momento deverá apresentar documentos que comprove sua situação de ME ou EPP.

5.4 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.5 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 5.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a análise das propostas, sob pena de preclusão.

f) A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA PARA TODOS OS LOTES

6.1.1. Proposta Técnica

A proposta técnica deverá ser apresentado em 1 (uma) via encadernada, original, sem folhas soltas e com todas as folhas numeradas, desde a primeira até a última e rubricadas pelo representante credenciado pela Licitante devendo abordar os seguintes aspectos:

Constarão da **PROPOSTA TÉCNICA** a concepção técnica e de gestão, a estrutura organizacional e da equipe técnica, sendo que apenas a qualificação técnica da equipe será pontuada conforme critérios estabelecidos neste documento. Enquanto que a proposta de concepção técnica e de gestão será avaliada apenas como apta ou inapta.

6.1.1.1. CONCEPÇÃO TÉCNICA E DE GESTÃO.

a) Conhecimento do problema

Os proponentes deverão evidenciar em suas propostas técnicas, o conhecimento que possuem referentes à elaboração de planos de resíduos sólidos, capacitação de gestores públicos e apoio ao sistema de gestão dos resíduos sólidos do Estado e sobre as características do Estado de Mato Grosso.

b) Metodologia

Os Proponentes deverão descrever:

- a metodologia geral de elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS e da Capacitação de gestores públicos;
- os procedimentos metodológicos específicos de que se valerão para elaborar o Plano; e
- a realização da capacitação de gestores públicos e
- as etapas e subdivisões dos trabalhos e das atividades que serão cumpridas, que deverão levar em consideração as indicações do Termo de Referência.

Em seguida, deverão apresentar o Plano de Trabalho com descrição detalhada das atividades a serem cumpridas, inclusive dos procedimentos metodológicos específicos a serem empregados.

Os proponentes deverão relacionar os recursos físicos que colocarão à disposição da equipe que executará o Plano e a Capacitação de gestores públicos e demais produtos. Tais

recursos deverão estar em consonância com a metodologia prevista, quantidade, período de utilização, e atividade do plano de trabalho em que serão aplicados.

Estão aqui incluídos equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, *plotters* etc), programas computacionais, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), imagens de satélite, equipamentos de campo, veículos e demais recursos físicos requeridos para o cumprimento das atividades integrantes do plano de trabalho de acordo com os procedimentos metodológicos propostos.

Os proponentes deverão apresentar cronograma físico, com tempo máximo de acordo com modelo constante no **anexo I-D do termo de referência**, que exprima a duração e o encadeamento das atividades previstas em seu plano de trabalho. Deverá também apresentar um organograma da equipe e respectivo cronograma de alocação.

A abordagem metodológica, os princípios a serem seguidos e o Plano de Trabalho são entendidos como elementos muito importantes para a avaliação das propostas.

c) Fluxograma de execução das metas e etapas e prazos

Apresentação da inter-relação entre as várias metas e etapas a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos globais e específicos. Este fluxograma deverá ser coerente em relação ao plano de trabalho como um todo.

A Licitante deverá utilizar no máximo 50 (cinquenta) páginas de formato A4, com fonte tipo Arial ou Times New Roman, mínimo tamanho 12. É permitida a utilização adicional de no máximo 5 (cinco) páginas, no formato A3 ou A4 para a apresentação de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações a critério da licitante.

Admite-se a inserção de quadros, tabelas, gráficos, desenhos, figuras e fotos, entre textos, com outro tipo de fonte e tamanho.

6.1.1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Compreende a capacidade do licitante, que deverá compatibilizar a utilização de equipamentos e pessoal, observados os aspectos práticos e as condições de flexibilidade, visando sempre uma agilização das soluções técnicas administrativas.

Compreende também a esquematização sistemática com que se propõe a executar os serviços com processos tecnológicos e científicos, caracterizando dessa maneira, a atuação, criatividade e desempenho.

a) Organograma

Descrição da equipe a ser alocada nos serviços, suas atribuições e responsabilidades.

b) Infra-estrutura de apoio

Indicar o suporte de informática previsto (equipamentos e softwares), bem como, as instalações, veículos, etc., a serem alocados nos serviços.

c) Cronograma de permanência do pessoal

Contempla as diversas áreas descritas no organograma, as categorias profissionais a serem utilizadas e as horas alocadas por técnicos, bem como, a equipe permanente a desenvolver o objeto.

6.1.1.3. EQUIPE TÉCNICA

A EQUIPE TÉCNICA deverá ser composta pelo Coordenador Geral e por 8 (Oito) Especialistas Setoriais, conforme descrito a seguir:

- a) Coordenador Geral: Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação,
- b) Especialista Setorial I e II – Profissionais de nível superior em Engenharia (02 profissionais)
- c) Especialista Setorial – Meio Ambiente: Profissional de nível superior em área afim
- d) Especialista Setorial – Socioeconômico: Profissional de nível superior em área afim
- e) Especialista Setorial – Planejamento Urbano: Profissional de nível superior em área afim
- f) Especialista Setorial – Jurídico: Advogado, devidamente inscrito na OAB.
- g) Especialista Setorial – Analista de Sistemas: Profissional de nível superior em área afim
- h) Especialista Setorial – Comunicação e Mobilização Social: Profissional de nível superior em área afim

6.1.1.3.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (NT)

6.1.1.3.1.1 QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A LICITANTE deverá dimensionar uma equipe técnica capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, cuja constituição deverá incluir necessariamente a equipe técnica constituída por um Coordenador que deverá ter experiências em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos, conforme especificado neste documento e por oito especialistas setoriais. As exigências para a obtenção das respectivas pontuações estarão expressas no Edital de Licitação.

Destaca-se que cada profissional responsável técnico pela elaboração das peças técnicas deverá apresentar, juntamente com o produto realizado, anotação de responsabilidade técnica – ART, devidamente quitada, no caso de profissões submetidas e/ou regulamentadas por conselhos de classe.

A proposta técnica apresentada ainda deverá fornecer as seguintes informações:

- a) Lista de serviços e instalações a serem fornecidos pelo órgão licitante;
- b) A composição da equipe proposta por especialidade bem como as funções atribuídas a cada membro e sua utilização prevista em termos de tempo;
- c) Estimativa total da equipe (técnicos, equipe de apoio e tempo de pessoal) a ser colocada à disposição para a execução do serviço, evidenciada por diagramas de barras, demonstrando o tempo proposto para cada técnico.

Qualificação da Equipe Técnica (NT) - Pontuação máxima = 58 pontos

Para análise da melhor técnica será atribuída pela **Comissão Especial de Avaliação da Proposta Técnica**, a nota da Proposta Técnica – NT, a qual será obtida pela somatória das Notas dos Itens NT-1, NT-2, NT-3, NT-4, NT-5, NT-6, NT-7, NT-8, NT-9, sendo que:

$$NT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4 + NT5 + NT6 + NT7 + NT8 + NT9$$

NT1 = Nota técnica Serviço de Coordenação Geral;

NT2 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I;

NT3 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II;

NT4 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Meio Ambiente;

NT5 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social;

NT6 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Analista de Sistemas;

NT7 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Sócio econômico;

NT8 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Planejamento Urbano;

NT9 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – Jurídico;

EQUIPE TÉCNICA

a) Serviço de Coordenação Geral (**Pontuação máxima = 22,00 pontos**): na avaliação do Serviço de Coordenação Geral já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus à:

Itens – Características dos Serviços Experiência comprovada em:	Quantidade de pontos por atestado	Nº Máximo de Atestado para pontuação	Quantidade máxima de pontos do item
A. Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	3	3	9
B. Elaboração de Plano de Saneamento.	2,5	2	5
C. Projeto Executivo de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.	2	2	4
D. Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou Destinação ou disposição final de destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.	2	1	2
E. Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente;	1	1	1
F. Estudo ou Plano de Operação ou Logística ou Gerenciamento ou Assessoria Técnica na Operação de Serviços e/ou	1	1	1

Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos .			
TOTAL			22

b) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I (Pontuação máxima = 7 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A.Elaboração projetos e/ou operações de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos	1	2	2
B.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saúde	1	1	1
C.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos da construção civil	1	1	1
D.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos de mineração	1	1	1
E.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos industriais	1	1	1
F.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos agrossilvipastoris	1	1	1
TOTAL			7

c) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II (Pontuação máxima = 6 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saneamento,	1	2	2
B. Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbano e rodoviário.	1	1	1

C. Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários;	1	1	1
D. Elaboração de estudos de impacto ambiental	1	1	1
E. Elaboração de planos de saneamento urbano.	1	1	1
TOTAL			6

d) Serviço de Especialidade Setorial – Meio Ambiente (Pontuação máxima = 6 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus à:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Investigação ambiental e/ou diagnóstico ambiental em áreas contaminada por resíduos sólidos	1	2	2
B. Elaboração de estudos de monitoramento ambiental de empresas afins.	1	1	1
C. Elaboração e/ou implementação de plano de recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos	1	1	1
D. Elaboração de estudos de impacto ambiental de áreas afins.	1	1	1
E. Projetos e/ou operações de recuperação, reciclagem, aproveitamento, comercialização de resíduos sólidos urbanos;	1	1	1
TOTAL			6

e) Serviço de Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social (Pontuação máxima = 5 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus à:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Processos de articulação, comunicação e de divulgação e promoção de eventos;	1	1	1
B. Mobilização social e trabalho com catadores de materiais recicláveis e/ou Mobilização e sensibilização de diferentes setores sociais na implementação de planos e/ou projetos na área de gestão de resíduos sólidos.	1	1	1
C. Implantação de uma Cooperativa de Catadores de Material Reciclável ou Reutilizável	1	1	1
D. Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação na área de gestão de resíduos sólidos.	1	1	1
E. Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos.	1	1	1
TOTAL			5

f) Serviço de Especialidade Setorial – Analista de Sistemas (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Gestão de projetos	1	1	1
B. Criação e gerenciamento de bancos de dados.	1	1	1
C. Montagem de sistemas de coleta, compilação e divulgação de dados.	1	1	1
TOTAL			3

g) Serviço de Especialidade Setorial – Socioeconômico (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano	1	1	1
B. Implantação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos	1	1	1
C. Avaliação econômica e financeira de projetos, operação financeira de projetos públicos, análises tarifárias de serviço de limpeza e atividades relacionadas com estas áreas	1	1	1
TOTAL			3

h) Serviço de Especialidade Setorial – Planejamento Urbano (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano	1	1	1
B. Coletas de dados e tratamento estatístico;	1	1	1
C. Geoprocessamento e análise de imagem.	1	1	1
TOTAL			3

i) Serviço de Especialidade Setorial – Jurídico (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Elaboração de instrumentos jurídicos pertinentes à gestão de serviços públicos essenciais e contratação do setor público e	1	1	1

privado brasileiro			
B.Assessoria jurídica a Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	1	1	1
C.Assessoria jurídica em Consórcios Públicos	1	1	1
TOTAL			3

6.3. Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:

Os licitantes, considerando este edital, que tem por objeto a contratação de serviços de consultoria e elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos, nos termos previstos nos arts. 18 e 19, da Lei nº 12.305/2010 e Decreto Regulamentador 7.404/2010, de resíduos sólidos, com observância às Normas da ABNT e Resoluções do CONAMA, além disso, que haja compatibilidade entre o objeto proposto e o Plano Municipal de Saneamento, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano Diretor Municipal e/ou com o Plano de Ação Estadual ou Regional, quando existentes, deverão apresentar o plano de trabalho para a execução dos serviços com as etapas e atividades a serem cumpridas, bem como a metodologia a ser seguida, contemplando nas propostas técnicas os seguintes itens:

- Conhecimento do Problema
- Metodologia e Plano de Trabalho
- Experiência da Empresa
- Experiência da Equipe Técnica

6.4. CONTEÚDO MÍNIMO LOTE 01

O Plano terá a seguinte estrutura:

6.4.1. Projeto de Mobilização Social e Divulgação

6.4.1.1. Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações;

6.4.1.2. Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados;

6.4.1.3. Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

6.4.1.4. Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

A elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS requer a formatação de um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente. A participação e o envolvimento da sociedade devem ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano.

A participação social é instrumento de avaliação da eficácia da gestão e da melhoria contínua das políticas e serviços públicos por parte da população. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência social e a transparência dos processos decisórios com foco no interesse da coletividade.

Assim, o Projeto de Mobilização Social e Divulgação deve definir a metodologia, mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar o maior número de atores para o trabalho a ser realizado, mobilizando-os para contribuir e se co-responsabilizar pelo processo.

Dentre as modalidades de participação e controle social destacam-se as audiências públicas, consultas, participação em conferências, grupos de trabalho, comitês, conselhos, ou outro meio que possibilite a expressão e debate de opiniões individuais ou coletivas.

O conhecimento pleno das informações que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de dados é uma das condições principais para proporcionar a participação social. Para tanto, devem ser previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação do acesso e entendimento das informações para que a sociedade possa contribuir e fazer suas escolhas durante e após a elaboração do PEGIRS.

A participação da população não se limita, entretanto, à obtenção de informações. É parte do exercício da cidadania, um dos fundamentos do estado democrático de direito. Permite o posicionamento da sociedade sobre as políticas públicas, a socialização de experiências e o debate de ideias. Nesse sentido, o Projeto de Mobilização Social e Divulgação deve garantir à sociedade acesso às informações, representação técnica e participação no processo da formulação da política, do planejamento e do acompanhamento da gestão de resíduos sólidos.

Para a concretização destes requisitos o programa de comunicação social deverá conter os seguintes objetivos:

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PEGIRS;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano; e
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação deve conter a programação detalhada e o cronograma das principais atividades, tais como:

- identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PEGIRS;
- divulgação da elaboração do PEGIRS junto à comunidade, tanto rural como urbana;
- definição da estratégia de divulgação, disponibilização dos conteúdos e demais informações pertinentes e respectivos meios de comunicação local;
- capacitação dos atores interessados;
- realização dos eventos visando a identificação e discussão da realidade atual dos resíduos sólidos na região (diagnóstico); e
- definição da metodologia das plenárias, utilizando dinâmica e instrumentos didáticos com linguagem apropriada.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação parte da identificação da existência de interesses múltiplos e de áreas conflitantes e se inicia com a identificação de atores ou segmentos sociais estratégicos atuantes na área de Resíduos Sólidos na região que poderão auxiliar na implementação dos programas, projetos e ações do PEGIRS.

Na etapa do diagnóstico, a mobilização social deverá captar a percepção da sociedade sobre o grau de eficiência do poder público para o atendimento adequado da população, nos eventos de sensibilização nos municípios.

Durante e após a realização das etapas de diagnóstico, proposição de intervenções, validação e divulgação do PEGIRS, os eventos deverão ser acompanhados e avaliados, de modo a identificar o percentual da área da região diagnosticada, bem como a quantidade e a representatividade dos atores e segmentos sociais participantes dos eventos.

A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes, buscando a convergência dos múltiplos anseios em torno de consensos no interesse da sociedade: sociedade civil organizada, escolas, gestores públicos, universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas, movimentos sociais, parlamentares, técnicos, agentes comunitários, setor privado, mídia entre outros.

É recomendável ao mesmo tempo a busca de cooperação com outros processos locais de mobilização e ação para assuntos de interesse convergente com a gestão de resíduos sólidos tais como: Agenda 21 Local, Coletivos Educadores Ambientais, Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, Conselhos Comunitários e Câmaras Técnicas de Comitês de Bacia Hidrográfica.

A participação social no processo de elaboração do PEGIRS ocorre a partir da mobilização social e inclui divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas à gestão de resíduos sólidos, além da capacitação para a participação em todas as etapas do processo.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação contempla os objetivos, metas e atividades da mobilização, cronogramas e principais atividades a serem desenvolvidas nas seguintes etapas:

6.4.1.4. Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos sólidos e suas implicações

Para essa atividade - uma oficina, com duração de 16 (dezesesseis) horas e distribuição de *Kits*, os trabalhos contemplarão a organização, preparação e realização da oficina, culminando na compilação e organização dos dados para relatório.

6.4.1.2. Oficina para validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para os problemas encontrados

A realização dessa oficina para validação do Panorama Estadual dos Resíduos Sólidos e do Plano de Regionalização deverá ter duração 16 (dezesesseis) horas, contará com distribuição de *Kits* e com as etapas de organização, preparação e execução com compilação de informações para posterior elaboração de relatórios.

6.4.1.3. Oficina para apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

Essa oficina deverá apresentar a proposição do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de forma a consolidar o resultado das etapas anteriores. Essa oficina deverá contar com 16 (dezesesseis) horas, com distribuição de *kits*.

6.4.1.4. Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos

Essa oficina, com duração de 08 (oito) horas e distribuição de *Kits*.

Todas as oficinas serão amplamente divulgadas, previamente e posteriormente, com registros fotográficos e em filmagens para produção de um VT.

A divulgação deverá contar com equipe, com experiência comprovada na produção, edição e impressão em virtude de se tratar de texto a ser produzido por serviços de consultoria técnica editorial que deverá conter mapas, gráficos, fotos, tabelas e outros elementos gráficos envolvendo trabalho de tratamento de imagens, projeto gráfico com a apresentação de provas para aprovação e impressão do produto final. Deverão ser produzidos 180 exemplares do Plano Estadual com a regionalização, em meio impresso; sendo que um arquivo digital – desse documento – deverá ser entregue para a SEMA.

A consolidação das contribuições obtidas durante os eventos para a validação da versão final do PEGIRS–resultará na proposta de plano.

6.4.2. Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado

6.4.2.1. Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos;

6.4.2.2. Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado;

6.4.2.3. Atividades geradoras de resíduos sólidos;

6.4.2.4. Situação dos Resíduos Sólidos;

6.4.2.5. Áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs;

As etapas aqui previstas são os principais estudos para a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, pois diagnosticam e definem qual o problema e suas dimensões, com relação à geração de resíduos sólidos e o impacto da disposição inadequada dos mesmos, no estado de Mato Grosso.

6.4.2.1. Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos

O Plano Estadual abrangerá todas as tipologias de resíduos, conforme definição da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta forma, os dados obtidos pelas etapas componentes desta Meta, serão à base de dados e informações, que permitirão descrever o cenário atual, ou seja, o diagnóstico da gestão de resíduos sólidos, bem como planejar para a elaboração do prognóstico e soluções para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Estado de Mato Grosso.

Considerando a importância, acima destacada, desta Meta e suas Etapas, justifica-se o aporte planejado de recursos para realização da mesma.

Dentre as ações previstas, destacamos: Identificar, pesquisar e levantar dados secundários (disponíveis em instituições governamentais - municipais, estaduais e federais e não governamentais) e dados primários, com informações referentes à situação do saneamento básico, situação geral dos municípios da região, legislação local em vigor, e estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial, iniciativas e capacidade de educação ambiental, caracterização dos resíduos sólidos (quanto à origem, periculosidade, gravimetria), destinação e disposição final, áreas degradadas em razão de disposição inadequada de

resíduos sólidos ou rejeitos), identificação dos principais fluxos de resíduos na região e impactos socioeconômicos e ambientais, bem como projetos e programas existentes.

6.4.2.2. Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado

Esta etapa deverá ser composta de várias ações, dentre elas identificação, pesquisa e levantamento de informações sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios como: população, estradas, redes de água e energia elétrica, área, aspectos geológicos, geração de resíduos e tipos gerados e respectivas demandas decorrentes, frota de veículos e equipamentos existentes nos municípios; formas e etapas de ocupação e organização territorial, o uso e ocupação atual do solo e dos recursos naturais e dos recursos hídricos, suas especificidades, vocações e seu papel na economia regional e estadual; identificar e avaliar a adequação dos locais existentes e em uso para a destinação dos vários tipos de resíduos; elaborar mapas e plantas necessárias.

Inclui uma análise demográfica das áreas urbana e rural, estratificada por renda, gênero, faixa etária e densidade, além da projeção do crescimento populacional nos horizontes de tempo do Plano.

6.4.2.3. Atividades Geradoras de Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305/2010 classifica os resíduos segundo a origem e segundo a periculosidade. Quanto à origem, podem ser: resíduos sólidos urbanos (que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); gerados por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; gerados pelos serviços de saneamento básico; industriais; de serviços de saúde; da construção civil; originados das atividades agrossilvopastoris; dos serviços de transporte e os originados das atividades de mineração. Quanto à periculosidade, a Lei nº 12.305/10 classifica os resíduos em perigosos e não perigosos.

Uma das formas de classificação dos resíduos pode ser por geração (por tipologia, por etapa do processo produtivo e por periculosidade) e por destinação final (por tipologia, por etapa do processo produtivo e por periculosidade).

Essa fase deverá conter várias ações, dentre elas a identificar, pesquisa e levantamento de informações sobre as atividades geradoras de resíduos sólidos na região, por meio de levantamento, avaliação e mapeamento dos empreendimentos ou atividades significativas sob o ponto de vista de abrangência (quando a área ocupada pela atividade envolve mais de um município) ou cuja expressão na economia estadual é relevante ou, ainda, quando o impacto ambiental decorrente extrapola o âmbito local ou municipal de acordo com as vocações econômicas da região/ estado, apresentando o contexto atual (inclusive sobre as condições do licenciamento ambiental desses empreendimentos), limitações ou fatores de expansão e projeções das atividades produtivas por setor.

A equipe para realização dessas ações deverá ser composta de acordo com o item 15.3.1.

O objetivo deste levantamento é identificar os principais geradores de resíduos sólidos quanto à origem (urbanos, comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, industriais, resíduos de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes e de mineração) e quanto à periculosidade (perigosos e não perigosos).

6.4.2.4. Situação dos Resíduos Sólidos

O estudo deverá retratar a situação dos resíduos sólidos podendo observar essa classificação, com ênfase para aqueles resíduos que mais repercussão apresenta no estado.

Deverá ser realizado levantamento, avaliação e mapeamento dos empreendimentos ou atividades significativos sob o ponto de vista de abrangência (quando a área ocupada pela atividade envolve mais de um município) ou cuja expressão na economia estadual é relevante ou, ainda, quando o impacto ambiental decorrente extrapola o âmbito local ou municipal de acordo com as vocações econômicas do Estado, apresentando o contexto atual (inclusive sobre as condições do licenciamento ambiental desses empreendimentos), limitações ou fatores de expansão e projeções das atividades produtivas por setor.

O objetivo deste levantamento é identificar os principais geradores de resíduos sólidos quanto à origem (urbanos, comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, industriais, resíduos de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes e de mineração) e quanto à periculosidade (perigosos e não perigosos). Estão prevista na realização deste trabalho, a identificação, a pesquisa e o levantamento de informações sobre a situação dos resíduos sólidos gerados na região quanto à origem, volume, características e formas de destinação e disposição final adotada, bem como informar a situação dos resíduos sólidos nos municípios, com dados da realidade local ou regional. Inclui traçar um quadro geral focado nos problemas mais freqüentemente ocasionados pelos resíduos nas localidades diagnosticadas. Interessa, além disso, registrar os resíduos com presença (em volume) mais significativa.

Não sendo ainda uma abordagem mais exaustiva dos resíduos, interessa ainda informar a existência de: práticas de coleta seletiva de embalagens e outros resíduos secos e práticas de compostagem de orgânicos, manejo dos resíduos da construção. No tocante às alternativas de destinação e disposição final, precisa ser informada para cada município: existência de lixão, de bota fora de resíduos de construção civil, ou de instalações adequadas como aterros sanitários, galpões de triagem e outras.

O diagnóstico deverá retratar a situação dos resíduos sólidos com ênfase na classificação para aqueles resíduos que mais repercussão apresenta na região:

- a) Resíduos Sólidos Urbanos – RSU;
- b) Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico;
- c) Resíduos industriais;
- d) Resíduos de serviços de saúde – RSS;
- e) Resíduos da construção e demolição – RCD;
- f) Resíduos agrossilvopastoris;
- g) Resíduos de serviços de transportes;
- h) Resíduos de mineração.

6.4.2.5. Estudo das Áreas potencialmente degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs.

Trata da identificação e mapeamento georreferenciado das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e seus riscos decorrentes: incêndios

florestais, contaminação do solo, poluição e contaminação das águas, alterações ambientais causadas por depósitos inadequados de resíduos sólidos etc. Esse levantamento é útil para detectar áreas a serem plotadas como áreas não edificáveis pelos perigos eminentes, para detectar áreas a serem recuperadas, para identificar áreas com potencial de risco a população e subsidiar a escolha de tecnologias adequadas de descontaminação destes locais de disposição final inadequada.

6.4.3. Estudo de Regionalização e Proposição de Arranjos Intermunicipais

6.4.3.1. Áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos;

6.4.3.2. Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos;

Para efeito deste documento, o Zoneamento e Proposição de Arranjos Intermunicipais complementam o Estudo de Regionalização, que consiste na identificação de arranjos territoriais no estado, contemplando municípios, com o objetivo de compartilhar serviços, ou atividades de interesse comum, permitindo, dessa forma, maximizar os recursos humanos, infraestruturais e financeiros existentes em cada um deles, de modo a gerar economia de escala.

O Governo Federal tem priorizado a aplicação de recursos na área de resíduos sólidos por meio de consórcios públicos, constituídos com base na Lei nº 11.107/2005, visando fortalecer a gestão de resíduos sólidos nos municípios. Trata-se de induzir a formação de consórcios públicos que congreguem diversos municípios, de preferência com os de maior porte, para planejar, regular, fiscalizar e prestar os serviços de acordo com tecnologias adequadas a cada realidade, com um quadro permanente de técnicos capacitados, potencializando os investimentos realizados e profissionalizando a gestão.

Quando comparada ao modelo atual, no qual os municípios manejam seus resíduos sólidos isoladamente, a gestão associada possibilita reduzir custos. O ganho de escala no manejo dos resíduos, conjugado à implantação da cobrança pela prestação dos serviços, garante a sustentabilidade econômica dos consórcios e a manutenção de pessoal especializado na gestão de resíduos sólidos.

Esta meta levará em consideração todos os estudos já realizados e em elaboração pelo estado, em especial os estudos, objeto do convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente para os estudos de regionalização para os resíduos sólidos urbanos. Nessa perspectiva, o estudo terá como base a Lei Estadual nº 8.697, de 02 de agosto de 2007 que instituiu 15 Consórcios Intermunicipais, voltados ao desenvolvimento regional sustentável dos municípios que os compõem, considerando seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, desenvolvendo ações em conjunto com a Associação Mato-grossense de Municípios (AMM). Essa divisão em regiões no Estado de Mato Grosso, por meio dos Consórcios, facilitou o diagnóstico de problemas que cada uma possuía, para tomar as providências necessárias, fortalecendo assim, os municípios.

Esse agrupamento fortalecido, econômico e politicamente, promove um crescimento econômico-financeiro e, conseqüentemente, incremento no poder aquisitivo, que pode levar a geração de diversas tipologias de resíduos. Entretanto, esses consórcios – inicialmente não objetivavam o gerenciamento de resíduos. Por isso, talvez, seja necessário

um rearranjo interno com identificação de arranjos territoriais ótimos para o gerenciamento de resíduos; sem, contudo alterar o agrupamento de municípios, visto que esse notoriamente beneficia o consórcio. Nessa perspectiva, vale destacar que os consórcios foram constituídos com base nas atividades produtivas. Fato que influencia de forma *sine qua nom* a geração quali-quantitativa dos resíduos.

6.4.3.1. Áreas potencialmente favoráveis para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos

A Lei nº 12.305/2010 distingue destinação e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos. Segundo a norma, a disposição final corresponde à distribuição dos rejeitos em aterros sanitários. Ou seja, a disposição no aterro sanitário somente se dará quando não há mais possibilidade de reutilização, reciclagem ou tratamento daquele resíduo que, nesta circunstância, torna-se rejeito.

Já a destinação final ambientalmente adequada é um conceito mais amplo e inclui todos os possíveis destinos que um resíduo pode ter, tais como a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação ou outras, inclusive para o aterro sanitário, quando, não havendo mais possibilidade de aproveitamento, o resíduo passa a ser rejeito.

Este levantamento abrange a localização das áreas e principais unidades de destinação final de resíduos sólidos em funcionamento no Estado, identificando a superfície ocupada e tipo de resíduo, ou, no caso de unidade de destinação final, sua capacidade instalada, situação do licenciamento ambiental e existência de cooperação, complementaridade ou compartilhamento de processos, equipamentos ou infraestrutura entre os municípios, avaliar a situação atual da gestão de resíduos sob o aspecto da destinação final; além de proposição de ações capazes de atender aos dispositivos da Lei nº 12.305/10 no que se refere à destinação final ambientalmente adequada.

O mapeamento visa avaliar a situação atual da gestão de resíduos sob o aspecto da destinação final. Com isso, o planejador poderá propor ações no PEGIRS capazes de atender aos dispositivos da Lei nº 12.305/2010 no que se refere à destinação final ambientalmente adequada, cujo conceito inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

O levantamento inclui a avaliação dos modais de transporte presentes no estado, inclusive com as possíveis conexões rodoviárias, ferroviárias e fluviais, apontando as realidades existentes para uma possível movimentação dos resíduos sólidos gerados, sempre com o objetivo de obter ganhos de escala para materiais potencialmente recicláveis e de poder utilizar unidades compartilhadas de destinação final.

Apresentam-se aqui as informações referentes a características dos solos, rede hidrográfica e índices pluviométricos, condicionantes referenciais para a definição de tecnologias e proposição de áreas para a implantação de aterros sanitários. Importante também identificar se os locais indicados permitem ou possuem infraestrutura mínima para

instalação de serviço de fornecimento de energia, via de acesso, abastecimento de água ou outro serviço essencial.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina que a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos devem obedecer a seguinte ordem de prioridade: a minimização da geração, a redução, a triagem para manejo diferenciado, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados, direcionando para o aterro sanitário apenas os rejeitos.

O modelo tecnológico adotado deve considerar a viabilidade técnica, social, econômica e ambiental das soluções, a não precarização das condições de trabalho, a integração de ações com a área de saúde, de educação, de meio ambiente, de desenvolvimento econômico entre outros aspectos.

O Estudo de Regionalização deve pré-dimensionar as instalações e sua localização adequada para a gestão dos resíduos sólidos em cada arranjo intermunicipal, tais como: pontos de entrega de resíduos, galpões de triagem dos resíduos secos (vindos da coleta seletiva), compostagem de resíduos orgânicos, instalações de tratamento dos resíduos dos serviços de saúde, aterros sanitários, aterros de resíduos da construção civil e inertes e outras instalações que permitam o manejo diferenciado e integrado dos diversos tipos de resíduos gerados na UF.

Dentre as unidades e infraestruturas para a destinação final de resíduos podem ser citadas:

- LEV – Locais de Entrega Voluntária para Resíduos Recicláveis. Dispositivos de recebimento de recicláveis, como contêineres ou outros;
- PEV – Pontos de Entrega Voluntária para Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Volumosos, para acumulação temporária de resíduos da coleta seletiva e resíduos com logística reversa (conforme NBR 15.112/2004);
- Galpão de triagem de recicláveis secos;
- Pátio de compostagem de orgânicos;
- ATT – Áreas de Triagem, Reciclagem e Transbordo de Resíduos de Construção e Demolição, Volumosos e resíduos com logística reversa;
- Aterros sanitários (NBR 13.896/1997);
- ASPP - Aterro Sanitário de Pequeno Porte (NBR 15.849/2010);
- Aterros de RCD Classe A (NBR 15.113/2004).

6.4.3.2. Critérios de agregação de municípios para a identificação dos arranjos

O processo da construção dos arranjos intermunicipais se inicia no estabelecimento de critérios para o estudo das várias opções de agregação de municípios, como arranjos territoriais ótimos. Dentre os vários critérios que podem ser estabelecidos, destacam os seguintes:

- Arranjos regionais pré-existentes (compartilhamento de unidades); Arranjos regionais pré-existentes (compartilhamento de unidades);
- Área de abrangência pretendida para o arranjo intermunicipal (distância máxima entre municípios);
- Contiguidade territorial;

- Bacia Hidrográfica;
- Condições de acesso (infraestrutura de transporte entre os municípios);
- Similaridade quanto às características ambientais e sócio-culturais;
- Existência de fluxos econômicos entre municípios;
- Experiências comuns no manejo de resíduos;
- Dificuldades locacionais para áreas de manejo em alguns municípios;
- Existência de municípios pólo com liderança regional;
- Existência de pequenos municípios que não podem ser segregados do arranjo regional;
- Número de municípios envolvidos;
- População total a ser atendida (rateio de custos);
- Volume total de resíduos gerados nos municípios;
- Distâncias entre os municípios; e
- Cadeias produtivas existentes.

Alguns critérios podem ter relevância para uma região e não para outras. Para uma análise adequada, sugere-se uma classificação dos critérios pelo grau de importância.

6.4.4. Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência

6.4.4.1. Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência

A proposição de cenários tem por objetivo a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável, a partir de possíveis perspectivas de eventos, capazes de mostrar a transformação da situação de origem até a situação futura. Busca-se planejar tais perspectivas e, conseqüentemente, intervir para atingir um objetivo pré-determinado.

Preferencialmente, os cenários de planejamento devem ser divergentes entre si, desenhando futuros distintos. O processo de construção de cenários promove assim uma reflexão sobre as alternativas de futuro e, ao reduzir as diferenças de percepção entre os diversos atores interessados, melhoram a tomada de decisões estratégicas por parte dos gestores.

A análise deve identificar dimensionar e prever problemas de variados tipos, estruturando os, definindo a população implicada, as expectativas da sociedade, demandas dos serviços públicos de saneamento básico, demandas do setor comercial, demandas do setor de saúde, demandas do setor industrial, demandas do setor agropecuário e de silvicultura, e a relação entre causas e efeitos, identificando objetivos, agentes, opções, sequência de ações, tentando prever consequências, avaliando escalas de valores e como se inter-relacionam as questões, abordando táticas e estratégias, como a utilização dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A elaboração dos cenários de evolução do desenvolvimento socioeconômico do Estado é feita com base nas informações do diagnóstico. O diagnóstico consiste, numa primeira fase, na elaboração de um inventário e de análise retrospectiva sobre a situação atual no Estado e, numa segunda fase, em análise prospectiva da situação futura. Deve-se, quando possível, construir cenários que permitam orientar o processo de planejamento, identificando-se as soluções que compatibilizem o crescimento econômico (criação de riqueza), a qualidade de

vida da população (bem-estar social) e a sustentabilidade ambiental (uso racional dos recursos naturais).

Deverão ser indicadas alternativas que representem aspirações sociais factíveis de serem atendidas nos prazos estipulados. Em resumo, a prospecção estratégica, com a elaboração de cenários, tem por objetivo identificar, dimensionar, analisar e prever a implementação de alternativas de intervenção, inclusive de emergências e contingências, visando o atendimento das demandas e prioridades da sociedade.

6.4.5. Diretrizes e Estratégias para a Implementação do PEGIRS

6.4.5.1. Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no estado de Mato Grosso

6.4.5.2. Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

6.4.5.3. Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos;

6.4.5.4. Metas para a gestão de resíduos sólidos;

6.4.5.5. Programas, projetos e ações;

6.4.5.6. Investimentos necessários e fontes de financiamento; e

6.4.5.7. Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PEGIRS.

Trata-se do conjunto de estratégias e diretrizes para assegurar a implementação do Plano e garantir o alcance das condições apontadas pelo cenário escolhido. As estratégias e as diretrizes representam os principais caminhos e orientações sobre componentes fundamentais que, sem esse direcionamento, podem comprometer o atendimento das condições favoráveis à implementação do Plano, conforme a seguir.

6.4.5.1. Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso, abrangendo:

- Recuperação de resíduos e minimização dos rejeitos encaminhados à disposição final ambientalmente adequada;
- Manejo diferenciado e integrado, regulado, em instalações normatizadas;
- Medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada dos resíduos sólidos;
- Diretrizes e meios para a criação de fundos estadual e municipal de resíduos sólidos; e
- Apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis, contribuindo para a formalização de suas atividades.

6.4.5.2. Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

Após a realização das etapas de diagnóstico e com base nos prognósticos efetuados, serão identificadas as oportunidades de reaproveitamento, reciclagem e tratamento dos diversos tipos de resíduos e suas potencialidades econômicas e definidas as ações a curto, médio e longo prazo, e uma hierarquização das demandas em função das carências detectadas. O plano de ações deverá contemplar:

- Os instrumentos a serem utilizados;

- As estratégias a serem adotadas;
- O novo modelo de gestão associada baseado na Lei dos Consórcios Públicos.

Deve-se levar em conta ainda que: as propostas deverão ser articuladas intersetorialmente; o sistema de gestão de resíduos sólidos deverá privilegiar por meio da educação ambiental, soluções voltadas para a minimização da geração, a segregação, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados, inclusive por compostagem, quando viável; os resíduos sólidos domiciliares/comerciais e os especiais deverão ter coleta diferenciada, tratamento e disposição final adequados com a substituição de lixões por aterros sanitários, sempre que possíveis regionais; proposição de modelos de coleta seletiva que permitam a geração de trabalho e renda para os catadores, a partir da organização em Associações e/ou Cooperativas de coleta e triagem; as propostas elaboradas deverão indicar a origem dos recursos necessários para a execução do plano de gestão de resíduos sólidos.

A partir da eleição do cenário de referência, ou seja, aquele que os atores sociais entenderam como desejável em função de uma expectativa viável de futuro para o equacionamento da questão dos resíduos sólidos em nível estadual parte-se para a definição das metas do Plano. As metas devem ser quantificáveis, de modo que seu alcance seja mensurável e, por consequência, aferido. Devem também se referir a horizontes temporais (curto prazo, médio prazo e longo prazo). Dentre as várias metodologias disponíveis para auxiliar o estabelecimento das metas, uma delas consiste em relacionar os problemas ou desafios para solucionar ou mitigar cada um dos problemas identificados no quadro atual dos resíduos sólidos na região/estado cuja solução ou encaminhamento permitirá atingir o cenário escolhido em horizontes temporais.

Trata-se do conjunto de estratégias e diretrizes para assegurar a implementação do Plano e garantir o alcance das condições apontadas pelo cenário escolhido. As estratégias e diretrizes representam os principais caminhos e orientações sobre componentes fundamentais que, sem esse direcionamento, podem comprometer o atendimento das condições favoráveis à implementação do Plano.

6.4.5.3. Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos

As medidas serão propostas com base em estudos ambientais levando-se em consideração o tamanho, as características geológicas e hidrogeológicas, proximidades com centros urbanos e áreas de expansão urbana e das características quali-quantitativas dos resíduos dispostos na área.

Para esta proposição deverá ser considerado a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu respectivo plano, além da legislação ambiental pertinente.

6.4.5.4. Metas para a Gestão dos Resíduos Sólidos

A partir da eleição do cenário de referência, ou seja, aquele que os atores sociais entenderem como desejável, em função de uma expectativa viável de futuro, para o equacionamento da questão dos resíduos sólidos, em nível estadual, orientarão a definição das metas do Plano.

As metas devem ser quantificáveis, de modo que seu alcance seja mensurável e, por consequência, aferido. Devem também se referir a horizontes temporais (curto prazo, médio prazo e longo prazo). Dentre as várias metodologias disponíveis para auxiliar o estabelecimento das metas, uma delas consiste em relacionar os problemas ou desafios para solucionar ou mitigar cada um dos problemas identificados no quadro atual dos resíduos sólidos na UF cuja solução ou encaminhamento permitirá atingir o cenário escolhido em horizontes temporais. Caso a UF não disponha de um instrumento legal relacionado a determinada questão, deve-se partir das diretrizes e disposições trazidas pela Lei nº 12.304/10 e pelo Decreto nº 7.404/10.

Vale destacar que o planejamento das ações precisa apontar os caminhos para o cumprimento das obrigações legais dos geradores responsáveis por Planos de Gerenciamento de Resíduos, conforme reconhecidos na etapa do Diagnóstico. O PEGIRS deve definir, no âmbito local ou regional, o órgão público que será a referência para entrega do plano de gerenciamento, de forma a garantir a sistemática anual de atualização, visando o controle e a fiscalização. Deverão ser orientados quanto a estes procedimentos, e quanto às penalidades aplicáveis pelo seu não cumprimento, os responsáveis por atividades industriais, agrosilvopastoris, estabelecimentos de serviços de saúde, responsáveis por serviços públicos de saneamento básico, empresas e terminais de transporte, mineradoras, construtoras e os grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, nos termos da Lei 12.305/2010.

6.4.5.5. Programas, Projetos e Ações;

Esta etapa também visa definir os programas, projetos e ações para o atendimento das metas estabelecidas para o alcance do cenário de referência. Para cada Programa deverão ser estimados os prazos e o montante dos investimentos necessários à sua implementação. Inclui normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado destinados às ações e programas de interesse na área de resíduos sólidos e medidas para incentivar e viabilizar a gestão associada dos resíduos sólidos.

A seguir, apresenta-se uma exemplificação da conexão entre as diretrizes, os programas, projetos, ações e as metas do Plano:

Diretriz 1: Recuperação de resíduos e minimização dos rejeitos encaminhados à destinação final ambientalmente adequada.

Programa 1.1: Promoção da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

Projeto 1.1.1: Implantação de sistemas de destinação final adequada de resíduos.

Ação 1.1.1.1: Instalação de unidades de manejo em municípios consorciados.

Meta 1.1.1.1.1: Identificação de aterros sanitários construídos e em operação nos arranjos intermunicipais selecionados até 2014.

6.4.5.6. Investimentos necessários e fontes de financiamentos

A identificação dos programas, projetos e ações necessárias à consecução das metas permite que sejam estimados os valores necessários à sua execução de acordo com os prazos estabelecidos. Na distinção entre o montante requerido para a execução de obras físicas e ações direcionadas à gestão é conveniente enfatizar e priorizar as atividades que

contribuirão para o aumento da eficácia da gestão dos resíduos sólidos bem como para o estreitamento da articulação entre os três níveis de governo (União, a UF e os municípios), pois, além de preservar a autonomia entre os poderes, respeitando o princípio da subsidiariedade, é imprescindível que tais canais de entendimento estejam harmonizados para a implementação da Política, que é de âmbito nacional. Assim, pois, deve-se apontar para as possíveis fontes de financiamento e respectivos critérios de elegibilidade, entre os quais a elaboração de bons projetos figura como requisito principal.

Poderá ser consultada a publicação realizada pelo Banco do Brasil, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério das cidades – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, formada por 4 fascículos, sendo o 3º referente à “Fontes de Financiamento” (<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/3FontesFinan.pdf>). Nesse fascículo, há uma abordagem quanto às fontes de financiamento reembolsáveis (BNDES - PMI – Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos) e não reembolsáveis (BNDES - Fundo Social, FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Clima, FUNASA – Programa de saneamento ambiental para municípios até 50 mil habitantes, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Programa Resíduos Sólidos Urbanos, Ministério da Justiça – Fundo de Direitos Difusos).

A elaboração dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos será condição para que Estados, a partir de agosto de 2012, tenham acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão e ao manejo de resíduos sólidos.

6.4.5.7. Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PEGIRS a ser cumprido pelo consorciado que for implementar o plano

O acompanhamento, controle e a fiscalização do Plano envolvem questões tais como:

- Elaboração da agenda de implementação e acompanhamento do cumprimento dos objetivos definidos no PEGIRS;
- A observância dos dispositivos legais aplicáveis à gestão dos resíduos sólidos;
- A identificação dos pontos fortes e fracos do plano elaborado e das oportunidades e entraves à sua implementação;
- A efetividade da implementação do Plano por meio da aferição das metas estabelecidas; e
- Proposição de adequações e demais ajustes necessários.

A construção de indicadores deve permitir uma análise gráfica entre a meta prevista e a realizada nos períodos determinados pelo PEGIRS, além de apresentar, pelo menos, as seguintes características:

- terem definição clara, concisa e interpretação inequívoca;
- serem mensuráveis com facilidade e a custo razoável;
- possibilitarem e facilitarem a comparação do desempenho obtido com os objetivos planejados;
- contribuir efetivamente para a tomada de decisões;
- dispensarem análises complexas;
- serem limitados a uma quantidade mínima, o suficiente para avaliação objetiva das metas de planejamento;
- serem rastreáveis;

- serem compatíveis com os indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, facilitando assim a integração do sistema de indicadores local e estadual com o sistema nacional.

6.4.6. Banco de dados:

- As informações obtidas ao longo dos levantamentos quanto à geração de resíduos sólidos, caracterização e localização das áreas adequadas para implantação das infraestruturas necessárias à gestão dos resíduos sólidos municipais ou regionais deverão ser organizadas e compiladas em um bando de dados.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 No julgamento das propostas de preços, pela Comissão de Licitação da SEMA, será verificado o atendimento a todas as condições prescritas no Edital.

7.2 A Proposta de Preço deverá ser apresentada individualmente para cada lote que a licitante pretenda concorrer, em 01 (uma) via, sem emendas nem rasuras, em papel timbrado do proponente, com nome, número de registro na entidade profissional competente, e assinatura do responsável técnico pela sua elaboração, em todas as folhas, nos termos da legislação em vigor, contendo:

7.2.1 Preço total para execução dos serviços do lote.

7.2.2 Preços unitários para a execução dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o Modelo de Planilha de Orçamento do Anexo "I-B" do termo de referência.

7.2.3 Demonstrativo de composição de custos mensais, correspondentes às etapas no cronograma físico-financeiro.

7.2.4 Declaração de atendimento do prazo de execução do objeto da licitação no prazo constante do item 18.2 do Termo de Referência anexo ao Edital.

7.2.5 Declaração expressa assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na elaboração das propostas.

7.2.6 Declaração expressa de que a proposta terá um prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope da proposta comercial.

7.2.7 Declaração expressa de que concorda com as condições de pagamento previstas no item 18.2 do Termo de Referência anexo ao Edital.

7.2.8 Modelo de planilha orçamentária constante no Anexo I-C do Termo de Referência;

7.3 Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante deverá constar na proposta, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

7.4 O critério de aceitabilidade dos preços unitários propostos será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado, coerentes com a execução do objeto ora **licitado**, acrescidos dos respectivos encargos, benefícios e despesas indiretas;

7.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, no todo ou em parte, bem como as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis e as que apresentarem preços unitários simbólicos, incompatíveis com os preços de insumo de mercado.

7.6 Conforme estabelecido no artigo 48, inciso II e §§ da Lei nº. 8.666/93 consideram-se preços manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

b) Valor orçado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

7.7 A SEMA/MT considerará excessivo na forma da lei, o valor da proposta que ultrapassar o estimado por ela e manifestamente inexequível o que não atender o disposto acima.

7.8 A nota de preços será calculada consoante os seguintes critérios

$NP = M/P \times 100$, onde:

NP = Nota de Preço atribuída à Proposta de Preços do Licitante;

$$M = \frac{Vo + Mp}{2}$$

Vo = valor orçado pela SEMA/MT.

Mp = Média aritmética dos preços totais propostos por todos os Licitantes classificados.

P = Preço Total proposto pelo Licitante em análise.

7.8.1 A Nota de Preço (NP) atribuída à Proposta de Preços fica limitada a 100 (cem) pontos.

7.8.2 O quociente M/P terá seu valor limitado a 1,00 (um inteiro).

7.8.3 As Notas de Preços (NP) obtidas serão arredondadas até a segunda (2ª) casa decimal, de acordo com os critérios da NBR – 5891/ABNT – Regras de Arredondamento, na Numeração decimal.

7.9 Será desclassificada, ainda, a Proposta de Preço que apresentar:

7.9.1 Valor total superior ao orçamento da SEMA/MT, inclusive quanto ao BDI, conforme planilha orçamentária constante no **Anexo I-C do Termo de Referência**;

7.9.2 Preços irrisórios, simbólicos, de valor zero ou incompatíveis com os praticados no mercado, ou por serem inexequíveis, conforme disposto no § 3º do art. 44 e no § 1º do art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

8. DO RECEBIMENTO E CREDENCIAMENTO

8.1 No local, dia e hora definidos neste Edital, a Comissão de Licitação, após recebidos do(s) representante(s) do(s) licitante(s), os envelopes 1, 2 e 3, juntamente com o documento de identificação, não mais aceitará outros documentos ou propostas, e nem serão permitidos adendos ou alterações nas que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade da Comissão promover diligências para obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer das empresas licitantes.

8.2 Para ter direito a manifestar-se nas fases do processo licitatório, inclusive em renúncia ao direito de interpor recurso contra o resultado do julgamento da habilitação, cada licitante deverá credenciar apenas um representante devidamente munido de procuração e contrato social da empresa, com todas as suas respectivas alterações ou consolidação, no caso de procurador, dirigida à Comissão de Licitação, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, identificando-se com Cédula de Identidade e credenciado mediante modelo constante do **Anexo IV** deste Edital. Em se tratando de dirigente, sócio proprietário ou assemelhado a empresa deverá apresentar fotocópia e original do contrato social, com todas as suas respectivas alterações ou consolidação.

8.3 A empresa deverá apresentar no ato de credenciamento uma Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público (**Anexo VII**).

8.4 Por ocasião do credenciamento, na fase da habilitação, a **microempresa ou empresa de pequeno porte** que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal 123/06;

a.1) **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD)** deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status “Autenticado” acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

b) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar também, para ter direito aos benefícios constantes na lei complementa 123/2006 e decreto nº 635/2007:

b.1) quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

b.1.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

b.1.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme **Anexo VIII** deste Edital.

b.2) quando **não** optante pelo SIMPLES nacional:

b.2.1) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme **Anexo VIII** do Edital.

8.5 Sob pena, de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

8.6 No caso de participação de empresas reunidas em CONSÓRCIO, seu representante legal deverá se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro (a), no ato de entrega dos envelopes, munido de Carteira de identidade ou documento equivalente com respectiva cópia, juntamente de instrumento público de procuração ou instrumento particular.

8.7 No caso de procuração particular, deverá ser reconhecida firma em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, acompanhada dos respectivos atos constitutivos (Estatutos Sociais ou Contratos Sociais em vigor) das empresas integrantes do CONSÓRCIO, com respectivas cópias.

8.8 Apresentar Termo de Compromisso público ou particular de constituição em Consórcio, subscrito pelas consorciadas, contendo a indicação da empresa líder responsável pelo consórcio e as seguintes responsabilidades, lavrado em instrumento público ou sendo particular (com firma reconhecida em cartório), por meio do qual as empresas signatárias obrigam-se reciprocamente perante a Administração, se caso venham a ser vencedoras do certame, constituir consórcio nos termos ali estabelecidos e em conformidade com termos do Art. 33 da Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 19 e demais alterações, Art. 279 da Lei Nº 6.404/76 e Art. 32 da Lei Nº 8.934/94.

8.9 O Termo de Compromisso deverá conter as seguintes informações:

I. Denominação do consórcio;

II. Empresas participantes;

III. Objetivo do Consórcio;

IV. Indicação da empresa líder;

V. O número do edital de licitação;

VI. O prazo de duração do consórcio;

VII. O endereço do consórcio;

VIII. As obrigações e responsabilidades a serem assumidas pelo futuro consórcio e as relativas às empresas consorciadas;

IX. A forma de administração;

X. A representatividade social de cada uma das empresas consorciadas;

XI. Modos de deliberação dos interesses comuns do consórcio;

XII. À empresa líder caberá as seguintes obrigações:

- a) Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do Consórcio;
- b) Administrar o contrato;

XIII. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

XIV. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

XV. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, até a conclusão dos trabalhos ou serviços que vierem a ser contratados;

XVI. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

XVII. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como, o percentual de participação de cada uma em relação ao custo do fornecimento dos serviços previstos, e seus resultados;

XVIII. Apresentar a indicação da empresa líder, que será a responsável principal perante aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso pelos atos praticados pelo Consórcio, com poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação, sendo que no ato da assinatura do Contrato, os participantes terão que comprovar a constituição e o registro do Consórcio, nos termos do artigo 33, §2º, da Lei 8.666/93.

8.10 Indicação da empresa líder do Consórcio, que deverá atender às seguintes condições de liderança:

- a) No consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira;
- b) No caso de consórcio com empresa estrangeira a empresa líder será responsável por todas as providências que forem necessárias para atender a legislação nacional nos aspectos legais e de comércio exterior.

8.11 A empresa consorciada fica impedida de participar nesta licitação em mais de um consórcio ou isoladamente.

8.12 A licitante vencedora, no caso de consórcio, fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso referido no **item 2.5.5**.

8.13 Para efeito de habilitação, cada consorciada deverá apresentar os documentos exigidos no **item 04** (DA HABILITAÇÃO) deste Edital, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação.

8.14 No caso de CONSÓRCIO LICITANTE, o valor do patrimônio líquido mínimo deverá ser calculado por meio da soma dos patrimônios líquidos das empresas dele integrantes, observada a proporção da participação de cada empresa no capital do respectivo consórcio.

8.15 Para fins de qualificação técnica, poderão os atestados de capacidade técnica ser apresentados por de apenas 01 (UMA) das empresas participantes do consórcio ou somados entre elas, a fim de preencher os requisitos do objeto da presente licitação, não sendo obrigatória sua apresentação por todas as participantes do consórcio o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

9. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

9.1 Após recebimento dos envelopes dos representantes das licitantes, os envelopes nº 1 Documentos de Habilitação serão abertos pela Comissão, na presença das interessadas, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada pelos representantes legais das licitantes presentes.

9.2 Abertos os envelopes referentes aos Documentos de Habilitação, a Comissão, a seu juízo exclusivo, **poderá apreciar os documentos de cada licitante** e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inabilitadas.

9.3 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope Documentos de Habilitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Licitação ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

9.4 Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, essas dúvidas serão consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante publicação oficial e no site da SEGES e da SEMA.

9.5 Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão para abertura dos envelopes da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL.

9.6 As Licitantes serão convocadas a comparecerem, ficando os envelopes contendo as referidas PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL, sob a guarda da Comissão, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das Licitantes presentes.

9.7 Após a abertura dos envelopes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, os demais, contendo a PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL, serão abertos:

9.7.1 Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou

9.7.2 Após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

9.7.3 Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

9.8 Abertos os envelopes PROPOSTA TÉCNICA, a Comissão Especial de Avaliação de Proposta Técnica, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar a proposta de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das classificadas e das desclassificadas. Poderão, em ato contínuo, serem abertos os envelopes da PROPOSTA COMERCIAL das licitantes classificadas tecnicamente.

9.9 A abertura dos envelopes PROPOSTA COMERCIAL somente ocorrerá após concluída a pontuação dos fatores de avaliação estabelecidos para a PROPOSTA TÉCNICA deste Edital.

9.10 A abertura dos envelopes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL será sempre realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos membros da Comissão, consignando, se for o caso, os registros efetuados pelos representantes legais das licitantes presentes.

9.11 Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais das licitantes presentes; e

9.11.1 A inabilitação da Licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

9.12 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos do Edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão até a data e horário marcado para prosseguimento dos trabalhos.

9.13 Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das Licitantes presentes à sessão.

9.14 Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9.15 Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertos os envelopes PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL, não caberá desclassificar estas propostas por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.16 Facultada à Comissão ou à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da documentação e das propostas.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 No julgamento e classificação das propostas, será adotado o tipo **TÉCNICA E PREÇO**.

Após análise das Propostas Técnicas e de Preços, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorizações de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = 0,70 \times NT + 0,30 \times NP$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica

NP = Nota da Proposta de Preços

Para o cálculo de **NF** a aproximação será feita até a segunda (2ª) casa decimal, desprezando-se as demais frações.

1.0.2. As Propostas serão classificadas pela ordem decrescente dos valores de NF, a partir da maior NF, proposta esta que será considerada a primeira (1ª) classificada.

10.3 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

10.4. A SEMA/MT poderá anular ou revogar a presente licitação, sem que caiba aos proponentes qualquer direito a indenização ou compensação, ressalvado o disposto no parágrafo único, do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 Até o segundo dia útil antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

11.1.1 Quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos acerca do Edital poderão ser solicitados por escrito e enviados por fac símile ou pelo e-mail: licitacao1@sema.mt.gov.br ou por carta, até às 17h00min da data acima.

11.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11.3 A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.

11.4 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

11.5 Respostas às dúvidas suscitadas serão enviadas por escrito ao solicitante e ficarão à disposição dos interessados para consulta ou aquisição de cópia.

12. DOS RECURSOS

12.1 Eventuais recursos administrativos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, e protocolados no endereço constante no Edital, em horário comercial, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata (Art. 109, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações).

12.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Comissão de Licitação ao vencedor.

12.3 O recurso contra decisão da Comissão de Licitação não terá efeito suspensivo.

12.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.6 Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.

13. DO CONTRATO

13.1 Como condição para a celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a nota de empenho para a prestação dos serviços.

13.2 O prazo de vigência do contrato será de 14 (quatorze) meses, contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, mediante Termo Aditivo.

13.2.1 E a execução dos serviços de 13 (treze) meses, a partir da data da Ordem de Serviço e, de acordo com as etapas previstas no Termo de Referência anexo ao presente Edital.

13.2.2 Os prazos somente poderão ser prorrogados a juízo da autoridade competente, nas hipóteses previstas no art. 57, da Lei nº. 8.666/93.

13.3 Não obstante o prazo estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

13.4 Ocorrendo a dissolução do contrato, com base na condição estipulada, a contrata não terá direito a qualquer espécie de indenização.

13.5 Caso a licitante adjudicatária se recuse a assinar o contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa, a mesma decairá do direito à contratação, restando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, ainda, às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória válida ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.7 Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Comissão de Licitação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.8 Demais cláusulas previstas no anexo IX deste edital.

14. DA CONTRATADA

14.1 A **contratada** se obriga, nos termos deste Edital, a:

14.1.1 Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

14.1.2 Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

14.1.3 Decorrido o prazo para interposição de possíveis recursos, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente fará a divulgação da homologação do objeto desta licitação à licitante classificada em primeiro lugar, pelos mesmos meios em que foi divulgado o presente Edital.

14.1.4 Após a homologação, fará a divulgação da adjudicação do objeto desta licitação à licitante classificada em primeiro lugar pelos mesmos meios em que foi divulgado o presente Edital, ficando automaticamente convocada a licitante vencedora, a qual deverá comparecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada, à sede da contratante, para firmar o respectivo contrato.

14.1.5 Substituir, às suas expensas, no prazo de **30 (trinta) dias**, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade.

14.1.6 Atender, para o devido recebimento, **que as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.**

14.1.7 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

14.1.8 Iniciar as atividades objeto da Licitação em um prazo máximo de **30 (trinta) dias** da contratação dos serviços.

14.1.9 Facilitar e assistir o exercício da mais completa fiscalização dos trabalhos contratados, fiscalização esta que não a eximirá em hipótese alguma das obrigações previstas em lei.

14.1.10 Fornecer todo o pessoal técnico especializado, necessário à boa execução do presente contrato.

14.1.11 Fornecer, também, o apoio administrativo e logístico, além de todo o material, equipamentos de escritório, próprios ou alugados, inclusive computadores, que se fizerem necessários à execução dos trabalhos.

14.1.12 Refazer quaisquer imperfeições constatadas no trabalho, sem ônus para a SEMA/MT.

14.1.13 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.1.14 Apresentar Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

a) Serão dispensadas as certidões de registro de pessoa física dos profissionais integrantes da equipe técnica que constarem da certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante.

b) Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA/CAU/MT" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado, para execução do projeto trabalho.

14.1.15 Indicar a Equipe Técnica de nível superior que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços em cada uma das áreas de atuação discriminadas no subitem 15.3.1 do termo de Referência, definindo as atribuições de cada profissional e contendo nome completo, título profissional, nº do registro no CREA/CAU, área de atuação e natureza da relação profissional com a empresa licitante (sócio, empregado, subcontratado ou outra juridicamente válida e prevista no subitem 19.2.6.4 e 19.2.6.6.).

a) A Equipe Técnica deverá ter somente um Coordenador de Projeto designado expressamente pelo licitante, que será o elemento de ligação entre a Contratada e a SEMA/MT durante a execução do contrato e será o responsável pela integração dos trabalhos. O Coordenador deverá ser o detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação, apresentado em atendimento ao item 1.3.4 do Anexo I-A e 19.2.6.2.1, ambos do Termo de referência.

b) Na composição da Equipe Técnica deverá ser indicado somente um profissional para cada área de atuação. Caso haja a indicação de mais de um profissional para uma mesma área de atuação, o licitante será inabilitado.

c) Um mesmo profissional poderá ser indicado para efetuar simultaneamente a coordenação e elaboração de projetos ou para elaborar mais de um projeto.

d) Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação.

e) A EQUIPE TÉCNICA deverá ser composta pelo Coordenador Geral e por 8 (Oito) Especialistas Setoriais, conforme descrito a seguir:

- a) Coordenador Geral: Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação;
- b) Especialista Setorial I e II – Profissionais de Engenharia (02 profissionais);
- c) Especialista Setorial – Meio Ambiente: Profissional de nível superior em área afim;
- d) Especialista Setorial – Socioeconômico: Profissional de nível superior em área afim;
- e) Especialista Setorial – Planejamento Urbano: Profissional de nível superior em área afim;
- f) Especialista Setorial – Jurídico: Advogado, devidamente inscrito na OAB;
- g) Especialista Setorial – Analista de Sistemas: Profissional de nível superior em área afim;
- h) Especialista Setorial – Comunicação e Mobilização Social: Profissional de nível superior em área afim.

14.1.16 Apresentar declaração de cada um dos integrantes da Equipe Técnica de Nível Superior, de que tem ciência do integral conteúdo deste Edital e que aceita participar da Equipe Técnica do licitante como responsável técnico pelo projeto para o qual foi indicado.

a) Esta declaração será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante.

14.1.17 Comprovar, que os profissionais indicados para compor a Equipe Técnica integram o quadro permanente do licitante, através da apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;

b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;

d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no CREA/CAU da Sede ou Filial do licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;

e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e o licitante de acordo com a legislação civil comum.

14.1.18 Dimensionar uma equipe técnica capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, cuja constituição deverá incluir necessariamente a equipe chave de Coordenação e a equipe complementar constituídas por especialistas temáticos e que deverão ter

experiências em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos, conforme especificado neste documento. As exigências para a obtenção das respectivas pontuações estarão expressas no Edital de Licitação (Termo de referência).

a) Destaca-se que cada profissional responsável técnico pela elaboração das peças técnicas deverá apresentar, juntamente com o produto realizado, anotação de responsabilidade técnica – ART, devidamente quitada, no caso de profissões submetidas e/ou regulamentadas por conselhos de classe.

b) Devendo ainda fornecer as seguintes informações:

I – Lista de serviços e instalações a serem fornecidos pelo órgão licitante;

II – A composição da equipe proposta por especialidade bem como as funções atribuídas a cada membro e sua utilização prevista em termos de tempo;

III – Estimativa total da equipe (técnicos, equipe de apoio e tempo de pessoal) a ser colocada à disposição para a execução do serviço, evidenciada por diagramas de barras, demonstrando o tempo proposto para cada técnico.

14.2 Se a licitante vencedora não cumprir o prazo previsto ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de **prestação do serviço adjudicado**, sujeitando-se às penalidades dispostas no **item 17** deste Edital.

14.3 Se a licitante vencedora injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, a ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Comissão de Licitação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes no **item 17** deste Edital.

14.3.1 Ocorrendo à hipótese prevista no item anterior, a sessão do certame será retomada, conforme previsto deste Edital.

14.4 Responde a **CONTRATADA** por todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não se admitindo, em qualquer hipótese, a transferência da responsabilidade para a **SEMA/MT**, nem a oneração do objeto do contrato, ou qualquer restrição à regularização e uso do objeto do contrato, bem como pelos tributos Federais, Estaduais e Municipais, que porventura sejam devidos em função ou decorrência do presente contrato.

14.4.1 Para os efeitos do disposto no art. 31, da Lei nº. 8.212, de 24/07/91 obriga-se a **CONTRATADA** a apresentar mensalmente a prova de recolhimento e quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão e sujeição às sanções cabíveis.

14.5 Demais cláusulas previstas no anexo IX deste edital.

15. DA CONTRATANTE

15.1 A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE se obriga, nos termos previstos neste edital a:

15.1.1 Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital.

15.1.2 A CONTRATANTE efetuará o pagamento conforme a Instrução Normativa 001/2007 – SAGP/SEFAZ, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as certidões negativas do FGTS e INSS.

15.2 A CONTRATANTE designará um gestor para acompanhar e supervisionar os trabalhos a serem desenvolvidos.

15.3 A CONTRATANTE poderá designar uma equipe de fiscalização/supervisão, que atuará sob a responsabilidade de um gerente sendo que a este caberá estabelecer os procedimentos detalhados de fiscalização do Contrato, em observância ao Termo de Referência.

15.3.1 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização/supervisão não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos serviços.

15.4 A COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS indicará à Gerência de Formalização de Contratos, antes da assinatura do contrato, os servidores da Secretariade estado de Meio Ambiente que ficarão responsáveis pelo acompanhamento, suporte e auxílio necessário, juntamente com os fiscais designados, durante todas as etapas de desenvolvimento das atividades inerentes a execução do contrato.

15.4.1 Poderão ser estabelecidas, para fins de controle das etapas de execução do objeto, as respectivas atribuições de cada servidor indicado, dentro de sua competência;

15.4.2 Em caso de não indicação pela COORDENARIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, o fiscal do contrato ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

15.5 As medições serão mensais, abrangendo o período do 1º ao último dia do mês.

15.5.1 A equipe de **FISCALIZAÇÃO** da **SEMA/MT** atestará as medições no prazo de 5 (cinco) dias úteis após sua realização.

15.6 Demais cláusulas previstas no anexo IX deste edital.

16. DA METODOLOGIA, DO PAGAMENTO, DA GARANTIA

16.1 Metodologia de acompanhamento da execução dos serviços e/ou entrega do(s) material(is), pelo demandante:

Os trabalhos serão acompanhados e supervisionados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através dos fiscais de contrato designados pela Coordenadoria de Políticas e

Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS, que emitirão parecer aprovando os produtos intermediários e finais.

A Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS e a Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS validarão o parecer emitido pelos fiscais de contrato.

A CONTRATANTE fiscalizará e acompanhará os serviços prestados pela Contratada, bem como terá livre acesso aos locais de trabalho, sem prévio aviso e a qualquer momento para exercer suas funções e obter informações julgadas necessárias ao acompanhamento dos trabalhos.

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização/supervisão não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos serviços.

Serão realizadas reuniões técnicas de supervisão / fiscalização devidamente programadas conforme proposta da Proponente. Previamente, será comunicado à Contratada todo o conteúdo da pauta de reunião. A Contratada poderá solicitar reunião técnica, devidamente justificada, sobre assunto que sugerir. Os assuntos, as discussões e as decisões deverão ser registrados em ata elaborada pela Contratada, entregue no máximo no quinto dia útil após a reunião. A qualquer tempo a Contratante poderá convocar reuniões que julgar necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

A Contratada fará exposições relativas ao desenvolvimento dos trabalhos sempre que solicitada e apresentará propostas de alternativas julgadas pertinentes, acompanhadas dos respectivos requerimentos de orientações e ajustes de conteúdos, procedimentos e diretrizes específicas.

A supervisão/fiscalização comunicará formalmente à Contratada as orientações necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

16.2 Após validadas a medição, a **CONTRATADA** emitirá as faturas e as encaminhará à **SEMA/MT**, juntamente com as xerocópias autenticadas das guias comprobatórias dos recolhimentos de quaisquer importâncias devidas ao INSS, ao FGTS e a título de ISS, em decorrência da execução dos serviços ora contratados, referentes à última competência vencida, a fim de eximir a SEMA-MT da co-responsabilidade por tais recolhimentos no futuro, tendo em vista a legislação vigente.

16.2.1 O pagamento, de acordo com cronograma físico financeiro ocorrerá na medida em que a prestação de serviços for efetivada, após a validação pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS dos pareceres emitidos pelos fiscais referente a execução de cada etapa e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS/ Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMI o fornecedor emitirá uma nota fiscal que será devidamente atestada pelo setor responsável.

16.3 Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** poderão ser sustados pela **SEMA/MT**, nos seguintes casos:

I – Imperfeição nos serviços a critério da **SEMA/MT**.

II – não cumprimento, pela **CONTRATADA**, de obrigações com terceiros, que possam de qualquer forma, prejudicar a **SEMA/MT**.

III – A não apresentação, da cópia autenticada da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do(s) responsável (eis) técnico(s) pela execução dos serviços contratados.

IV – não apresentação dos comprovantes de quitação com as obrigações previdenciárias.

V – inobservância de qualquer cláusula do contrato.

16.4 Para segurança do **CONTRATANTE** quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escriturai, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária.

16.4.1 A **CONTRATADA** deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

16.4.2 No caso de atraso no cumprimento do prazo de apresentação da garantia contratual, assinalado no item 16.4.1, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento).

16.4.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, comprovante de garantia, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93;

16.4.3.1. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

16.4.3.2. A devolução ou restituição da garantia contratual ficará condicionada à comprovação pela **CONTRATADA**, da inexistência de débitos trabalhistas e previdenciários em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

16.4.4. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão

da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

16.4.4.1. A autorização contida no item **16.4.4** é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.

16.4.5. Poderá a **CONTRATANTE** descontar da garantia importância a qualquer título devida pela **CONTRATADA**, obrigando-se esta a completá-la em 10 (dez) dias, e, em não o fazendo, os valores correspondentes serão descontados das faturas que tenha a receber;

16.4.6. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.5 Demais cláusulas previstas no anexo IX deste edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

17.1 As penalidades por infração de qualquer cláusula do presente Edital, inclusive a rescisão, ficam reguladas quanto aos motivos, à forma e aos direitos da SEMA/MT, pelo disposto na Seção V do Capítulo III, e na Seção II do Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93.

17.2 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

17.2.1 Quanto ao item 17.1:

- a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

17.2.2 Quanto ao item 17.1:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

17.3 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

17.4 Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

17.4.1 Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

17.4.2 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;

17.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.5 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

17.6 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o órgão proceder a cobrança judicial da multa.

17.7 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CONTRATANTE.

17.7.1 O valor estabelecido para a multa de que trata este artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

17.7.2 A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do ajuste será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

17.8 Configurada a ocorrência de qualquer uma das hipóteses ensejadoras de aplicação de multa, previamente à sua imposição, efetuar-se-á a notificação do adjudicatário ou do contratado para, querendo, apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.

17.8.1 Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade pecuniária.

17.8.2 A decisão – acolhendo as razões da defesa ou determinando a aplicação de multa – deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial.

17.8.3 A decisão de aplicação de multa deverá estabelecer o seu valor, o prazo para seu pagamento, data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária, e será encaminhada ao adjudicatário ou ao contratado para ciência, facultada a apresentação de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua notificação pela imprensa oficial.

17.8.4 A decisão do recurso interposto será publicada no Diário Oficial e encaminhada ao recorrente para ciência.

17.9 Ao término do regular processo administrativo – garantidos o contraditório e a ampla defesa – a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contrato.

17.9.1 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a adjudicatária responderá por sua complementação através de descontos de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

17.9.2 Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada, serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.

17.10 No caso de rescisão administrativa, a **CONTRATADA** reconhece, desde já, em favor da **SEMA/MT**, os direitos previstos no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93, bem como, no que couber, o estabelecido no Decreto nº. 1.380, de 4 de abril de 1.973.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso:

Projeto/Atividade	Fonte	Região	Elemento e Subelemento de Despesas
4322	393	9900	3.3.90.35.00
4322	640	9900	3.3.90.35.00

19. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Todas as atividades necessárias para o bom andamento da presente concorrência pública estão descritas no Termo de Referência anexo ao presente Edital de Concorrência Pública (**Anexo I**) de autoria da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos da SEMA/MT e conjunto com a Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais da SEMA/MT.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.2.1 A anulação do procedimento induz à do contrato.

20.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.4 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local definido e novamente publicado na Imprensa Oficial.

20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE.

20.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do certame.

20.8 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

20.9 Os PREÇOS contratuais estarão sujeitos a atualizações monetárias, após transcorridos 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, ou na menor periodicidade permitida pela legislação.

20.10 Os preços deverão ser reajustados após 12 (doze) meses da vigência do contrato, tendo por base, no 1º reajuste, a data da apresentação da proposta e nos demais, a data do último reajuste, observada a Lei Federal nº. 10.192, de 14/02/01, de acordo com o índice, publicado mensalmente, pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE: Serviços gerais com predominância de Mão-de-Obra (MO).

20.11 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, à Comissão de Licitação, na Secretaria Adjunta de Gestão Sistêmica, Endereço: Rua “C” esq. Com a Rua “F”, s/n – Palácio Paiguás – Centro Político Administrativo. Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fax 3613-7309 e no e-mail licitacao1@sema.mt.gov.br, até cinco dias úteis antes da data de abertura do certame.

20.12 A homologação do resultado desta licitação não implicará automático direito à contratação.

20.13 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 8.666/93 e do Decreto nº 840/2017.

20.14 São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II- Formulário Padrão de Proposta Técnica;
- c) ANEXO III - Formulário Padrão de Proposta Comercial;
- d) ANEXO IV – Modelo de Credenciamento;
- e) ANEXO V – Atestado de Capacidade Técnico-Operacional;
- f) ANEXO VI – Modelo de declaração;
- g) ANEXO VII – Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o Poder Público;
- h) ANEXO VIII – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- i) ANEXO IX – Minuta de Contrato.

Cuiabá(MT), 18 de maio de 2018.

Valdinei Valério da Silva
Ordenador de despesas
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT

ANEXO I

1- TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO nº 72/2015

2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente:

2.1 Nome do Projeto: Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

2.2 Número do **Convênio** ou Instrumento Equivalente:**Contrato de Repasse**

LOTE 01: 0372.149-35 MMA/CAIXA/2011

2.3 Meta / Etapa: Não se aplica

2.4 Componente / Ação: Não se aplica

2.5 **SICONV**: (X) Sim, conforme a seguir. () Não

LOTE 01: 765440/2011

3- Unidade Orçamentária:

3.1- Programa: 0393

3.2- Unidade Gestora: 02

3.3- Região: 9900

3.4- Medida: 1

3.5- Tarefa: 1

4 - Classificação da Despesa:

() Materiais Permanentes

() Materiais de Consumo ou Expediente

(X) Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

() Serviços de Terceiro Pessoa Física

() Obras

() Reformas

() Outros – serviços de Consultoria Pessoa Jurídica

5 - Unidade Demandante do TR:

Coordenadoria de Políticas e
Licenciamento de Resíduos
Sólidos

6 - Unidade Solicitante/ Receptora:

Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos

7 - Fiscal do Contrato MODIFICAR NOMES DOS FISCAIS – Agrupar os lotes que possuem os mesmos fiscais

7.1- Lote 01 (Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS)

7.1.1 - Fiscal Titular: Fernando de Almeida Pires

7.1.2 - Fiscal Substituto: Selma Arruda Cordeiro

8 - Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.

Projeto/Atividade	Fonte	Região	Elemento e Subelemento de Despesas	Valor (R\$)
4322	393		3.3.90.35.00	1.540.000,00
4322	640		3.3.90.35.00	-----
			Custo Estimado 2018	1.540.000,00
			Custo Estimado Total	R\$ 1.540.000,00

8.1 Origem do recurso: Preencher somente em caso de Projetos, caso não seja projeto, escrever **“Não se aplica”**.

(X) Recurso de Repasse

(X) Recurso de Contrapartida

() Recurso de Rendimento de Aplicação

9 - Objeto Sintético:

Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões:

Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS

(Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso)

10 - Planilha Descritiva do Objeto

10.1 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:

10.1.1 – Lote 01 (Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTDD SERVIÇO	VALOR UNIT	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO
01	Elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos –PEGIRS, nos termos previstos nos arts.16 e 17 da Lei nº 12.305/2010 e no art. 48 do Decreto Regulamentador 7404/2010. A abrangência deste plano deve englobar todo o Estado de Mato Grosso.	Cadastrar no SIAG	Todo Estado	01	R\$ 1.540.000,00	12	R\$ 1.540.000,00
VALOR TOTAL:							R\$ 1.540.000,00

10.2 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO ATIVIDADE
VALOR TOTAL							

11 - Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:

Os proponentes, considerando este Termo de Referência, que tem por objeto a contratação de serviços de consultoria e elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos, nos termos previstos nos arts. 18 e 19, da Lei nº 12.305/2010 e Decreto Regulamentador 7.404/2010, de resíduos sólidos, com observância às Normas da ABNT e Resoluções do CONAMA, além disso, que haja compatibilidade entre o objeto proposto e o Plano Municipal de Saneamento, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano Diretor Municipal e/ou com o Plano de Ação Estadual ou Regional, quando existentes, deverão apresentar o plano de trabalho para a execução dos serviços com as etapas e atividades a serem cumpridas, bem como a metodologia a ser seguida, contemplando nas propostas técnicas os seguintes itens:

- Conhecimento do Problema
- Metodologia e Plano de Trabalho
- Experiência da Empresa
- Experiência da Equipe Técnica

As exigências para a obtenção das respectivas pontuações estão expressas no **ANEXO I-A**.

11.1. CONHECIMENTO DO PROBLEMA

Os proponentes deverão evidenciar em suas propostas técnicas o conhecimento que possuem referentes à

elaboração de planos de resíduos sólidos, capacitação de gestores públicos – preferencialmente municipais - e apoio ao sistema de gestão dos resíduos sólidos do Estado e sobre as características do Estado de Mato Grosso.

11.2. METODOLOGIA

Os Proponentes deverão descrever: (i) a metodologia geral de elaboração do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos- PGIRS (das regiões de interesse) e da Capacitação de gestores públicos; (ii) os procedimentos metodológicos específicos de que se valerão para elaborar o Plano; (iii) a realização da capacitação de gestores públicos; e (iv) as etapas e subdivisões dos trabalhos e das atividades que serão cumpridas, que deverão levar em consideração as indicações do Termo de Referência.

Em seguida, deverão apresentar o Plano de Trabalho com descrição detalhada das atividades a serem cumpridas, inclusive dos procedimentos metodológicos específicos a serem empregados.

Os proponentes deverão relacionar os recursos físicos que colocarão à disposição da equipe que executará o Plano e a Capacitação de gestores públicos e demais produtos. Tais recursos deverão estar em consonância com a metodologia prevista, quantidade, período de utilização, e atividade do plano de trabalho em que serão aplicados.

Estão aqui incluídos equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, *plotters* etc), programas computacionais, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), imagens de satélite, equipamentos de campo, veículos e demais recursos físicos requeridos para o cumprimento das atividades integrantes do plano de trabalho de acordo com os procedimentos metodológicos propostos.

Os proponentes deverão apresentar cronograma físico, com tempo máximo de acordo com anexo I-D, que exprima a duração e o encadeamento das atividades previstas em seu plano de trabalho. Deverá também apresentar um organograma da equipe e respectivo cronograma de alocação.

11.3. CONTEÚDO MÍNIMO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

11.3.1 – CONTEÚDO MÍNIMO LOTE 01

O Plano terá a seguinte estrutura:

11.3.1.1 Projeto de Mobilização Social e Divulgação

11.3.1.1.1 Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações;

11.3.1.1.2. Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados;

11.3.1.1.3. Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

11.3.1.1.4. Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

11.3.1.2. Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado

11.3.1.2.1. Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos;

11.3.1.2.2. Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado;

11.3.1.2.3. Atividades geradoras de resíduos sólidos;

11.3.1.2.4. Situação dos Resíduos Sólidos;

11.3.1.2.5. Áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs;

11.3.1.3. Estudo de Regionalização e Proposição de Arranjos Intermunicipais

11.3.1.3.1. Áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos;

11.3.1.3.2. Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos;

11.3.1.4. Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência

11.3.1.4.1. Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência

11.3.1.5. Diretrizes e Estratégias para a Implementação do PEGIRS

11.3.1.5.1. Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no estado de

Mato Grosso

- 11.3.1.5.2. Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
- 11.3.1.5.3. Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos;
- 11.3.1.5.4. Metas para a gestão de resíduos sólidos;
- 11.3.1.5.5. Programas, projetos e ações;
- 11.3.1.5.6. Investimentos necessários e fontes de financiamento; e
- 11.3.1.5.7. Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PEGIRS.

11.4. ESPECIFICAÇÃO DO CONTEÚDO MÍNIMO DO LOTE

11.4.1 – Lote 01:

11.4.1.1. Projeto de Mobilização Social e Divulgação

A elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS requer a formatação de um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente. A participação e o envolvimento da sociedade devem ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano.

A participação social é instrumento de avaliação da eficácia da gestão e da melhoria contínua das políticas e serviços públicos por parte da população. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência social e a transparência dos processos decisórios com foco no interesse da coletividade.

Assim, o Projeto de Mobilização Social e Divulgação deve definir a metodologia, mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar o maior número de atores para o trabalho a ser realizado, mobilizando-os para contribuir e se co-responsabilizar pelo processo.

Dentre as modalidades de participação e controle social destacam-se as audiências públicas, consultas, participação em conferências, grupos de trabalho, comitês, conselhos, ou outro meio que possibilite a expressão e debate de opiniões individuais ou coletivas.

O conhecimento pleno das informações que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de dados é uma das condições principais para proporcionar a participação social. Para tanto, devem ser previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação do acesso e entendimento das informações para que a sociedade possa contribuir e fazer suas escolhas durante e após a elaboração do PEGIRS.

A participação da população não se limita, entretanto, à obtenção de informações. É parte do exercício da cidadania, um dos fundamentos do estado democrático de direito. Permite o posicionamento da sociedade sobre as políticas públicas, a socialização de experiências e o debate de ideias. Nesse sentido, o Projeto de Mobilização Social e Divulgação deve garantir à sociedade acesso às informações, representação técnica e participação no processo da formulação da política, do planejamento e do acompanhamento da gestão de resíduos sólidos.

Para a concretização destes requisitos o programa de comunicação social deverá conter os seguintes objetivos:

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PEGIRS;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano; e
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação deve conter a programação detalhada e o cronograma das principais atividades, tais como:

- identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PEGIRS;
- divulgação da elaboração do PEGIRS junto à comunidade, tanto rural como urbana;

- definição da estratégia de divulgação, disponibilização dos conteúdos e demais informações pertinentes e respectivos meios de comunicação local;
- capacitação dos atores interessados;
- realização dos eventos visando a identificação e discussão da realidade atual dos resíduos sólidos na região (diagnóstico); e
- definição da metodologia das plenárias, utilizando dinâmica e instrumentos didáticos com linguagem apropriada.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação parte da identificação da existência de interesses múltiplos e de áreas conflitantes e se inicia com a identificação de atores ou segmentos sociais estratégicos atuantes na área de Resíduos Sólidos na região que poderão auxiliar na implementação dos programas, projetos e ações do PEGIRS.

Na etapa do diagnóstico, a mobilização social deverá captar a percepção da sociedade sobre o grau de eficiência do poder público para o atendimento adequado da população, nos eventos de sensibilização nos municípios.

Durante e após a realização das etapas de diagnóstico, proposição de intervenções, validação e divulgação do PEGIRS, os eventos deverão ser acompanhados e avaliados, de modo a identificar o percentual da área da região diagnosticada, bem como a quantidade e a representatividade dos atores e segmentos sociais participantes dos eventos. A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes, buscando a convergência dos múltiplos anseios em torno de consensos no interesse da sociedade: sociedade civil organizada, escolas, gestores públicos, universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas, movimentos sociais, parlamentares, técnicos, agentes comunitários, setor privado, mídia entre outros.

É recomendável ao mesmo tempo a busca de cooperação com outros processos locais de mobilização e ação para assuntos de interesse convergente com a gestão de resíduos sólidos tais como: Agenda 21 Local, Coletivos Educadores Ambientais, Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, Conselhos Comunitários e Câmaras Técnicas de Comitês de Bacia Hidrográfica.

A participação social no processo de elaboração do PEGIRS ocorre a partir da mobilização social e inclui divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas à gestão de resíduos sólidos, além da capacitação para a participação em todas as etapas do processo.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação contempla os objetivos, metas e atividades da mobilização, cronogramas e principais atividades a serem desenvolvidas nas seguintes etapas:

11.4.1.1.1. Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos sólidos e suas implicações

Para essa atividade - uma oficina, com duração de 16 (dezesesseis) horas e distribuição de *Kits*, os trabalhos contemplarão a organização, preparação e realização da oficina, culminando na compilação e organização dos dados para relatório.

11.4.1.1.2. Oficina para validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para os problemas encontrados

A realização dessa oficina para validação do Panorama Estadual dos Resíduos Sólidos e do Plano de Regionalização deverá ter duração 16 (dezesesseis) horas, contará com distribuição de *Kits* e com as etapas de organização, preparação e execução com compilação de informações para posterior elaboração de relatórios.

11.4.1.1.3 Oficina para apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

Essa oficina deverá apresentar a proposição do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de forma a consolidar o resultado das etapas anteriores. Essa oficina deverá contar com 16 (dezesesseis) horas, com distribuição de *kits*.

11.4.1.1.4 Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos

Essa oficina, com duração de 08 (oito) horas e distribuição de Kits.

Todas as oficinas serão amplamente divulgadas, previamente e posteriormente, com registros fotográficos e em filmagens para produção de um VT.

A divulgação deverá contar com equipe, com experiência comprovada na produção, edição e impressão em virtude de se tratar de texto a ser produzido por serviços de consultoria técnica editorial que deverá conter mapas, gráficos, fotos, tabelas e outros elementos gráficos envolvendo trabalho de tratamento de imagens, projeto gráfico com a apresentação de provas para aprovação e impressão do produto final. Deverão ser produzidos 180 exemplares do Plano Estadual com a regionalização, em meio impresso; sendo que um arquivo digital – desse documento - deverá ser entregue para a SEMA.

A consolidação das contribuições obtidas durante os eventos para a validação da versão final do PEGIRS resultará na proposta de plano.

11.4.1.2. Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado

As etapas aqui previstas são os principais estudos para a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, pois diagnosticam e definem qual o problema e suas dimensões, com relação à geração de resíduos sólidos e o impacto da disposição inadequada dos mesmos, no estado de Mato Grosso.

11.4.1.2.1. Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos

O Plano Estadual abrangerá todas as tipologias de resíduos, conforme definição da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta forma, os dados obtidos pelas etapas componentes desta Meta, serão à base de dados e informações, que permitirão descrever o cenário atual, ou seja, o diagnóstico da gestão de resíduos sólidos, bem como planejar para a elaboração do prognóstico e soluções para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Estado de Mato Grosso.

Considerando a importância, acima destacada, desta Meta e suas Etapas, justifica-se o aporte planejado de recursos para realização da mesma.

Dentre as ações previstas, destacamos: Identificar, pesquisar e levantar dados secundários (disponíveis em instituições governamentais - municipais, estaduais e federais e não governamentais) e dados primários, com informações referentes à situação do saneamento básico, situação geral dos municípios da região, legislação local em vigor, e estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial, iniciativas e capacidade de educação ambiental, caracterização dos resíduos sólidos (quanto à origem, periculosidade, gravimetria), destinação e disposição final, áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos), identificação dos principais fluxos de resíduos na região e impactos socioeconômicos e ambientais, bem como projetos e programas existentes.

11.4.1.2.2. Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado

Esta etapa deverá ser composta de várias ações, dentre elas identificação, pesquisa e levantamento de informações sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios como: população, estradas, redes de água e energia elétrica, área, aspectos geológicos, geração de resíduos e tipos gerados e respectivas demandas decorrentes, frota de veículos e equipamentos existentes nos municípios; formas e etapas de ocupação e organização territorial, o uso e ocupação atual do solo e dos recursos naturais e dos recursos hídricos, suas especificidades, vocações e seu papel na economia regional e estadual; identificar e avaliar a adequação dos locais existentes e em uso para a destinação dos vários tipos de resíduos; elaborar mapas e plantas necessárias.

Inclui uma análise demográfica das áreas urbana e rural, estratificada por renda, gênero, faixa etária e densidade, além da projeção do crescimento populacional nos horizontes de tempo do Plano.

11.4.1.2.3. Atividades Geradoras de Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305/2010 classifica os resíduos segundo a origem e segundo a periculosidade. Quanto à origem, podem ser: resíduos sólidos urbanos (que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); gerados por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; gerados pelos serviços de saneamento básico; industriais; de serviços de saúde; da construção civil; originados das atividades agrossilvopastoris; dos serviços de transporte

e os originados das atividades de mineração. Quanto à periculosidade, a Lei nº 12.305/10 classifica os resíduos em perigosos e não perigosos.

Uma das formas de classificação dos resíduos pode ser por geração (por tipologia, por etapa do processo produtivo e por periculosidade) e por destinação final (por tipologia, por etapa do processo produtivo e por periculosidade).

Essa fase deverá conter várias ações, dentre elas a identificar, pesquisa e levantamento de informações sobre as atividades geradoras de resíduos sólidos na região, por meio de levantamento, avaliação e mapeamento dos empreendimentos ou atividades significativas sob o ponto de vista de abrangência (quando a área ocupada pela atividade envolve mais de um município) ou cuja expressão na economia estadual é relevante ou, ainda, quando o impacto ambiental decorrente extrapola o âmbito local ou municipal de acordo com as vocações econômicas da região/ estado, apresentando o contexto atual (inclusive sobre as condições do licenciamento ambiental desses empreendimentos), limitações ou fatores de expansão e projeções das atividades produtivas por setor.

A equipe para realização dessas ações deverá ser composta de acordo com o item 15.3.1.

O objetivo deste levantamento é identificar os principais geradores de resíduos sólidos quanto à origem (urbanos, comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, industriais, resíduos de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes e de mineração) e quanto à periculosidade (perigosos e não perigosos).

11.4.1.2.4. Situação dos Resíduos Sólidos

O estudo deverá retratar a situação dos resíduos sólidos podendo observar essa classificação, com ênfase para aqueles resíduos que mais repercussão apresenta no estado.

Deverá ser realizado levantamento, avaliação e mapeamento dos empreendimentos ou atividades significativos sob o ponto de vista de abrangência (quando a área ocupada pela atividade envolve mais de um município) ou cuja expressão na economia estadual é relevante ou, ainda, quando o impacto ambiental decorrente extrapola o âmbito local ou municipal de acordo com as vocações econômicas do Estado, apresentando o contexto atual (inclusive sobre as condições do licenciamento ambiental desses empreendimentos), limitações ou fatores de expansão e projeções das atividades produtivas por setor.

O objetivo deste levantamento é identificar os principais geradores de resíduos sólidos quanto à origem (urbanos, comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, industriais, resíduos de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes e de mineração) e quanto à periculosidade (perigosos e não perigosos). Estão prevista na realização deste trabalho, a identificação, a pesquisa e o levantamento de informações sobre a situação dos resíduos sólidos gerados na região quanto à origem, volume, características e formas de destinação e disposição final adotada, bem como informar a situação dos resíduos sólidos nos municípios, com dados da realidade local ou regional. Inclui traçar um quadro geral focado nos problemas mais freqüentemente ocasionados pelos resíduos nas localidades diagnosticadas. Interessa, além disso, registrar os resíduos com presença (em volume) mais significativa.

Não sendo ainda uma abordagem mais exaustiva dos resíduos, interessa ainda informar a existência de: práticas de coleta seletiva de embalagens e outros resíduos secos e práticas de compostagem de orgânicos, manejo dos resíduos da construção. No tocante às alternativas de destinação e disposição final, precisa ser informada para cada município: existência de lixão, de bota fora de resíduos de construção civil, ou de instalações adequadas como aterros sanitários, galpões de triagem e outras.

O diagnóstico deverá retratar a situação dos resíduos sólidos com ênfase na classificação para aqueles resíduos que mais repercussão apresenta na região:

- i) Resíduos Sólidos Urbanos – RSU;**
- ii) Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico;**

- iii) Resíduos industriais;
- iv) Resíduos de serviços de saúde – RSS;
- v) Resíduos da construção e demolição – RCD;
- vi) Resíduos agrossilvopastoris;
- vii) Resíduos de serviços de transportes;
- viii) Resíduos de mineração.

11.4.1.2.5. Estudo das Áreas potencialmente degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs.

Trata da identificação e mapeamento georreferenciado das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e seus riscos decorrentes: incêndios florestais, contaminação do solo, poluição e contaminação das águas, alterações ambientais causadas por depósitos inadequados de resíduos sólidos etc. Esse levantamento é útil para detectar áreas a serem plotadas como áreas não edificáveis pelos perigos eminentes, para detectar áreas a serem recuperadas, para identificar áreas com potencial de risco a população e subsidiar a escolha de tecnologias adequadas de descontaminação destes locais de disposição final inadequada.

11.4.1.3. Estudo de Regionalização e Proposição de Arranjos Intermunicipais

Para efeito deste documento, o Zoneamento e Proposição de Arranjos Intermunicipais complementam o Estudo de Regionalização, que consiste na identificação de arranjos territoriais no estado, contemplando municípios, com o objetivo de compartilhar serviços, ou atividades de interesse comum, permitindo, dessa forma, maximizar os recursos humanos, infraestruturais e financeiros existentes em cada um deles, de modo a gerar economia de escala.

O Governo Federal tem priorizado a aplicação de recursos na área de resíduos sólidos por meio de consórcios públicos, constituídos com base na Lei nº 11.107/2005, visando fortalecer a gestão de resíduos sólidos nos municípios. Trata-se de induzir a formação de consórcios públicos que congreguem diversos municípios, de preferência com os de maior porte, para planejar, regular, fiscalizar e prestar os serviços de acordo com tecnologias adequadas a cada realidade, com um quadro permanente de técnicos capacitados, potencializando os investimentos realizados e profissionalizando a gestão.

Quando comparada ao modelo atual, no qual os municípios manejam seus resíduos sólidos isoladamente, a gestão associada possibilita reduzir custos. O ganho de escala no manejo dos resíduos, conjugado à implantação da cobrança pela prestação dos serviços, garante a sustentabilidade econômica dos consórcios e a manutenção de pessoal especializado na gestão de resíduos sólidos.

Esta meta levará em consideração todos os estudos já realizados e em elaboração pelo estado, em especial os estudos, objeto do convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente para os estudos de regionalização para os resíduos sólidos urbanos. Nessa perspectiva, o estudo terá como base a Lei Estadual nº 8.697, de 02 de agosto de 2007 que instituiu 15 Consórcios Intermunicipais, voltados ao desenvolvimento regional sustentável dos municípios que os compõem, considerando seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, desenvolvendo ações em conjunto com a Associação Mato-grossense de Municípios (AMM). Essa divisão em regiões no Estado de Mato Grosso, por meio dos Consórcios, facilitou o diagnóstico de problemas que cada uma possuía, para tomar as providências necessárias, fortalecendo assim, os municípios.

Esse agrupamento fortalecido, econômico e politicamente, promove um crescimento econômico-financeiro e, conseqüentemente, incremento no poder aquisitivo, que pode levar a geração de diversas tipologias de resíduos. Entretanto, esses consórcios – inicialmente não objetivavam o gerenciamento de resíduos. Por isso, talvez, seja necessário um rearranjo interno com identificação de arranjos territoriais ótimos para o gerenciamento de resíduos; sem, contudo alterar o agrupamento de municípios, visto que esse notoriamente beneficia o consórcio. Nessa perspectiva, vale destacar que os consórcios foram constituídos com base nas atividades produtivas. Fato que influencia de forma *sine qua nom* a geração quali-quantitativa dos resíduos.

11.4.1.3.1. Áreas potencialmente favoráveis para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos

A Lei nº 12.305/2010 distingue destinação e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

Segundo a norma, a disposição final corresponde à distribuição dos rejeitos em aterros sanitários. Ou seja, a disposição no aterro sanitário somente se dará quando não há mais possibilidade de reutilização, reciclagem ou tratamento daquele resíduo que, nesta circunstância, torna-se rejeito.

Já a destinação final ambientalmente adequada é um conceito mais amplo e inclui todos os possíveis destinos que um resíduo pode ter, tais como a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação ou outras, inclusive para o aterro sanitário, quando, não havendo mais possibilidade de aproveitamento, o resíduo passa a ser rejeito.

Este levantamento abrange a localização das áreas e principais unidades de destinação final de resíduos sólidos em funcionamento no Estado, identificando a superfície ocupada e tipo de resíduo, ou, no caso de unidade de destinação final, sua capacidade instalada, situação do licenciamento ambiental e existência de cooperação, complementaridade ou compartilhamento de processos, equipamentos ou infraestrutura entre os municípios, avaliar a situação atual da gestão de resíduos sob o aspecto da destinação final; além de proposição de ações capazes de atender aos dispositivos da Lei nº 12.305/10 no que se refere à destinação final ambientalmente adequada.

O mapeamento visa avaliar a situação atual da gestão de resíduos sob o aspecto da destinação final. Com isso, o planejador poderá propor ações no PEGIRS capazes de atender aos dispositivos da Lei nº 12.305/2010 no que se refere à destinação final ambientalmente adequada, cujo conceito inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

O levantamento inclui a avaliação dos modais de transporte presentes no estado, inclusive com as possíveis conexões rodoviárias, ferroviárias e fluviais, apontando as realidades existentes para uma possível movimentação dos resíduos sólidos gerados, sempre com o objetivo de obter ganhos de escala para materiais potencialmente recicláveis e de poder utilizar unidades compartilhadas de destinação final.

Apresentam-se aqui as informações referentes a características dos solos, rede hidrográfica e índices pluviométricos, condicionantes referenciais para a definição de tecnologias e proposição de áreas para a implantação de aterros sanitários. Importante também identificar se os locais indicados permitem ou possuem infraestrutura mínima para instalação de serviço de fornecimento de energia, via de acesso, abastecimento de água ou outro serviço essencial.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina que a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos devem obedecer a seguinte ordem de prioridade: a minimização da geração, a redução, a triagem para manejo diferenciado, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados, direcionando para o aterro sanitário apenas os rejeitos.

O modelo tecnológico adotado deve considerar a viabilidade técnica, social, econômica e ambiental das soluções, a não precarização das condições de trabalho, a integração de ações com a área de saúde, de educação, de meio ambiente, de desenvolvimento econômico entre outros aspectos.

O Estudo de Regionalização deve pré-dimensionar as instalações e sua localização adequada para a gestão dos resíduos sólidos em cada arranjo intermunicipal, tais como: pontos de entrega de resíduos, galpões de triagem dos resíduos secos (vindos da coleta seletiva), compostagem de resíduos orgânicos, instalações de tratamento dos resíduos dos serviços de saúde, aterros sanitários, aterros de resíduos da construção civil e inertes e outras instalações que permitam o manejo diferenciado e integrado dos diversos tipos de resíduos gerados na UF.

Dentre as unidades e infraestruturas para a destinação final de resíduos podem ser citadas:

- LEV – Locais de Entrega Voluntária para Resíduos Recicláveis. Dispositivos de recebimento de recicláveis, como contêineres ou outros;
- PEV – Pontos de Entrega Voluntária para Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Volumosos,

para acumulação temporária de resíduos da coleta seletiva e resíduos com logística reversa (conforme NBR 15.112/2004);

- Galpão de triagem de recicláveis secos;
- Pátio de compostagem de orgânicos;
- ATT – Áreas de Triagem, Reciclagem e Transbordo de Resíduos de Construção e Demolição, Volumosos e resíduos com logística reversa;
- Aterros sanitários (NBR 13.896/1997);
- ASPP - Aterro Sanitário de Pequeno Porte (NBR 15.849/2010);
- Aterros de RCD Classe A (NBR 15.113/2004).

11.4.1.3.2. Critérios de agregação de municípios para a identificação dos arranjos

O processo da construção dos arranjos intermunicipais se inicia no estabelecimento de critérios para o estudo das várias opções de agregação de municípios, como arranjos territoriais ótimos. Dentre os vários critérios que podem ser estabelecidos, destacam os seguintes:

- Arranjos regionais pré-existent (compartilhamento de unidades); Arranjos regionais pré-existent (compartilhamento de unidades);
- Área de abrangência pretendida para o arranjo intermunicipal (distância máxima entre municípios);
- Contiguidade territorial;
- Bacia Hidrográfica;
- Condições de acesso (infraestrutura de transporte entre os municípios);
- Similaridade quanto às características ambientais e sócio-culturais;
- Existência de fluxos econômicos entre municípios;
- Experiências comuns no manejo de resíduos;
- Dificuldades locais para áreas de manejo em alguns municípios;
- Existência de municípios pólo com liderança regional;
- Existência de pequenos municípios que não podem ser segregados do arranjo regional;
- Número de municípios envolvidos;
- População total a ser atendida (rateio de custos);
- Volume total de resíduos gerados nos municípios;
- Distâncias entre os municípios; e
- Cadeias produtivas existentes.

Alguns critérios podem ter relevância para uma região e não para outras. Para uma análise adequada, sugere-se uma classificação dos critérios pelo grau de importância.

11.4.1.4. Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência

A proposição de cenários tem por objetivo a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável, a partir de possíveis perspectivas de eventos, capazes de mostrar a transformação da situação de origem até a situação futura. Busca-se planejar tais perspectivas e, conseqüentemente, intervir para atingir um objetivo pré-determinado.

Preferencialmente, os cenários de planejamento devem ser divergentes entre si, desenhando futuros distintos. O processo de construção de cenários promove assim uma reflexão sobre as alternativas de futuro e, ao reduzir as diferenças de percepção entre os diversos atores interessados, melhoram a tomada de decisões estratégicas por parte dos gestores.

A análise deve identificar dimensionar e prever problemas de variados tipos, estruturando os, definindo a população implicada, as expectativas da sociedade, demandas dos serviços públicos de saneamento básico, demandas do setor comercial, demandas do setor de saúde, demandas do setor industrial, demandas do setor agropecuário e de silvicultura, e a relação entre causas e efeitos, identificando objetivos, agentes, sequência de ações, tentando prever conseqüências, avaliando escalas de valores e como se inter-relacionam as questões, abordando táticas e estratégias, como a utilização dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A elaboração dos cenários de evolução do desenvolvimento socioeconômico do Estado é feita com base

nas informações do diagnóstico. O diagnóstico consiste, numa primeira fase, na elaboração de um inventário e de análise retrospectiva sobre a situação atual no Estado e, numa segunda fase, em análise prospectiva da situação futura. Deve-se, quando possível, construir cenários que permitam orientar o processo de planejamento, identificando-se as soluções que compatibilizem o crescimento econômico (criação de riqueza), a qualidade de vida da população (bem-estar social) e a sustentabilidade ambiental (uso racional dos recursos naturais).

Deverão ser indicadas alternativas que representem aspirações sociais factíveis de serem atendidas nos prazos estipulados. Em resumo, a prospecção estratégica, com a elaboração de cenários, tem por objetivo identificar, dimensionar, analisar e prever a implementação de alternativas de intervenção, inclusive de emergências e contingências, visando o atendimento das demandas e prioridades da sociedade.

11.4.1.5. Diretrizes e estratégias para implementação do PEGIRS

Trata-se do conjunto de estratégias e diretrizes para assegurar a implementação do Plano e garantir o alcance das condições apontadas pelo cenário escolhido. As estratégias e as diretrizes representam os principais caminhos e orientações sobre componentes fundamentais que, sem esse direcionamento, podem comprometer o atendimento das condições favoráveis à implementação do Plano, conforme a seguir.

11.4.1.5.1. Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso, abrangendo:

- Recuperação de resíduos e minimização dos rejeitos encaminhados à disposição final ambientalmente adequada;
- Manejo diferenciado e integrado, regulado, em instalações normatizadas;
- Medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada dos resíduos sólidos;
- Diretrizes e meios para a criação de fundos estadual e municipal de resíduos sólidos; e
- Apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis, contribuindo para a formalização de suas atividades.

11.4.1.5.2. Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

Após a realização das etapas de diagnóstico e com base nos prognósticos efetuados, serão identificadas as oportunidades de reaproveitamento, reciclagem e tratamento dos diversos tipos de resíduos e suas potencialidades econômicas e definidas as ações a curto, médio e longo prazo, e uma hierarquização das demandas em função das carências detectadas. O plano de ações deverá contemplar:

- Os instrumentos a serem utilizados;
- As estratégias a serem adotadas;
- O novo modelo de gestão associada baseado na Lei dos Consórcios Públicos.

Deve-se levar em conta ainda que: as propostas deverão ser articuladas intersetorialmente; o sistema de gestão de resíduos sólidos deverá privilegiar por meio da educação ambiental, soluções voltadas para a minimização da geração, a segregação, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados, inclusive por compostagem, quando viável; os resíduos sólidos domiciliares/comerciais e os especiais deverão ter coleta diferenciada, tratamento e disposição final adequados com a substituição de lixões por aterros sanitários, sempre que possíveis regionais; proposição de modelos de coleta seletiva que permitam a geração de trabalho e renda para os catadores, a partir da organização em Associações e/ou Cooperativas de coleta e triagem; as propostas elaboradas deverão indicar a origem dos recursos necessários para a execução do plano de gestão de resíduos sólidos.

A partir da eleição do cenário de referência, ou seja, aquele que os atores sociais entenderam como desejável em função de uma expectativa viável de futuro para o equacionamento da questão dos resíduos sólidos em nível estadual parte-se para a definição das metas do Plano. As metas devem ser quantificáveis, de modo que seu alcance seja mensurável e, por consequência, aferido. Devem também se referir a horizontes temporais (curto prazo, médio prazo e longo prazo). Dentre as várias metodologias disponíveis para auxiliar o estabelecimento das metas, uma delas consiste em relacionar os problemas ou desafios para solucionar ou mitigar cada um dos

problemas identificados no quadro atual dos resíduos sólidos na região/estado cuja solução ou encaminhamento permitirá atingir o cenário escolhido em horizontes temporais.

Trata-se do conjunto de estratégias e diretrizes para assegurar a implementação do Plano e garantir o alcance das condições apontadas pelo cenário escolhido. As estratégias e diretrizes representam os principais caminhos e orientações sobre componentes fundamentais que, sem esse direcionamento, podem comprometer o atendimento das condições favoráveis à implementação do Plano.

11.4.1.5.3. Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos

As medidas serão propostas com base em estudos ambientais levando-se em consideração o tamanho, as características geológicas e hidrogeológicas, proximidades com centros urbanos e áreas de expansão urbana e das características quali-quantitativas dos resíduos dispostos na área.

Para esta proposição deverá ser considerado a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu respectivo plano, além da legislação ambiental pertinente.

11.4.1.5.4. Metas para a Gestão dos Resíduos Sólidos

A partir da eleição do cenário de referência, ou seja, aquele que os atores sociais entenderem como desejável, em função de uma expectativa viável de futuro, para o equacionamento da questão dos resíduos sólidos, em nível estadual, orientarão a definição das metas do Plano.

As metas devem ser quantificáveis, de modo que seu alcance seja mensurável e, por consequência, aferido. Devem também se referir a horizontes temporais (curto prazo, médio prazo e longo prazo). Dentre as várias metodologias disponíveis para auxiliar o estabelecimento das metas, uma delas consiste em relacionar os problemas ou desafios para solucionar ou mitigar cada um dos problemas identificados no quadro atual dos resíduos sólidos na UF cuja solução ou encaminhamento permitirá atingir o cenário escolhido em horizontes temporais. Caso a UF não disponha de um instrumento legal relacionado a determinada questão, deve-se partir das diretrizes e disposições trazidas pela Lei nº 12.304/10 e pelo Decreto nº 7.404/10.

Vale destacar que o planejamento das ações precisa apontar os caminhos para o cumprimento das obrigações legais dos geradores responsáveis por Planos de Gerenciamento de Resíduos, conforme reconhecidos na etapa do Diagnóstico. O PEGIRS deve definir, no âmbito local ou regional, o órgão público que será a referência para entrega do plano de gerenciamento, de forma a garantir a sistemática anual de atualização, visando o controle e a fiscalização. Deverão ser orientados quanto a estes procedimentos, e quanto às penalidades aplicáveis pelo seu não cumprimento, os responsáveis por atividades industriais, agrosilvopastoris, estabelecimentos de serviços de saúde, responsáveis por serviços públicos de saneamento básico, empresas e terminais de transporte, mineradoras, construtoras e os grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, nos termos da Lei 12.305/2010.

11.4.1.5.5. Programas, Projetos e Ações;

Esta etapa também visa definir os programas, projetos e ações para o atendimento das metas estabelecidas para o alcance do cenário de referência. Para cada Programa deverão ser estimados os prazos e o montante dos investimentos necessários à sua implementação. Inclui normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado destinados às ações e programas de interesse na área de resíduos sólidos e medidas para incentivar e viabilizar a gestão associada dos resíduos sólidos.

A seguir, apresenta-se uma exemplificação da conexão entre as diretrizes, os programas, projetos, ações e as metas do Plano:

Diretriz 1: Recuperação de resíduos e minimização dos rejeitos encaminhados à destinação final ambientalmente adequada.

Programa 1.1: Promoção da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

Projeto 1.1.1: Implantação de sistemas de destinação final adequada de resíduos.

Ação 1.1.1.1: Instalação de unidades de manejo em municípios consorciados.

Meta 1.1.1.1.1: Identificação de aterros sanitários construídos e em operação nos arranjos intermunicipais

selecionados até 2014.

11.4.1.5.6. Investimentos necessários e fontes de financiamentos

A identificação dos programas, projetos e ações necessárias à consecução das metas permite que sejam estimados os valores necessários à sua execução de acordo com os prazos estabelecidos. Na distinção entre o montante requerido para a execução de obras físicas e ações direcionadas à gestão é conveniente enfatizar e priorizar as atividades que contribuirão para o aumento da eficácia da gestão dos resíduos sólidos bem como para o estreitamento da articulação entre os três níveis de governo (União, a UF e os municípios), pois, além de preservar a autonomia entre os poderes, respeitando o princípio da subsidiariedade, é imprescindível que tais canais de entendimento estejam harmonizados para a implementação da Política, que é de âmbito nacional. Assim, pois, deve-se apontar para as possíveis fontes de financiamento e respectivos critérios de elegibilidade, entre os quais a elaboração de bons projetos figura como requisito principal.

Poderá ser consultada a publicação realizada pelo Banco do Brasil, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério das cidades – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, formada por 4 fascículos, sendo o 3º referente à “Fontes de Financiamento” (<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/3FontesFinan.pdf>). Nesse fascículo, há uma abordagem quanto às fontes de financiamento reembolsáveis (BNDES - PMI – Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos) e não reembolsáveis (BNDES - Fundo Social, FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Clima, FUNASA – Programa de saneamento ambiental para municípios até 50 mil habitantes, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Programa Resíduos Sólidos Urbanos, Ministério da Justiça – Fundo de Direitos Difusos).

A elaboração dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos será condição para que Estados, a partir de agosto de 2012, tenham acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão e ao manejo de resíduos sólidos.

11.4.1.5.7. Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PEGIRS a ser cumprido pelo consorciado que for implementar o plano

O acompanhamento, controle e a fiscalização do Plano envolvem questões tais como:

- Elaboração da agenda de implementação e acompanhamento do cumprimento dos objetivos definidos no PEGIRS;
- A observância dos dispositivos legais aplicáveis à gestão dos resíduos sólidos;
- A identificação dos pontos fortes e fracos do plano elaborado e das oportunidades e entraves à sua implementação;
- A efetividade da implementação do Plano por meio da aferição das metas estabelecidas; e
- Proposição de adequações e demais ajustes necessários.

A construção de indicadores deve permitir uma análise gráfica entre a meta prevista e a realizada nos períodos determinados pelo PEGIRS, além de apresentar, pelo menos, as seguintes características:

- terem definição clara, concisa e interpretação inequívoca;
- serem mensuráveis com facilidade e a custo razoável;
- possibilitarem e facilitarem a comparação do desempenho obtido com os objetivos planejados;
- contribuírem efetivamente para a tomada de decisões;
- dispensarem análises complexas;
- serem limitados a uma quantidade mínima, o suficiente para avaliação objetiva das metas de planejamento;
- serem rastreáveis;
- serem compatíveis com os indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, facilitando assim a integração do sistema de indicadores local e estadual com o sistema nacional.

11.4.1.6. Banco de dados:

As informações obtidas ao longo dos levantamentos quanto à geração de resíduos sólidos, caracterização e localização das áreas adequadas para implantação das infraestruturas necessárias à gestão dos resíduos sólidos municipais ou regionais deverão ser organizadas e compiladas em um banco de dados.

11.5- Do Cadastro da Especificação:

Cadastrado na SAD?☐ Sim☒ Não, porque não existe cadastrado no banco o tipo de serviço pretendido por ser muito específico.**12 - Justificativa Técnica da aquisição:**

A elaboração do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos, nos termos previstos no art. 18 e 19 da Lei nº 12.305/2010, é condição para os Estados e Municípios terem acesso a recursos da União, a partir de 02 de agosto de 2012, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Os planos de resíduos sólidos são parte de um processo que objetiva provocar uma gradual mudança de atitudes e hábitos na sociedade brasileira cujo foco vai desde a geração até a destinação final dos resíduos.

Portanto, o plano vai além da finalização de um documento, pois corresponde a todo um processo que parte da elaboração, implementação, acompanhamento e vai até a sua revisão.

Dessa forma, os planos de resíduos sólidos devem ser compatíveis e integrados às demais políticas, planos e disciplinamentos do estado relacionados à gestão do território, visando:

- a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- o incentivo à indústria da reciclagem;
- a gestão integrada de resíduos sólidos;
- a capacitação técnica continuada em gestão de resíduos sólidos;
- a integração de catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conforme art. 7º da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O processo de elaboração do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos deve assegurar a efetiva participação e o controle social nas fases de formulação e acompanhamento da implantação da política estadual de resíduos sólidos, bem como na avaliação da consecução das metas do Plano.

O Plano constitui um instrumento que permite ao estado e aos municípios programar e executar as atividades capazes de transformar a situação atual para a condição esperada e manifestada pela população e pelo Poder Público, convertida em melhorias e avanços no sentido de aumentar a eficácia e a efetividade da gestão de resíduos, com educação ambiental, coleta seletiva, estímulo à comercialização de materiais recicláveis, compostagem, inclusão de catadores e adoção de sistema adequado para a disposição final de rejeitos.

13 - Resultados Esperados Diretos e Indiretos

Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, elaborado em conformidade com os artigos 18 e 19, da Lei nº 12.305/2010 e Decreto Regulamentador 7404/2010, condição para captação de recursos da União.

14 - Público/ Clientela Alvo:

População do todo o Estado de Mato Grosso.

15. Requisitos para apresentação da proposta para o Lote:**15.1 Conhecimento Prévio do objeto:**

15.1.1 Necessita de vistoria?

☐ Sim☒ Não

15.1.2 Descrição dos detalhes da vistoria:

15.1.2.1 Como será realizada a vistoria (local etc)?

15.1.2.2 Em até quantos dias antes da data da licitação a vistoria deverá ser feita?

15.1.2.3 Qual profissional da SEMA acompanhará a vistoria?

15.1.2.4 Necessita de agendamento?

() Sim **Informar onde, com quem, telefone, setor.**

(X) Não

15.2 Perfil da Empresa a ser contratada:

Compreende a capacidade do licitante, que deverá compatibilizar a utilização de equipamentos e pessoal, observados os aspectos práticos e as condições de flexibilidade, visando sempre uma agilização das soluções técnicas administrativas. Caso a empresa se interesse por mais de um lote, a mesma deverá compatibilizar a utilização de equipamentos e pessoal para garantir a execução dos objetos de interesse dentro dos prazos especificados.

Compreende também a esquematização sistemática com que se propõe a executar os serviços com processos tecnológicos e científicos, caracterizando dessa maneira, a atuação, criatividade e desempenho.

a) Organograma

Descrição da equipe a ser alocada nos serviços, suas atribuições e responsabilidades.

b) Infra -estrutura de apoio

Indicar o suporte de informática previsto (equipamentos e softwares), bem como, as instalações, veículos, etc., a serem alocados nos serviços.

c) Cronograma de permanência do pessoal

Contempla as diversas áreas descritas no organograma, as categorias profissionais a serem utilizadas e as horas alocadas por técnicos, bem como, a equipe permanente a desenvolver o objeto.

15.3 Perfil do Profissional a ser contratado:

A CONTRATADA deverá dimensionar uma equipe técnica capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, cuja constituição deverá incluir necessariamente a equipe técnica constituída por um Coordenador que deverá ter experiências em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos, conforme especificado neste documento e por oito especialistas setoriais. As exigências para a obtenção das respectivas pontuações estarão expressas no Edital de Licitação (Anexo I-A).

Destaca-se que cada profissional responsável técnico pela elaboração das peças técnicas deverá apresentar, juntamente com o produto realizado, anotação de responsabilidade técnica – ART, devidamente quitada, no caso de profissões submetidas e/ou regulamentadas por conselhos de classe.

A proposta técnica apresentada ainda deverá fornecer as seguintes informações:

- a) Lista de serviços e instalações a serem fornecidos pelo licitante;
- b) A composição da equipe proposta por especialidade bem como as funções atribuídas a cada membro e sua utilização prevista em termos de tempo;

- c) Estimativa total da equipe (técnicos, equipe de apoio e tempo de pessoal) a ser colocada à disposição para a execução do serviço, evidenciada por diagramas de barras, demonstrando o tempo proposto para cada técnico.

15.3.1. EQUIPE TÉCNICA

A EQUIPE TÉCNICA deverá ser composta pelo Coordenador Geral e por 8 (Oito) Especialistas Setoriais, conforme descrito a seguir:

- a) Coordenador Geral: Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação;
- b) Especialista Setorial I e II – Profissionais de Engenharia (02 profissionais);
- c) Especialista Setorial – Meio Ambiente: Profissional de nível superior em área afim;
- d) Especialista Setorial – Socioeconômico: Profissional de nível superior em área afim;
- e) Especialista Setorial – Planejamento Urbano: Profissional de nível superior em área afim;
- f) Especialista Setorial – Jurídico: Advogado, devidamente inscrito na OAB;
- g) Especialista Setorial – Analista de Sistemas: Profissional de nível superior em área afim;
- h) Especialista Setorial – Comunicação e Mobilização Social: Profissional de nível superior em área afim.

15.4 Materiais informativos e/ou amostra a serem apresentados pela empresa:

- () Folders / Catálogos / Portfólio
() Amostra do licitante vencedor
() Outro Especificar informando qual tipo de material informativo deseja.

Não se aplica.

15.4.1 – Critérios para avaliação da amostra:

Não se aplica.

15.5 Plano de Trabalho/Projeto Básico:

15.5.1 Metodologia de acompanhamento da execução dos serviços e/ou entrega do(s) material(is), pelo demandante:

Os trabalhos serão acompanhados e supervisionados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através dos fiscais de contrato designados pela Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS, que emitirão parecer aprovando os produtos intermediários e finais.

A Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS e a Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS validarão o parecer emitido pelos fiscais de contrato.

A CONTRATANTE fiscalizará e acompanhará os serviços prestados pela Contratada, bem como terá livre acesso aos locais de trabalho, sem prévio aviso e a qualquer momento para exercer suas funções e obter informações julgadas necessárias ao acompanhamento dos trabalhos.

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização/supervisão não eximirá a CONTRATADA da integral

responsabilidade pela execução dos serviços.

Serão realizadas reuniões técnicas de supervisão / fiscalização devidamente programadas conforme proposta da Proponente. Previamente, será comunicado à Contratada todo o conteúdo da pauta de reunião. A Contratada poderá solicitar reunião técnica, devidamente justificada, sobre assunto que sugerir. Os assuntos, as discussões e as decisões deverão ser registrados em ata elaborada pela Contratada, entregue no máximo no quinto dia útil após a reunião. A qualquer tempo a Contratante poderá convocar reuniões que julgar necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

A Contratada fará exposições relativas ao desenvolvimento dos trabalhos sempre que solicitada e apresentará propostas de alternativas julgadas pertinentes, acompanhadas dos respectivos requerimentos de orientações e ajustes de conteúdos, procedimentos e diretrizes específicas.

A supervisão/fiscalização comunicará formalmente à Contratada as orientações necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

15.5.1.1 - Critérios para controle dos serviços

Para o controle dos serviços a serem executados os produtos foram divididos em etapas (tabela I) e estas deverão gerar um relatório de andamento (RA) ao final de cada etapa.

O controle dos serviços será a entrega de relatório de andamento (RA) de cada etapa.

O andamento, a base de informações e os resultados dos trabalhos referentes a cada produto do plano deverão ser apresentados em forma de relatórios técnicos, a seguir discriminados:

- Relatórios de Andamento (RA) de cada etapa descrita abaixo, em encadernação simples (mola espiral) em 2 (duas) vias e em cópia em meio digital.
- Relatórios de Coleta de Dados, Temáticos e de Síntese, em encadernação de capa dura reforçada, em 02 (duas) vias em meio digital.
- Relatórios Finais (RTs), contendo os resultados, conclusões e recomendações referentes ao produto da respectiva etapa do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos, elaborado em sua versão final. Deverá ser apresentado em encadernação especial, reforçada, em 02 (duas) vias impressas e em meio digital.

Tabela I – Lote 01

Produto 01	PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO	Valor da medição
RT1	Relatório Técnico da oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre a legislação relativa a resíduos e suas implicações,	
Etapas 01	RA contendo o relatório da Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações	R\$ 31.875,00
Etapas 02	RA contendo o relatório da Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados	R\$ 31.875,00

Etapa 03	RA contendo o relatório da Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	R\$ 31.875,00	
Etapa 04	RA contendo o relatório da Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	R\$ 31.875,00	
PRODUTO 02	PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO	Valor da medição	
RT2	Relatório Técnico de Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados		
Etapa 01	RA contendo o Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos	R\$ 110.880,00	
Etapa 02	RA contendo a Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado	R\$ 110.880,00	
Etapa 03	RA contendo as Atividades geradoras de resíduos sólidos	R\$ 110.880,00	
Etapa 04	RA contendo a Situação dos Resíduos Sólidos	R\$ 110.880,00	
Etapa 05	RA contendo as Áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs	R\$ 110.880,00	
PRODUTO 03	ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS	Valor da medição	
RT3	Relatório técnico de Apresentação das proposições e validação do plano de associação das regiões aglomerações urbanas dos resíduos sólidos		
Etapa 01	RA contendo as Áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos	154.000,00	
Etapa 02	RA contendo os Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos	154.000,00	
PRODUTO 04	ESTUDO DE PROSPECÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA	Valor da medição	
RT4	Relatório Técnico da Divulgação do plano de ações propostas e validadas para gestão futura de resíduos sólidos.		
Etapa 01	RA contendo os Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência	R\$ 154.000,00	
PRODUTO 05	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS	Valor da medição	
RT5	RT5- Relatório Técnico da oficina de implementação e divulgação do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos		
Etapa 01	RA contendo as Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso	R\$ 56.585,72	
Etapa 02	RA contendo as Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos	R\$ 56.585,72	
Etapa 03	RA contendo a Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos	R\$ 56.585,72	
Etapa 04	RA contendo as Metas para a gestão de resíduos sólidos	R\$ 56.585,71	
Etapa 05	RA contendo os Programas, projetos e ações	R\$ 56.585,71	
Etapa 06	RA contendo os Investimentos necessários e fontes de financiamento	R\$ 56.585,71	
Etapa 07	RA contendo as Sistemáticas de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PEGIRS	R\$ 56.585,71	

15.5.2 Descrição do Projeto: Constante no Anexo I-D

15.5.3 Gerência das atividades (pela empresa contratada):

15.5.3.1 - Fluxograma de execução das metas e etapas e prazos -

Apresentação da inter-relação entre as várias metas e etapas a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos globais e específicos. Este fluxograma deverá ser coerente em relação ao plano de trabalho como um todo.

A Licitante deverá utilizar no máximo 50 (cinquenta) páginas de formato A4, com fonte tipo Arial ou Times New Roman, mínimo tamanho 12. É permitida a utilização adicional de no máximo 5 (cinco) páginas, no formato A3 ou A4 para a apresentação de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações a critério da licitante.

Admite-se a inserção de quadros, tabelas, gráficos, desenhos, figuras e fotos, entre textos, com outro tipo de fonte e tamanho.

16 - Entrega do bem e/ou realização do serviço:

16.1- Tipo / Prazo de Entrega:

() **Parcela única e imediata**, em até XX dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para a conclusão da execução do(s) serviço(s), contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço;

() **Sob demanda**, conforme as necessidades da Contratante, em até 30 dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para o início da execução do(s) serviço(s), contados a partir do recebimento da(s) Ordem(ns) de

Fornecimento(s)/Serviço(s).

() **Mensal**, em até XX dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para o início da execução dos serviços, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento(s)/Serviço(s);

(X) **Outro**: Detalhar a(s) data(s)/prazo(s), conforme previsto no cronograma de execução, que deverá estar anexo ao Termo de Referência.

Obs: O serviço deverá ser iniciado em até 30 dias contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. O desenvolvimento das atividades será conforme o cronograma apresentado durante a sessão de licitação.

16.2 Local, horário e endereço de entrega do bem/realização do serviço:

16.2.1 Local da entrega:

() Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).

() Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).

(X) Outro: Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos

16.2.2 Horário de entrega: 13h00-19h00

16.2.3 Endereço da entrega:

Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS

Fone: (65) 3613-7302, localizadas na Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, sito à Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT

16.3 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

(X) Provisório: No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de

posterior verificação da conformidade do material/serviço com a especificação técnica. Assim, a unidade solicitante terá 30 (trinta) dias para sua análise e, em aceitando o material/serviço, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

Havendo necessidade de adequação e/ou substituição do objeto, estas deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

() Definitivo: Após a verificação de que a qualidade/quantidade do objeto estão de acordo com as especificações técnicas e a proposta apresentada, a unidade solicitante deverá dar a conformidade definitiva emitindo um termo de recebimento definitivo do objeto.

Se, mesmo após o recebimento definitivo do objeto, a qualidade ou características do bem/material/serviço entregue não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações/substituições necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

17. Vigência do contrato: 14 meses

(X) 14 **meses**, a partir da assinatura do contrato, para os casos de bem/material e ou prestação de serviços **não contínuos**.

() **meses**, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, para os casos de serviços a serem executados **de forma contínua**, que poderão ter sua duração prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitado a 60 (sessenta) meses.

() **meses**, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, para os casos de bem/material e prestação de serviços não contínuos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo final do suporte/assistência técnica vinculados à garantia do produto, sem desembolso financeiro para a Contratante.

() **Não se aplica**, tendo em vista se tratar de entrega imediata de bem/material ou serviço, formalizado por meio de instrumento equivalente (Ordem de fornecimento/serviço) que não o contrato, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

18 Condições e forma de pagamento/cronograma financeiro:

18.1 Condições e forma de pagamento:

() **Em parcelas**, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme cronograma financeiro;

() **Parcela única**, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme cronograma financeiro;

(X) **Sob demanda**, conforme for ocorrendo a entrega do objeto.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a validação pela Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS dos pareceres emitidos pelos fiscais referente a execução de cada etapa e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pela Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS/ Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS, devendo, ainda, estar acompanhada dos documentos de regularidade exigidos legalmente, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

18.2 Cronograma financeiro**18.2.1 - Lote 01**

CRONOGRAMA FINANCEIRO				
Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro				
	Tempo de execução (mês)	Mês do desembolso financeiro	Valor Unit. Mensal (R\$)	Valor (R\$) (Soma-se o número de meses vezes o valor unitário).
Produto 01 - PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO				
Etapa 01 - Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações	01 Mês	2º mês	R\$ 31.875,00	R\$ 31.875,00
Etapa 02 - Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados	05 Meses	7º mês	R\$ 31.875,00	R\$ 31.875,00
Etapa 03 - Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	03 Meses	10º mês	R\$ 31.875,00	R\$ 31.875,00
Etapa 04 - Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	04 meses	13º mês	R\$ 31.875,00	R\$ 31.875,00
TOTAL PRODUTO 01				R\$ 127.500,00
PRODUTO 02 - Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado				
Etapa 01 - Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos	02 meses	3º mês	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00
Etapa 02 - Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado	02 meses	4º mês	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00
Etapa 03 - Atividades geradoras de resíduos sólidos	02 meses	5º mês	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00
Etapa 04 - Situação dos Resíduos Sólidos	02 meses	6º mês	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00
Etapa 05 - Áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs	02 meses	7º mês	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00
TOTAL PRODUTO 02				R\$ 554.400,00
PRODUTO 03 - ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS				
Etapa 01 - Áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos	02 meses	7º mês	154.000,00	154.000,00
Etapa 02 - Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos	02 Meses	8º mês	154.000,00	154.000,00
TOTAL PRODUTO 03				R\$ 308.000,00
PRODUTO 04 - ESTUDO DE PROSPECÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA				
Etapa 01 - Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência	03 meses	10º mês	R\$ 154.000,00	R\$ 154.000,00

		TOTAL PRODUTO 04		R\$ 154.000,00
PRODUTO 05 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS				
Etapa 01 - Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso	02 meses	9º mês	R\$ 56.585,72	R\$ 56.585,72
Etapa 02 - Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos	02 meses	9º mês	R\$ 56.585,72	R\$ 56.585,72
Etapa 03 - Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos	02 meses	10º mês	R\$ 56.585,72	R\$ 56.585,72
Etapa 04 -Metas para a gestão de resíduos sólidos	02 meses	11º mês	R\$ 56.585,71	R\$ 56.585,71
Etapa 05 - Programas, projetos e ações	02 meses	12º mês	R\$ 56.585,71	R\$ 56.585,71
Etapa 06 - Investimentos necessários e fontes de financiamento	02 meses	12º mês	R\$ 56.585,71	R\$ 56.585,71
Etapa 07 - Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PEGIRS	02 meses	13º mês	R\$ 56.585,71	R\$ 56.585,71
		TOTAL PRODUTO 05		R\$ 396.100,00
		TOTAL GERAL		R\$ 1.540.000,00

19. Obrigações das partes:**19.1 Da Contratante:**

19.1.1 Os trabalhos serão acompanhados e supervisionados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através dos fiscais de contrato designados pela Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS, que emitirão parecer aprovando os produtos intermediários e finais.

19.1.2. A Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS e a Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS validarão o parecer emitido pelos fiscais de contrato.

19.1.3. Efetuar o pagamento da entrega do(s) material(is) recebido(s) conforme disposto neste Termo de Referência;

19.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor com relação ao objeto da licitação.

19.1.5. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato.

19.1.6. A **CONTRATANTE** fiscalizará e acompanhará os serviços prestados pela Contratada, bem como terá livre acesso aos locais de trabalho, sem prévio aviso e a qualquer momento para exercer suas funções e obter informações julgadas necessárias ao acompanhamento dos trabalhos.

19.1.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização/supervisão não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos serviços.

19.1.8. A supervisão/fiscalização comunicará formalmente à Contratada as orientações necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

19.1.9. Demais Obrigações, conforme legislação vigente.

19.2 Da Contratada:

19.2.1. Facilitar e assistir o exercício da mais completa fiscalização dos trabalhos contratados, fiscalização esta que não a eximirá em hipótese alguma das obrigações previstas em lei.

19.2.2 A Contratada poderá solicitar reunião técnica, devidamente justificada, sobre o assunto que sugerir. Os assuntos, as discussões e as decisões deverão ser registrados em ata elaborada pela Contratada, em consonância com a contratante, entregue no máximo no quinto dia útil após a reunião. A qualquer tempo a Contratante poderá convocar reuniões que julgar necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

19.2.3 A Contratada fará exposições relativas ao desenvolvimento dos trabalhos sempre que solicitada e apresentará propostas de alternativas julgadas pertinentes, acompanhadas dos respectivos requerimentos de orientações e ajustes de conteúdos, procedimentos e diretrizes específicas.

19.2.4 Executar o objeto deste contrato em prazo não superior ao máximo estipulado neste Termo.

19.2.5 A Equipe Técnica terá um Coordenador de Projeto designado expressamente pelo licitante, que será o elemento de ligação entre a Contratada e a SEMA/MT durante a execução do contrato e será o responsável pela integração dos trabalhos.

I. Um mesmo profissional poderá ser indicado para efetuar simultaneamente a coordenação e elaboração de produtos ou para elaborar mais de um produto.

II. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação.

19.2.6 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, **no momento da assinatura do contrato**, a relação da equipe técnica capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, cuja constituição deverá incluir: um Coordenador que deverá ter experiências em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos, e por oito especialistas setoriais com as respectivas comprovações:

19.2.6.1. Diploma em nível superior na área de atuação dos integrantes da equipe técnica;

19.2.6.2. O Coordenador deverá apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove sua experiência em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos.

19.2.6.2.1 O Coordenador deverá apresentar a Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação.

19.2.6.3. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo conselho profissional da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, com validade na data da apresentação da certidão, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

19.2.6.3.1. Serão dispensadas as certidões de registro de pessoa física dos profissionais integrantes da equipe técnica que constarem da certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante.

19.2.6.4. Declaração com as atribuições de cada profissional, contendo: nome completo, título profissional, nº do registro no conselho de classe correspondente, área de atuação e natureza da relação profissional com a empresa (sócio, empregado, subcontratado ou outra juridicamente válida).

19.2.6.5. Apresentar a declaração de cada um dos integrantes da Equipe Técnica de Nível Superior de que tem ciência do integral conteúdo do Edital e que aceita participar da Equipe Técnica do licitante como responsável técnico pelo trabalho para o qual foi indicado:

19.2.6.5.1. Esta declaração será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante.

19.2.6.6. Comprovar que os profissionais indicados para compor a Equipe Técnica integram o quadro permanente do licitante, através da apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

I. sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;

II. diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

III. empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;

IV. responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho de classe profissional da Sede ou Filial do licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;

V. profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e o licitante de acordo com a legislação civil comum

19.2.7 Cada profissional responsável técnico pela elaboração das peças técnicas deverá apresentar, juntamente com o produto realizado, anotação de responsabilidade técnica – ART, devidamente quitada, no caso de profissões submetidas e/ou regulamentadas por conselhos de classe.

19.2.8 Fornecer, também, o apoio administrativo e logístico, além de todo o material, equipamentos de escritório, próprios ou alugados, inclusive computadores, que se fizerem necessários à execução dos trabalhos;

19.2.9 Refazer quaisquer imperfeições constatadas no trabalho, sem ônus para a SEMA/MT, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

19.2.10. Cumprir o cronograma físico, organograma da equipe e respectivo cronograma de alocação, aprovado pela equipe Comissão Especial de Avaliação da Proposta Técnica, durante a sessão de licitação;

19.2.11. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.2.12. Demais Obrigações na legislação vigente.

20. Das Garantias:

20.1 – Garantia do objeto

Toda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei Nº 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis. Caso haja necessidade de garantia com prazo superior à legal, informar abaixo:

() **Outro: Especificar.**

20.2 – Contratual

(**X**) **Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.**

() **Não se aplica.**

21. Das Sanções Administrativas:

21.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

21.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

21.1.2 Quanto ao atraso na assinatura do contrato, retirada da ordem de serviço, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

21.1.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Serviço, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

21.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

21.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

21.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços previstos no contrato;
21.3.2 Retardamento imotivado dos serviços;

21.3.3 Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

21.3.4 Prestação de serviço de baixa qualidade;

21.4 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedoros por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

21.5 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

21.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

21.7 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

22. Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:

Lei 8.666/1993 - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Lei Complementar nº 123/2006 - Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Lei 12.305/2010 - Lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto nº 7404/2010 - Regulamenta a Lei 12.305/2010.

Demais instrumentos legais e normas técnicas pertinentes.

23. Considerações (se houver):

Cuiabá/MT, 08 de maio de 2017.



<p style="text-align: center;">Fernando de Almeida Pires</p> <p style="text-align: center;">Responsável pela elaboração do TR</p> <p style="text-align: center;">Data: ____/____/ 2018.</p>	<p style="text-align: center;">Selma Arruda Cordeiro</p> <p style="text-align: center;">Responsável pela Especificação Técnica</p> <p style="text-align: center;">Data: ____/____/ 2018.</p>												
<p style="text-align: center;">Selma Arruda Cordeiro</p> <p style="text-align: center;">Gerente da unidade</p> <p style="text-align: center;">Data: ____/____/ 2018.</p>	<p style="text-align: center;">Fernando de Almeida Pires</p> <p style="text-align: center;">Coordenadoria/Superintendência</p> <p style="text-align: center;">Data: ____/____/ 2018.</p>												
<p>Atestamos:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 5%; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Não Possui Orçamentário</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td> </td> </tr> </table> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Técnico CPLAN Data: ____/____/ 2018.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Gerente de Execução Orçamentária Data: ____/____/ 2018.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Coordenador de Planejamento Data: ____/____/ 2018.</p>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<input type="checkbox"/>		<p>Atestamos:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 5%; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Financeiro</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Financeiro</td> </tr> </table> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Coordenadora Financeira Data: ____/____/ 2018.</p>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA												
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação												
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário												
<input type="checkbox"/>													
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro												
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro												
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 5%; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Não autorizado</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>Aguarde</td> </tr> </table> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Ordenador de Despesa Data: ____/____/ 2018.</p>		<input type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde						
<input type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.												
<input type="checkbox"/>	Não autorizado												
<input type="checkbox"/>	Aguarde												

TR ELABORADO POR:
Ricardo de Sousa Carneiro

UNIDADE: CPLRS
RAMAL: 37302

Anexo I-A

1. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA PARA O LOTE

1.1 Não poderão participar da presente licitação, empresas de cuja diretoria, gerência, administração ou conselho técnico ou administrativo, participe servidor público da Administração Direta ou Indireta do Estado do Mato Grosso.

1.2. As empresas participantes poderão comparecer na sessão da concorrência por intermédio de seus titulares ou de seus representantes credenciados para tal ato, sendo **vedada a participação de uma única pessoa como representante de mais de uma licitante.**

1.3. Proposta Técnica

A proposta técnica deverá ser apresentado em 1 (uma) via encadernada, original, sem folhas soltas e com todas as folhas numeradas, desde a primeira até a última e rubricadas pelo representante credenciado pela Licitante devendo abordar os seguintes aspectos:

Constarão da **PROPOSTA TÉCNICA** a concepção técnica e de gestão, a estrutura organizacional e da equipe técnica, sendo que apenas a qualificação técnica da equipe será pontuada conforme critérios estabelecidos neste documento. Enquanto que a proposta de concepção técnica e de gestão será avaliada apenas como apta ou inapta.

1.3.1. CONCEPÇÃO TÉCNICA E DE GESTÃO.

d) Conhecimento do problema

Os proponentes deverão evidenciar em suas propostas técnicas, o conhecimento que possuem referentes à elaboração de planos de resíduos sólidos, capacitação de gestores públicos e apoio ao sistema de gestão dos resíduos sólidos do Estado e sobre as características do Estado de Mato Grosso.

e) Metodologia

Os Proponentes deverão descrever: (i) a metodologia geral de elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS e da Capacitação de gestores públicos; (ii) os procedimentos metodológicos específicos de que se valerão para elaborar o Plano; e (iii) a realização da capacitação de gestores públicos e (iv) as etapas e subdivisões dos trabalhos e das atividades que serão cumpridas, que deverão levar em consideração as indicações do Termo de Referência.

Em seguida, deverão apresentar o Plano de Trabalho com descrição detalhada das atividades a serem cumpridas, inclusive dos procedimentos metodológicos específicos a serem empregados.

Os proponentes deverão relacionar os recursos físicos que colocarão à disposição da equipe que executará o Plano e a Capacitação de gestores públicos e demais produtos. Tais recursos deverão estar em consonância com a metodologia prevista, quantidade, período de utilização, e atividade do plano de trabalho em que serão aplicados.

Estão aqui incluídos equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, *plotters* etc), programas computacionais, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), imagens de satélite, equipamentos de campo, veículos e demais recursos físicos requeridos para o cumprimento das atividades integrantes do plano de trabalho de acordo com os procedimentos metodológicos propostos.

Os proponentes deverão apresentar cronograma físico, com tempo máximo de acordo com anexo I-D, que exprima a duração e o encadeamento das atividades previstas em seu plano de trabalho. Deverá também apresentar um organograma da equipe e respectivo cronograma de alocação.

A abordagem metodológica, os princípios a serem seguidos e o Plano de Trabalho são entendidos como elementos muito importantes para a avaliação das propostas.

f) Fluxograma de execução das metas e etapas e prazos

Apresentação da inter-relação entre as várias metas e etapas a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos globais e específicos. Este fluxograma deverá ser coerente em relação ao plano de trabalho como um todo.

A Licitante deverá utilizar no máximo 50 (cinquenta) páginas de formato A4, com fonte tipo Arial ou Times New Roman, mínimo tamanho 12. É permitida a utilização adicional de no máximo 5 (cinco) páginas, no formato A3 ou A4 para a apresentação de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações a critério da licitante.

Admite-se a inserção de quadros, tabelas, gráficos, desenhos, figuras e fotos, entre textos, com outro tipo de fonte e tamanho.

1.3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Compreende a capacidade do licitante, que deverá compatibilizar a utilização de equipamentos e pessoal, observados os aspectos práticos e as condições de flexibilidade, visando sempre uma agilização das soluções técnicas administrativas.

Compreende também a esquematização sistemática com que se propõe a executar os serviços com processos tecnológicos e científicos, caracterizando dessa maneira, a atuação, criatividade e desempenho.

a) Organograma

Descrição da equipe a ser alocada nos serviços, suas atribuições e responsabilidades.

b) Infra-estrutura de apoio

Indicar o suporte de informática previsto (equipamentos e softwares), bem como, as instalações, veículos, etc., a serem alocados nos serviços.

c) Cronograma de permanência do pessoal

Contempla as diversas áreas descritas no organograma, as categorias profissionais a serem utilizadas e as horas alocadas por técnicos, bem como, a equipe permanente a desenvolver o objeto.

1.3.3 QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá dimensionar uma equipe técnica capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, cuja constituição deverá incluir necessariamente a equipe técnica constituída por um Coordenador que deverá ter experiências em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos, conforme especificado neste documento e por oito especialistas setoriais. As exigências para a obtenção das respectivas pontuações estarão expressas no Edital de Licitação (Anexo I-A).

Destaca-se que cada profissional responsável técnico pela elaboração das peças técnicas deverá apresentar, juntamente com o produto realizado, anotação de responsabilidade técnica – ART, devidamente quitada, no caso de profissões submetidas e/ou regulamentadas por conselhos de classe.

A proposta técnica apresentada ainda deverá fornecer as seguintes informações:

- c) Lista de serviços e instalações a serem fornecidos pelo órgão licitante;
- d) A composição da equipe proposta por especialidade bem como as funções atribuídas a cada membro e sua utilização prevista em termos de tempo;
- d) Estimativa total da equipe (técnicos, equipe de apoio e tempo de pessoal) a ser colocada à disposição para a execução do serviço, evidenciada por diagramas de barras, demonstrando o tempo proposto para cada técnico.

1.3.4 EQUIPE TÉCNICA

A EQUIPE TÉCNICA deverá ser composta pelo Coordenador Geral e por 8 (Oito) Especialistas Setoriais, conforme descrito a seguir:

- i) Coordenador Geral: Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação,
- j) Especialista Setorial I e II – Profissionais de nível superior em Engenharia (02 profissionais)
- k) Especialista Setorial – Meio Ambiente: Profissional de nível superior em área afim
- l) Especialista Setorial – Socioeconômico: Profissional de nível superior em área afim
- m) Especialista Setorial – Planejamento Urbano: Profissional de nível superior em área afim
- n) Especialista Setorial – Jurídico: Advogado, devidamente inscrito na OAB.
- o) Especialista Setorial – Analista de Sistemas: Profissional de nível superior em área afim
- p) Especialista Setorial – Comunicação e Mobilização Social: Profissional de nível superior em área afim

1.4. Proposta de Preços

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, sem emendas nem rasuras, em papel timbrado do proponente, com nome, número de registro na entidade profissional competente, e assinatura do responsável técnico pela sua elaboração, em todas as folhas, nos termos da legislação em vigor, contendo:

1.4.1. Preço total para execução dos serviços.

1.4.2. Preços unitários para a execução dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o Modelo de Planilha de Orçamento do Anexo “I-B”.

1.4.3. Cronograma físico-financeiro para desenvolvimento dos trabalhos, discriminando mensalmente as etapas previstas na proposta técnica com seus respectivos valores (Anexo “I-D”)

1.4.4. Demonstrativo de composição de custos mensais, correspondentes às etapas no cronograma físico-financeiro.

1.4.5. Declaração de atendimento do prazo para execução do objeto da licitação, conforme item **14.3** do Termo de Referência.

1.4.6. Declaração expressa assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na elaboração das propostas.

1.4.7. Declaração expressa de que a proposta terá um prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

1.4.8. Declaração expressa de que concorda com as condições de pagamento previstas no item 14.4 do Termo de Referência.

1.5. Documentação de Habilitação

A documentação de Habilitação deverá ser apresentado em 1 (uma) via encadernada, uma original e uma cópia, sem folhas soltas, com a indicação do nome ou razão social, endereço e número do fax da Licitante. Neste envelope deverão estar contidos, e devidamente rubricados, os documentos abaixo discriminados, exigidos para a habilitação da Licitante:

1.5.1. Documentação relativa à habilitação Jurídica.

1.5.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizados e registrados na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada.

1.5.1.2. Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores, o caso de Sociedade por Ações.

1.5.1.3. Ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.

1.5.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.5.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal:

1.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.5.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

1.5.2.3. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, sendo aceita, para este fim a Certidão da Dívida Ativa, no que diz respeito à Fazenda Estadual.

1.5.2.4. Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

1.5.2.5 Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.

1.5.2.6. Certidão negativa de débitos trabalhistas.

NOTA: Considerar-se-ão como válidos pelo prazo de 06 (meses), contados a partir da data de sua emissão, os documentos que não apresentarem, expressamente, o prazo de vigência ou que não vierem acompanhados da cópia da Lei ou de instrumento legal equivalente que defina o respectivo prazo de validade.

1.5.3. Documentação relativa à Qualificação Técnica:

Nos termos do art. 30, da Lei nº 8.666/1993, a documentação relativa à qualificação técnica consistirá na comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e em quantidades com o objeto da presente licitação. A comprovação será feita por:

I. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Lei nº 5.194/66, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Lei nº 12.378/2010, em nome do licitante declarado vencedor do certame, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição da sede da empresa licitante. Antes da assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar “visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA/CAU/MT que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome da empresa”.

II. Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, onde fique comprovado que o **licitante (pessoa jurídica)** elaborou projetos similares ao do objeto.

1.5.4. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Observações: Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a1)- Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

-publicados em Diário Oficial; ou

-publicados em jornal de grande circulação; ou

-por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a2)- Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

-acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a3)- Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar um dos documentos abaixo elencados:

a.3.1) – fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

a4)- Sociedade criada no exercício em curso:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a5)- O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para habilitação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.5.4.2. Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

1.5.5. Documentação relativa à saúde e segurança no trabalho e cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal:

1.5.5.1. Declaração de cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados.

1.5.5.2. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho.

NOTA 1: Os documentos poderão ser apresentados em originais, por qualquer processo de cópia ou publicação em órgão da imprensa oficial.

1.5.6. Documentos Especiais:

1.5.6.1. Indicação de pessoa credenciada para tratar junto a SEMA/MT, de assuntos referentes à presente licitação.

1.5.6.2. Declaração da direção da empresa Licitante, de que da sua diretoria, gerência, administração ou conselho técnico ou administrativo não participa servidor público da Administração Direta ou Indireta do Estado do Mato Grosso.

1.5.6.3. Declaração da direção da empresa Licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

1.5.6.4. Indicação dos endereços para correspondência postal e do número do telefone e do fax do licitante e do endereço eletrônico.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (NT)

1.6.1. Qualificação da Equipe Técnica (NT) - Pontuação máxima = 58 pontos

Para análise da melhor técnica será atribuída pela **Comissão Especial de Avaliação da Proposta Técnica**, a nota da Proposta Técnica – NT, a qual será obtida pela somatória das Notas dos Itens NT-1, NT-2, NT-3, NT-4, NT-5, NT-6, NT-7, NT-8, NT-9, sendo que:

$$NT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4 + NT5 + NT6 + NT7 + NT8 + NT9$$

NT1 = Nota técnica Serviço de Coordenação Geral;

NT2 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Engenharia I**;

NT3 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Engenharia II**;

NT4 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Meio Ambiente**;

NT5 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Comunicação e Mobilização Social**;

NT6 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Analista de Sistemas**;

NT7 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Sócio econômico**;

NT8 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Planejamento Urbano**;

NT9 = Nota técnica Serviço de Especialidade Setorial – **Jurídico**;

EQUIPE TÉCNICA

a) Serviço de Coordenação Geral (**Pontuação máxima = 22,00 pontos**): na avaliação do Serviço de Coordenação Geral já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus à:

Itens – Características dos Serviços	Quantidade de pontos atestado	Nº Máximo de Atestado para pontuação	Quantidade máxima de pontos do item
Experiência comprovada em:			
A. Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	3	3	9
B. Elaboração de Plano de Saneamento.	2,5	2	5
C. Projeto Executivo de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e	2	2	4

Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.			
D. Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou Destinação ou disposição final de destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.	2	1	2
E. Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente;	1	1	1
F. Estudo ou Plano de Operação ou Logística ou Gerenciamento ou Assessoria Técnica na Operação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.	1	1	1
TOTAL			22

b) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I (Pontuação máxima = 7 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A.Elaboração projetos e/ou operações de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos	1	2	2
B.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saúde	1	1	1
C.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos da construção civil	1	1	1
D.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos de mineração	1	1	1
E.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos industriais	1	1	1
F.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos agrossilvipastoris	1	1	1
TOTAL			7

c) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II (Pontuação máxima = 6 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
--	---------------------	-----------------------	----------------------

A. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saneamento,	1	2	2
B. Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbano e rodoviário.	1	1	1
C. Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários;	1	1	1
D. Elaboração de estudos de impacto ambiental	1	1	1
E. Elaboração de planos de saneamento urbano.	1	1	1
TOTAL			6

d) Serviço de Especialidade Setorial – Meio Ambiente (Pontuação máxima = 6 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Investigação ambiental e/ou diagnóstico ambiental em áreas contaminada por resíduos sólidos	1	2	2
B. Elaboração de estudos de monitoramento ambiental de empresas afins.	1	1	1
C. Elaboração e/ou implementação de plano de recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos	1	1	1
D. Elaboração de estudos de impacto ambiental de áreas afins.	1	1	1
E. Projetos e/ou operações de recuperação, reciclagem, aproveitamento, comercialização de resíduos sólidos urbanos;	1	1	1
TOTAL			6

e) Serviço de Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social (Pontuação máxima = 5 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Processos de articulação, comunicação e de divulgação e promoção de eventos;	1	1	1
B. Mobilização social e trabalho com catadores de materiais recicláveis e/ou Mobilização e sensibilização de diferentes setores sociais na implementação de planos e/ou projetos na área de gestão de resíduos sólidos.	1	1	1
C. Implantação de uma Cooperativa de Catadores de Material Reciclável ou Reutilizável	1	1	1
D. Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação na área de gestão de resíduos sólidos.	1	1	1

E.Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos.	1	1	1
TOTAL			5

f) Serviço de Especialidade Setorial – Analista de Sistemas (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Gestão de projetos	1	1	1
B. Criação e gerenciamento de bancos de dados.	1	1	1
C. Montagem de sistemas de coleta, compilação e divulgação de dados.	1	1	1
TOTAL			3

g) Serviço de Especialidade Setorial – Socioeconômico (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A.Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano	1	1	1
B.Implantação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos	1	1	1
C.Avaliação econômica e financeira de projetos, operação financeira de projetos públicos, análises tarifárias de serviço de limpeza e atividades relacionadas com estas áreas	1	1	1
TOTAL			3

h) Serviço de Especialidade Setorial – Planejamento Urbano (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A.Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano	1	1	1
B.Coletas de dados e tratamento estatístico;	1	1	1
C. Geoprocessamento e análise de imagem.	1	1	1
TOTAL			3

i) Serviço de Especialidade Setorial – Jurídico (Pontuação máxima = 3 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus á:

Experiência na Função - Itens – Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A.Elaboração de instrumentos jurídicos pertinentes à gestão de serviços públicos essenciais e contratação do setor público e privado brasileiro	1	1	1
B.Assessoria jurídica a Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	1	1	1
C.Assessoria jurídica em Consórcios Públicos	1	1	1
TOTAL			3

1.6.2. Critério de Nota e de Preços

1.6.2.1. No julgamento das propostas, pela Comissão de Julgamento, será verificado o atendimento a todas as condições prescritas no Edital.

1.6.2.2. O critério de aceitabilidade dos preços unitários propostos será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado, coerentes com a execução do objeto ora **licitado**, acrescidos dos respectivos encargos, benefícios e despesas indiretas.

1.6.2.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, no todo ou em parte, bem como as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis e as que apresentarem preços unitários simbólicos, incompatíveis com os preços de insumos do mercado.

1.6.2.4. Conforme estabelecido no artigo 48, inciso II e §§ da Lei nº 8.666/93, consideram-se preços manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou
- valor orçado pela Administração.

A SEMA/MT considera excessivo na forma da Lei, o valor da proposta que ultrapassar o estimado pela SEMA/MT e manifestamente inexequível o que não atender ao item 1.6.2.4.

1.6.2.5. A Nota de Preços será calculada consoante os seguintes critérios:

NP = $\frac{M}{P} \times 100$, onde:

NP = Nota de Preço atribuída à Proposta de Preços do Licitante;

M = $\frac{V_o + M_p}{2}$

V_o = valor orçado pela SEMA/MT.

M_p = Média aritmética dos preços totais propostos por todos os Licitantes classificados.

P = Preço Total proposto pelo Licitante em análise.

1.6.2.5.1. A Nota de Preço (NP) atribuída à Proposta de Preços fica limitada a 100 (cem) pontos.

1.6.2.5.2. O quociente **M/P** terá seu valor limitado a 1,00 (um inteiro).

1.6.2.5.3. As Notas de Preços (**NP**) obtidas serão arredondadas até a segunda (2ª) casa decimal, de acordo com os critérios da NBR-5891/ABNT - Regras de Arredondamento, na numeração decimal.

1.6.2.6. Será desclassificada, ainda, a Proposta de Preço que apresentar:

1.6.2.6.1. valor total superior ao orçamento da SEMA/MT;

1.6.2.6.2. preços irrisórios, simbólicos, de valor zero ou incompatíveis com os praticados no mercado, ou por serem inexequíveis, conforme disposto no § 3º do art. 44 e no §1º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

1.6.3. Classificação final

Após análise das Propostas Técnicas e de Preços, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorizações de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = 0,70 \times NT + 0,30 \times NP$$

onde:

NF= Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica

NP = Nota da Proposta de Preços

Para o cálculo de **NF** a aproximação será feita até a segunda (2ª) casa decimal, desprezando-se as demais frações.

1.6.3.1. As Propostas serão classificadas pela ordem decrescente dos valores de NF, a partir da maior NF, proposta esta que será considerada a primeira (1ª) classificada.

1.6.3.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

1.6.4. A SEMA/MT poderá anular ou revogar a presente licitação, sem que caiba aos proponentes qualquer direito a indenização ou compensação, ressalvado o disposto no parágrafo único, do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.



Anexo I-B

RESUMO GERAL

LOTE 01 - PLANO DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (R\$)
1	PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO.	127.500,00
2	PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO	554.400,00
3	ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS	308.000,00
4	ESTUDO DE PROSPECÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA	154.000,00
5	DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS	396.100,00
TOTAL GERAL		R\$ 1.540.000,00

Anexo I-B Continuação - LOTE 01

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

BDI SERVIÇOS

26,15%

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	Preço		
				S/ BDI	C/ BDI	TOTAL
	SERVIÇOS					
1	PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO.					
1.1	Equipe:					
1.1.1	01 Coordenador geral da equipe técnica chave	h	180,00	115,74	146,00	26.280,00
1.1.2	01 Especialista setorial I da equipe técnica chave	h	148,00	115,74	146,00	21.608,00
1.1.3	01 Especialista setorial - comunicação e mobilização social	h	91,00	115,74	146,00	13.286,00
1.1.4	01 Especialista setorial - jurídico	h	40,00	89,69	113,15	4.526,00
1.1.5	01 Apoio administrativo	h	140,00	20,61	26,00	3.640,00
1.1.6	01 Estagiário	h	3,00	8,72	11,00	33,00
1.2	Insumos necessários:					
1.2.1	Aluguel Veículo: 01 Veículo	Mês	4,00	1.601,27	2.020,00	8.080,00
1.2.2	Kit para oficina (Bloco/caneta/lápis/borracha/pasta):	UNID	400,00	7,13	9,00	3.600,00
1.2.3	Kit coletivo (Flip-Chart/caneta hidrocor/papel A4/fita adesiva):	UNID	4,00	110,98	140,00	560,00
1.2.4	Locação de Sala	Dia	7,00	237,81	300,00	2.100,00
1.2.5	Locação de Equipamentos (Data Show, Note book, Telão):	Dia	7,00	396,35	500,00	3.500,00
1.2.6	Passagens aéreas ida e volta - (equipe técnica)	Unid	15,00	435,99	550,00	8.250,00
1.2.7	Diárias Brasília/DF - (equipe técnica do licitante para acompanhamento dos trabalhos junto ao MMA)	Dia	181,00	140,31	177,00	32.037,00
				SUBTOTAL		127.500,00

Anexo I-B Continuação - LOTE 01

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

BDI SERVIÇOS

26,15%

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	Preço		
				S/ BDI	C/ BDI	TOTAL
	SERVIÇOS					
2	PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO					
2.1	Equipe:					
2.1.1	01 Coordenador geral da equipe técnica chave	h	240,00	115,74	146,00	35.040,00
2.1.2	01 Especialista setorial I da equipe técnica chave	h	301,00	115,74	146,00	43.946,00
2.1.3	01 Especialista setorial II - da equipe técnica chave	h	81,00	115,74	146,00	11.826,00
2.1.4	01 Especialista setorial - meio ambiente	h	141,00	115,74	146,00	20.586,00
2.1.5	01 Especialista setorial - planejamento urbano	h	430,00	115,74	146,00	62.780,00
2.1.6	01 Especialista setorial - Analista de Sistemas	h	212,00	115,74	146,00	30.952,00
2.1.7	01 Especialista setorial - jurídico	h	50,00	115,74	146,00	7.300,00
2.1.8	01 Especialista setorial sócio-econômico.	h	200,00	115,74	146,00	29.200,00
2.1.9	01 Apoio administrativo	h	100,00	20,61	26,00	2.600,00
2.2	Insumos necessários:					
2.2.1	Aluguel Veículo	Mês	22,00	1.608,84	2.029,55	44.650,00
2.2.2	Passagens aéreas ida e volta - (equipe técnica)	Unid	251,00	436,08	550,12	138.080,00
2.2.3	Diárias Brasília/DF - (equipe técnica do licitante para acompanhamento)	Dia	720,00	140,31	177,00	127.440,00
				SUBTOTAL		554.400,00

Anexo I-B Continuação - LOTE 01

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

BDI SERVIÇOS

26,15%

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	Preço		
				S/ BDI	C/ BDI	TOTAL
3	ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS					
3.1	Equipe:					
3.1.2	01 Especialista setorial - planejamento urbano	h	390,00	115,74	146,00	56.940,00
3.1.3	01 Especialista setorial - meio ambiente	h	130,00	115,74	146,00	18.980,00
3.1.4	01 Especialista setorial I da equipe técnica chave	h	260,00	115,74	146,00	37.960,00
3.1.5	01 Especialista setorial II - da equipe técnica chave	h	130,00	115,74	146,00	18.980,00
3.1.6	01 Especialista setorial - juridico	h	130,00	115,74	146,00	18.980,00
2.1.6	01 Especialista setorial - Analista de Sistemas	h	130,00	115,74	146,00	18.980,00
2.1.7	01 Especialista setorial sócio-economico.	h	130,00	115,74	146,00	18.980,00
3.1.7	01 Apoio administrativo	h	170,00	20,61	26,00	4.420,00
3.2	Insumos necessários:					
3.2.1	Aluguel Veículo 01 veículo	Mês	8,00	1.615,14	2.037,50	16.300,00
3.2.2	Passagens aéreas ida e volta - (equipe técnica)	Dia	100,00	435,99	550,00	55.000,00
3.2.3	Diárias Brasília/DF - (equipe técnica do licitante para acompanhamento)	Dia	240,00	140,31	177,00	42.480,00
				SUBTOTAL		308.000,00

Anexo I-B Continuação - LOTE 01

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

BDI SERVIÇOS

26,15%

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	Preço		
				S/ BDI	C/ BDI	TOTAL
4	ESTUDO DE PROSPECÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA					
4.1	Equipe:					
4.1.1	01 Coordenador geral da equipe técnica chave	h	190,00	115,74	146,00	27.740,00
4.1.2	01 Especialista setorial I da equipe técnica chave	h	100,00	115,74	146,00	14.600,00
4.1.3	01 Especialista setorial - Analista de Sistemas	h	100,00	115,74	146,00	14.600,00
4.1.4	01 Especialista setorial - planejamento urbano	h	200,00	115,74	146,00	29.200,00
4.1.5	01 Especialista setorial - juridico	h	100,00	115,74	146,00	14.600,00
4.1.6	01 Especialista setorial sócio-economico.	h	100,00	115,74	146,00	14.600,00
4.1.7	01 Especialista setorial - meio ambiente	h	100,00	115,74	146,00	14.600,00
4.1.7	01 Apoio administrativo		87,00	20,61	26,00	2.262,00
4.2	Insumos necessários:					
4.2.1	Passagens aéreas ida e volta - (equipe técnica)	UND	1	442,33	558,00	558,00
4.2.2	Diárias Brasília/DF - (equipe técnica do licitante para acompanhamento)	Dia	120	140,31	177,00	21.240,00
				SUBTOTAL		154.000,00

Anexo I-B Continuação - LOTE 01

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

BDI SERVIÇOS

26,15%

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	Preço		
				S/ BDI	C/ BDI	TOTAL
5	DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS					
5.1	Equipe:					
5.1.1	01 Coordenador geral da equipe técnica chave	h	460,00	115,74	146,00	67.160,00
5.1.2	01 Especalista setorial I da equipe técnica chave	h	340,00	115,74	146,00	49.640,00
5.1.3	01 Especalista setorial - juridico	h	140,00	115,74	146,00	20.440,00
5.1.4	01 Especalista setorial - meio ambiente	h	120,00	115,74	146,00	17.520,00
5.1.5	01 Especialista setorial - Analista de Sistemas	h	80,00	115,74	146,00	11.680,00
5.1.6	01 Especialista setorial - planejamento urbano	h	620,00	115,74	146,00	90.520,00
5.1.7	01 Especialista setorial sócio-economico.	h	120,00	115,74	146,00	17.520,00
5.1.5	01 Apoio administrativo	h	460,00	20,61	26,00	11.960,00
5.2	Insumos necessários:					
5.2.1	Passagens aéreas ida e volta - (equipe técnica)	Unid	6,00	454,49	573,33	3.440,00
5.2.2	Diárias Brasília/DF - (equipe técnica do licitante para acompanhamento)	Dia	360,00	140,31	177,00	63.720,00
5.2.3	Aluguel Veículo: 01 Veículo	Mês	8,00	1.585,41	2.000,00	16.000,00
5.2.9	Editoração	Unid	1,00	6.738,01	8.500,00	8.500,00
5.2.10	Impressão/Publicação: (Valor por exemplar)	Unid	180,00	79,27	100,00	18.000,00
	SUB-TOTAL			SUBTOTAL		396.100,00
TOTAL GERAL						1.540.000,00

Anexo I-C – Lote I

Composição da Parcela de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas)					
Itens	Siglas	Valores BDI			
		BDI Proposto	Intervalo Admissível Acórdão TCU AC-2369-36/11-P		
			Mínimo	Médio	Máximo
Taxa de rateio da Administração Central	AC	6,00	0,11	4,07	8,03
Taxa de Despesas Financeiras	DF	1,20	0,00	0,59	1,20
Taxa de Risco, Seguro e Garantia do Empreendimento	R	1,35	0,00	1,18	2,47
Taxa de Tributos (Soma dos itens COFINS, ISS e PIS)	I	8,65	6,03	7,65	9,03
Taxa de Lucro	L	6,00	3,83	6,90	9,96
Fórmula BDI conforme Acórdão TCU AC-2369-36/11-P: $LDI = \left[\left(\frac{(1 + AC/100)(1 + DF/100)(1 + R/100)(1 + L/100)}{1 - \left(\frac{I}{100}\right)} \right) - 1 \right] \times 100$	BDI	26,15	20,00	25,00	30,00
Onde: AC = taxa de rateio da Administração Central; DF = taxa das despesas financeiras; R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; I = taxa de tributos; L = taxa de lucro.'					

**Anexo I-D – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO MÍNIMO – LOTE 01**

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO															
PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO															
Especificação		1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	13º mês	TOTAL
Produto 01															
Etapa 1	Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações	R\$ 31.875,00													R\$ 31.875,00
Etapa 2	Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados							R\$ 31.875,00							R\$ 31.875,00
Etapa 3	Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos										R\$ 31.875,00				R\$ 31.875,00
Etapa 4	Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos													R\$ 31.875,00	R\$ 31.875,00
PRODUTO 1 – PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL EDIVULGAÇÃO	RT1- Relatório Técnico da oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre a legislação relativa a resíduos e suas implicações,	R\$ 31.875,00						R\$ 31.875,00			R\$ 31.875,00			R\$ 31.875,00	R\$ 127.500,00
Produto 02															
Etapa 1	Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos		R\$ 110.880,00												R\$ 110.880,00
Etapa 2	Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado			R\$ 110.880,00											R\$ 110.880,00
Etapa 3	Atividades geradoras de resíduos sólidos				R\$ 110.880,00										R\$ 110.880,00
Etapa 4	Situação dos Resíduos Sólidos						R\$ 110.880,00								R\$ 110.880,00
Etapa 5	Áreas degradadas emrazão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs							R\$ 110.880,00							R\$ 110.880,00
PRODUTO 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado	RT2- Relatório Técnico de Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados			R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00							R\$ 554.400,00
Produto 03															
Etapa 1	Áreas potencialmente favoríveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos							R\$ 154.000,00							R\$ 154.000,00
Etapa 2	Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos								R\$ 154.000,00						R\$ 154.000,00
PRODUTO 3 – ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS	RT3 – Relatório técnico de Apresentação das proposições e validação do plano de associação das regiões aglomerações urbanas dos resíduos sólidos							R\$ 154.000,00	R\$ 154.000,00						R\$ 308.000,00
Produto 04															
Etapa 1	Estudos de Prospeção e Escolha do Cenário de Referência										R\$ 154.000,00				R\$ 154.000,00
PRODUTO 4 – ESTUDO DE PROSPEÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA	RT4- Relatório Técnico da Divulgação do plano de ações propostas e validadas para gestão futura de resíduos sólidos.										R\$ 154.000,00				R\$ 154.000,00
Produto 05															
Etapa 1	Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso									R\$ 56.585,72					R\$ 56.585,72
Etapa 2	Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos									R\$ 56.585,72					R\$ 56.585,72
Etapa 3	Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos										R\$ 56.585,72				R\$ 56.585,72
Etapa 4	Metas para a gestão de resíduos sólidos											R\$ 56.585,71			R\$ 56.585,71
Etapa 5	Programas, projetos e ações												R\$ 56.585,71		R\$ 56.585,71
Etapa 6	Investimentos necessários e fontes de financiamento													R\$ 56.585,71	R\$ 56.585,71
Etapa 7	Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PECIRS													R\$ 56.585,71	R\$ -
PRODUTO 5 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS	RT5- Relatório Técnico da oficina de implementação e divulgação do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos.								R\$ -	R\$ 113.171,44	R\$ 56.585,72	R\$ 56.585,71	R\$ 113.171,42	R\$ 56.585,71	R\$ 396.100,00
TOTAL MÊS		R\$ -	R\$ 31.875,00	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00	R\$ 110.880,00	R\$ 296.755,00	R\$ 154.000,00	R\$ 113.171,44	R\$ 242.460,72	R\$ 56.585,71	R\$ 113.171,42	R\$ 88.460,71	R\$ 1.540.000,00
LEGENDA		Descrição													
	Mês de realização da Etapa														
	Mês de realização do Produto														



ANEXO II

Formulário Padrão de Proposta Técnica

Licitação – Modalidade Concorrência Pública nº: 001/2018/SEMA.

Modalidade: CONCORRÊNCIA.

Tipo: **TÉCNICA E PREÇO**

Licitante: _____

CNPJ: _____

Fone / Fax: (0xx_____) _____ (0xx_____) _____

E-mail: _____

Endereço: (Av. ou Rua) _____ Nº _____

Bairro: _____

Município: _____ CEP: _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C _____

CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA

Deverão ser observadas, as exigências constantes no item 6 deste edital

NOTA: Os documentos exigidos para a comprovação dos quesitos técnicos deverão ser anexados a esta proposta.

1 – Nome do Representante-----CPF-----

2 – Assinatura do representante legal: -----

3 – OBS.: As propostas ainda devem respeitar as demais exigências do edital.

4 OBS: Seguir o seguinte modelo:



5 CRITERIOS PONTUAÇÃO							
COORDENADOR GERAL							
ITEM	Itens - Características dos Serviços Experiência comprovada em :	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A. Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.						
B	B. Elaboração de Plano de Saneamento.						
C	C. Projeto Executivo de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.						
D	D. Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou Destinação ou disposição final de						



	destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.						
E	E. Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente;						
F	F. Estudo ou Plano de Operação ou Logística ou Gerenciamento ou Assessoria Técnica na Operação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos: Coleta, Transbordo, Tratamento ou destinação ou disposição final de Resíduos Sólidos.						
	TOTAL				0,0	0,0	

ESPECIALISTA SETORIAL - ENGENHARIA I							
ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA



A	A.Elaboração projetos e/ou operações de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos						
B	B.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saúde						
C	C.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos da construção civil						
D	D.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos de mineração						
E	E.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos industriais						



F	F.Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos agrossilvipastoris						
						0,0	0,0

ESPECIALISTA SETORIAL - ENGENHARIA II							
ITEM		Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saneamento,						
B	B. Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbano e rodoviário.						



C	C. Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários;						
D	D. Elaboração de estudos de impacto ambiental						
E	E. Elaboração de planos de saneamento urbano.						
	TOTAL					0,0	0,0

ESPECIALISTA SETORIAL - MEIO AMBIENTE							
ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	
A	A. Investigação ambiental e/ou diagnóstico ambiental em áreas contaminada por resíduos sólidos						



B	B. Elaboração de estudos de monitoramento ambiental de empresas afins.						
C	C. Elaboração e/ou implementação de plano de recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos						
D	D. Elaboração de estudos de impacto ambiental de áreas afins.						
E	E. Projetos e/ou operações de recuperação, reciclagem, aproveitamento, comercialização de resíduos sólidos urbanos;						
	TOTAL					0,0	0,0

ESPECIALISTA SETORIAL - COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A.Processos de articulação, comunicação e de divulgação e promoção de eventos;						



B	B.Mobilização social e trabalho com catadores de materiais recicláveis e/ou Mobilização e sensibilização de diferentes setores sociais na implementação de planos e/ou projetos na área de gestão de resíduos sólidos.						
C	C.Implantação de uma Cooperativa de Catadores de Material Reciclável ou Reutilizável						
D	D.Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação na área de gestão de resíduos sólidos.						
E	E.Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos.						
TOTAL						0,0	0,0

PROFISSIONAL ANALISTA DE SISTEMAS							
ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A. Gestão de projetos						
B	B. Criação e gerenciamento de bancos de dados.						



C	C. Montagem de sistemas de coleta, compilação e divulgação de dados.						
	TOTAL					0,0	0,0

PROFISSIONAL SOCIOECONOMICO							
ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A.Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano						
B	B.Implantação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos						
C	C.Avaliação econômica e financeira de projetos, operação financeira de projetos públicos, análises tarifárias de serviço de limpeza e atividades relacionadas com estas áreas						
	TOTAL					0,0	0,0

PROFISSIONAL PLANEJAMENTO URBANO



ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A.Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano						
B	B.Coletas de dados e tratamento estatístico;						
C	C. Geoprocessamento e análise de imagem.						
	TOTAL					0,0	0,0
PROFISSIONAL - ADVOGADO							
ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	QTDE PONTOS POR ATESTADO/CAT's	NRO MAX DE ATESTADOS	MAX PONTOS	PONTOS DA LICITANTE	PÁGINA
A	A.Elaboração de instrumentos jurídicos pertinentes à gestão de serviços públicos essenciais e contratação do setor público e privado brasileiro						
B	B.Assessoria jurídica a Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.						



C	C.Assessoria jurídica em Consórcios Públicos					
	TOTAL				0,0	0,0

TOTAL GERAL	0,0	0,0	
-------------	-----	-----	--

5 – Local e Data:



ANEXO III

Formulário Padrão de Proposta Comercial

Licitação – Modalidade Concorrência Pública nº: 001/2018/SEMA

Modalidade: CONCORRÊNCIA.

Tipo: **TÉCNICA E PREÇO**

Licitante: _____

CNPJ: _____

Fone / Fax: (0xx_____) _____ (0xx_____) _____

E-mail: _____

Endereço: (Av. ou Rua) _____ Nº _____

Bairro: _____

Município: _____ CEP: _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C _____

Lote 01

(Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	LOCAL PRESTA- ÇÃO SERVIÇO	QTDD SERVIÇO	VALOR UNIT	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO
01	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS –PEGIRS, NOS TERMOS PREVISTOS NOS ARTS.16 E 17 DA LEI Nº 12.305/2010 E NO ART. 48 DO DECRETO REGULAMENTADOR 7404/2010. A ABRANGÊNCIA DESTE PLANO DEVE ENGLOBALAR TODO O ESTADO DE MATO GROSSO.	Todo Estado	01			
TOTAL						

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (valor por extenso)

Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele Indicada, propomos os valores acima, sendo:

Pagamento por meio do Banco: _____;

Agência N.º: _____;

C/C N.º: _____;

Cidade: _____;



- 1 – Validade da Proposta:
- 2 – Nome do Representante-----CPF-----
- 3 – Assinatura do representante legal: -----
- 4 – OBS.: As propostas ainda devem respeitar as demais exigências do edital.
- 5 – Local e Data:



ANEXO IV

Modelo de Carta de Credenciamento

(Papel timbrado da empresa)

SEMA

Ref : EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 001/2018 TIPO: TÉCNICA E PREÇO

Indicamos o(a) Sr.(a) _____,
portador da cédula de identidade nº _____, órgão
expedidor _____, como nosso representante legal na Licitação em
referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos,
desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel
cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes:

CNPJ n.º: _____

Inscrição Estadual n.º: _____

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Atenciosamente,

Local,

(nome e função na empresa)



ANEXO V

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/Logomarca da Pessoa Jurídica Emitente)

A empresa _____, CNPJ
nº _____, estabelecida na rua/av
_____ nº _____ - fone: _____, atesta para os
devidos fins que a Empresa _____,
com sede na _____, prestou serviços abaixo relacionados, sendo
cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o
mesmo nenhum registro que a desabone.

Relação dos serviços prestados:

Local e Data

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste
atestado e sua assinatura)



ANEXO VI

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

A

SEMA

Ref: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

Nº 001/2018/SEMA TIPO: TÉCNICA E PREÇO

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----
-----, sediada na Rua -----, nº -----, bairro, -----
-----, CEP ----- Município -----, por seu
representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de
Concorrência Pública Nº 001/2018, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
- não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90),
- inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93;
- Cumprimos rigorosamente todas as cláusulas da convenção coletiva de trabalho vigente.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração
Negativa de
Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

ANEXO VIII

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº.
_____/SEMA/2018 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO
MEIO AMBIENTE - SEMA E A EMPRESA

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu _____, Sr. _____, portador do RG nº. _____ - SSP/MT e do CPF nº. _____, residente a Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____, nomeado pelo Ato Governamental nº _____ de _____, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ _____/_____, localizada na _____, CEP: _____ - _____ - _____, representada pelo _____, portador do RG: _____ e o CPF: _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo nº **252833/2015/SEMA**, com a Concorrência Pública nº 000/2018/SEMA, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 840/2017 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo contratual consiste na Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões:

Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS (Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso), conforme especificações discriminadas no Anexo I – Termo de Referência nº 072/2015 do Edital da Concorrência Pública nº 000/2018/SEMA, que faz parte integrante deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS SERVIÇOS

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada na Concorrência Pública nº 000/2018/SEMA, conforme discriminação abaixo:

Lote 01

(Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	LOCAL PRESTA- ÇÃO SERVIÇO	QTDD SERVIÇO	VALOR UNIT	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO
01	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PEGIRS, NOS TERMOS PREVISTOS NOS ARTS.16 E 17 DA LEI Nº 12.305/2010 E NO ART. 48 DO DECRETO REGULAMENTADOR 7404/2010. A ABRANGÊNCIA DESTE PLANO DEVE ENGLOBALAR TODO O ESTADO DE MATO GROSSO.	Todo Estado	01			
TOTAL						

2.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto ora contratado, o valor total de R\$ XX.XXX, XX (_____), a serem pagos conforme cronograma de pagamento previsto no Edital da Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA, e Termo de Referência n.º 72/2015 e seus anexos, após a validação pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS dos pareceres emitidos pelos fiscais referente a execução de cada etapa e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS/ Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS;

2.3. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Assinar o contrato com a **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

3.2. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

3.3 Iniciar a execução do serviço, objeto do presente contrato, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela **COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-CGRS**;

3.4. Facilitar e assistir o exercício da mais completa fiscalização dos trabalhos contratados, fiscalização esta que não a eximirá em hipótese alguma das obrigações previstas em lei.

3.5. Fornecer todo o pessoal técnico especializado, necessário à boa execução do presente contrato.

3.6. Fornecer, também, o apoio administrativo e logístico, além de todo o material, equipamentos de escritório, próprios ou alugados, inclusive computadores, que se fizerem necessários à execução dos trabalhos.

3.7. Refazer quaisquer imperfeições constatadas no trabalho, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

3.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.9. Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a obtenção dos recursos de pessoal e material necessários aos trabalhos objeto do presente certame licitatório, ou de qualquer outra natureza decorrente do mesmo:

3.9.1. Todos os relatórios, desenhos e peças gráficas elaboradas pela **CONTRATADA**, em razão deste contrato ou dele decorrente, serão de propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**, não podendo ser divulgados ou reproduzidos sem prévia autorização desta, mencionando-se sempre a autoria dos mesmos.

3.9.2. Todos os serviços técnicos elaborados pela **CONTRATADA** e discriminados neste contrato deverão ser assinados por profissionais habilitados, conforme prescrição legal, assumindo total e exclusiva responsabilidade por sua exatidão.

3.10 Se a **CONTRATADA** não cumprir o prazo previsto ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo(a) órgão, decairá do direito de **prestação do serviço adjudicado**, sujeitando-se às penalidades dispostas na seção 13 do Edital.

3.11. Substituir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações técnica do Termo de Referência n.º 072/2015 (Anexo I do Edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA**), e deste contrato, ou que apresente vício de qualidade;

3.12. . Atender, para o devido recebimento, que as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

3.13. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital e deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.14. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.15. Responde a **CONTRATADA** nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

3.16. Se a **CONTRATADA** não cumprir o prazo previsto ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo(a) órgão, decairá do direito de **prestação do serviço adjudicado**, sujeitando-se às penalidades dispostas no **item 13** do Edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA**;

3.17. Se a **CONTRATADA** injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Comissão de Licitação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da **item 13** do Edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA**;

3.18. Compete a **CONTRATADA** facilitar e assistir o exercício da mais completa fiscalização dos trabalhos contratados, fiscalização esta que não a eximirá em hipótese alguma das obrigações previstas em lei;

3.19. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

3.20. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no momento da assinatura do contrato, a relação da equipe técnica capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, cuja constituição deverá incluir: um Coordenador que deverá ter experiências em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos, e por oito especialistas setoriais com as respectivas comprovações:

3.20.1. Diploma em nível superior na área de atuação dos integrantes da equipe técnica;

3.20.2. O Coordenador deverá apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove sua experiência em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos.

3.20.2.1 O Coordenador deverá apresentar a Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato.

3.20.3. Cada integrante da Equipe Técnica deverá apresentar Certidão de registro de pessoa física emitida pelo conselho profissional da jurisdição do domicílio do profissional, com validade na data da apresentação da certidão, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

3.20.3.1. Serão dispensadas as certidões de registro de pessoa física dos profissionais integrantes da equipe técnica que constarem da certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante.

3.20.4. Declaração com as atribuições de cada profissional, contendo: nome completo, título profissional, nº do registro no conselho de classe correspondente, área de atuação e natureza da relação profissional com a empresa (sócio, empregado, subcontratado ou outra juridicamente válida).

3.20.5. Apresentar a declaração de cada um dos integrantes da Equipe Técnica de Nível Superior de que tem ciência do integral conteúdo do Edital e que aceita participar da Equipe Técnica do licitante como responsável técnico pelo trabalho para o qual foi indicado;

3.20.5.1. Esta declaração será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante.

3.20.6. Comprovar que os profissionais indicados para compor a Equipe Técnica integram o quadro permanente do licitante, através da apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

I. sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;

II. diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

III. empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;

IV. responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho de classe profissional da Sede ou Filial do licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;

V. profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e o licitante de acordo com a legislação civil comum

3.20.7 Cada profissional responsável técnico pela elaboração das peças técnicas deverá apresentar, juntamente com o produto realizado, anotação de responsabilidade técnica – ART, devidamente quitada, no caso de profissões submetidas e/ou regulamentadas por conselhos de classe.

3.21. Cumprir o cronograma físico, organograma da equipe e respectivo cronograma de alocação, aprovado pela equipe Comissão Especial de Avaliação da Proposta Técnica, durante a sessão de licitação;

3.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados objeto deste contrato, independentemente da fiscalização ou acompanhamento da **CONTRATANTE**;

3.23 Manter, durante toda a execução do contrato a perfeita compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

3.24. Responde a **CONTRATADA** por todos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não se admitindo, em qualquer hipótese, a transferência da responsabilidade para a **CONTRATANTE**, nem a oneração do objeto do contrato, ou qualquer restrição à regularização e uso do objeto do contrato, bem como pelos tributos Federais, Estaduais e Municipais, que porventura sejam devidos em função ou decorrência do presente contrato.

3.24.1. Para os efeitos do disposto no art. 31, da Lei nº. 8.212, de 24/07/91 obriga-se a **CONTRATADA** a apresentar mensalmente a prova de recolhimento e quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão e sujeição às sanções cabíveis.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a obtenção dos recursos de pessoal e material necessários aos trabalhos, objeto do presente contrato, ou de qualquer outra natureza decorrente do mesmo;

4.2. Todos os relatórios, desenhos e peças gráficas elaboradas pela **CONTRATADA**, em razão deste contrato ou dele decorrente, serão de propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**, não podendo ser divulgados ou reproduzidos sem prévia autorização deste, mencionando-se sempre a autoria dos mesmos;

4.3. Todos os serviços técnicos elaborados pela **CONTRATADA** e discriminados neste contrato deverão ser assinados por profissionais habilitados, conforme prescrição legal, assumindo total e exclusiva responsabilidade por sua exatidão.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EQUIPE TÉCNICA

5.1. A EQUIPE TÉCNICA deverá ser composta pelo Coordenador Geral e por 8 (Oito) Especialistas Setoriais, conforme descrito a seguir:

a) Coordenador Geral: Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação;

b) Especialista Setorial I e II – Profissionais de Engenharia (02 profissionais);

c) Especialista Setorial – Meio Ambiente: Profissional de nível superior em área afim;

d) Especialista Setorial – Socioeconômico: Profissional de nível superior em área afim;

e) Especialista Setorial – Planejamento Urbano: Profissional de nível superior em área afim;

f) Especialista Setorial – Jurídico: Advogado, devidamente inscrito na OAB;

g) Especialista Setorial – Analista de Sistemas: Profissional de nível superior em área afim;

h) Especialista Setorial – Comunicação e Mobilização Social: Profissional de nível superior em área afim.

5.2. A equipe técnica que se encarregará dos trabalhos, objeto do presente contrato, será aquela constante da proposta;

5.3. A substituição, pela **CONTRATADA**, de qualquer elemento da equipe técnica deverá ser comunicada, por escrito, para aprovação prévia da **CONTRATANTE**;

5.4. A **CONTRATANTE** poderá exigir, a qualquer tempo, substituição de qualquer pessoa que esteja participando dos trabalhos contratados, sem que necessite enumerar razões para tal.

5.5. A Equipe Técnica terá um Coordenador de Projeto designado expressamente pelo licitante, que será o elemento de ligação entre a Contratada e a SEMA/MT durante a execução do contrato e será o responsável pela integração dos trabalhos.

I. Um mesmo profissional poderá ser indicado para efetuar simultaneamente a coordenação e elaboração de produtos ou para elaborar mais de um produto.

II. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DIREÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Para a responsabilidade técnica dos serviços ora contratados, a **CONTRATADA** designou o(s) responsável (eis) indicado (s) às fls.____ dos Autos nº 252833/2015-SEMA/MT;

6.2. A mudança do responsável deverá ser comunicada por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e só poderá ser efetivada após a aprovação da **CONTRATANTE**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, comprovante de garantia, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93;

7.1.1. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.1.2. A devolução ou restituição da garantia contratual ficará condicionada à comprovação pela **CONTRATADA**, da inexistência de débitos trabalhistas e previdenciários em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

7.2. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

7.2.1. A autorização contida no item 7.2 é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.

7.3. Poderá a **CONTRATANTE** descontar da garantia importância a qualquer título devida pela **CONTRATADA**, obrigando-se esta a completá-la em 10 (dez) dias, e, em não o fazendo, os valores correspondentes serão descontados das faturas que tenha a receber;

7.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução do serviço objeto deste contrato deverá se iniciar em até **30 (trinta) dias** após o recebimento pela **CONTRATADA** da Ordem de Serviço, emitida pela COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-CGRS;

8.2. Todas as atividades necessárias para o bom andamento dos serviços objeto do presente contrato estão descritas no Termo de Referência nº. 072/2015 anexo ao presente Edital da Concorrência n.º 000/2018 (Anexo I) de autoria da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos da SEMA/MT em conjunto com a Unidade de Projetos e Programas Estratégicos da SEMA/MT.

8.3. Metodologia de acompanhamento

8.3.1. Os trabalhos objeto deste Termo e seus anexos serão acompanhados e supervisionados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através de Pareceres, de cada produto intermediário e final, emitidos pelos fiscais e devidamente validados pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS e pela Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS.

8.3.2. A fiscalização/acompanhamento dos serviços prestados pela **CONTRATADA** terá livre acesso aos locais de trabalho, sem prévio aviso e a qualquer momento para

exercer suas funções e obter informações julgadas necessárias ao acompanhamento dos trabalhos;

8.3.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização/supervisão não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução dos serviços;

8.3.4. Serão realizadas reuniões técnicas de supervisão / fiscalização devidamente programadas conforme proposta da Proponente. Previamente, será comunicado à Contratada todo o conteúdo da pauta de reunião. A Contratada poderá solicitar reunião técnica, devidamente justificada, sobre assunto que sugerir.

8.3.5. Os assuntos, as discussões e as decisões deverão ser registrados em ata elaborada pela **CONTRATADA**, entregue no máximo no quinto dia útil após a reunião. A qualquer tempo a **CONTRATANTE** poderá convocar reuniões que julgar necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

8.3.6. A **CONTRATADA** fará exposições relativas ao desenvolvimento dos trabalhos sempre que solicitada e apresentará propostas de alternativas julgadas pertinentes, acompanhadas dos respectivos requerimentos de orientações e ajustes de conteúdos, procedimentos e diretrizes específicas.

8.3.7. A supervisão/fiscalização comunicará formalmente à **CONTRATADA** as orientações necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

8.4. Critérios para controle dos serviços

8.4.1. Para o controle dos serviços a serem executados os produtos foram divididos em etapas (tabela I e II) e estas deverão gerar um relatório de andamento (RA) ao final de cada etapa.

8.4.2. O controle dos serviços será a entrega de relatório de andamento (RA) de cada etapa.

8.4.3. O andamento, a base de informações e os resultados dos trabalhos referentes a cada produto do plano deverão ser apresentados em forma de relatórios técnicos, a seguir discriminados:

- Relatórios de Andamento (RA) de cada etapa descrita abaixo, em encadernação simples (mola espiral) em 2 (duas) vias e em cópia em meio digital.
- Relatórios de Coleta de Dados, Temáticos e de Síntese, em encadernação de capa dura reforçada, em 02 (duas) vias em meio digital.
- Relatórios Finais (RTs), contendo os resultados, conclusões e recomendações referentes ao produto da respectiva etapa do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos, elaborado em sua versão final. Deverá ser apresentado em encadernação especial, reforçada, em 02 (duas) vias impressas e em meio digital.

Tabela I – Lote 01

Produto 01	PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO	
RT1	Relatório Técnico da oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre a legislação relativa a resíduos e suas implicações,	Valor da medição
Etapa 01	RA contendo o relatório da Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações	
Etapa 02	RA contendo o relatório da Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados	
Etapa 03	RA contendo o relatório da Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	
Etapa 04	RA contendo o relatório da Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	
PRODUTO 02	PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO	
RT2	Relatório Técnico de Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados	Valor da medição
Etapa 01	RA contendo o Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos	
Etapa 02	RA contendo a Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado	
Etapa 03	RA contendo as Atividades geradoras de resíduos sólidos	
Etapa 04	RA contendo a Situação dos Resíduos Sólidos	
Etapa 05	RA contendo as Áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs	
PRODUTO 03	ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS	
RT3	Relatório técnico de Apresentação das proposições e validação do plano de associação das regiões aglomerações urbanas dos resíduos sólidos	Valor da medição
Etapa 01	RA contendo as Áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos	
Etapa 02	RA contendo os Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos	
PRODUTO 04	ESTUDO DE PROSPECÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA	
RT4	Relatório Técnico da Divulgação do plano de ações propostas e validadas para gestão futura de resíduos sólidos.	Valor da medição
Etapa 01	RA contendo os Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência	
PRODUTO 05	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS	Valor da medição

RT5	RT5- Relatório Técnico da oficina de implementação e divulgação do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos .	
Etapa 01	RA contendo as Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso	
Etapa 02	RA contendo as Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos	
Etapa 03	RA contendo a Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos	
Etapa 04	RA contendo as Metas para a gestão de resíduos sólidos	
Etapa 05	RA contendo os Programas, projetos e ações	
Etapa 06	RA contendo os Investimentos necessários e fontes de financiamento	
Etapa 07	RA contendo as Sistemáticas de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PEGIRS	

8.4.4. Descrição do Projeto: Constante no Anexo I-D

8.4.5. Gerência das atividades (pela empresa contratada):

8.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste contrato e Edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA**, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

8.6. O serviço será recusado nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota Fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste contrato e Edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA**;
- d) Não cumprimento por parte da **CONTRATADA** quanto à apresentação dos relatórios exigidos pela **CONTRATANTE**.

8.7. Os serviços ora contratados serão considerados entregues definitivamente, somente após a sua conclusão total e desde que observadas às especificações do Termo de Referência constante do Edital e seus anexos.

8.7.1. O Recebimento Provisório ou Definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela exatidão dos mesmos, nem a ética profissional pela execução do contrato.

8.7.2. O Recebimento Provisório e Definitivo dos serviços será efetuado na forma do art. 73, da Lei nº. 8.666/93.

8.8. Qualquer falta cometida pela **CONTRATADA** somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito e não será considerada como inadimplência contratual, se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com o parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

8.8.1. Ocorrendo motivo de força maior, a **CONTRATADA** notificará, de imediato e por escrito, a Fiscalização da **SEMA/MT** que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se a **CONTRATANTE** fornecer outras instruções por escrito, a **CONTRATADA** continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior.

8.8.2. Entende-se como força maior ou caso fortuito, os fatos resultantes de eventos físicos ou imprevisíveis, ou fora de controle e que por ela não puderem ser evitados, como por exemplo: inundação, terremoto, furacão, guerras, etc.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Fonte	Região	Elemento e Subelemento de Despesas
4322	393	9900	3.3.90.35.00
4322	640	9900	3.3.90.35.00

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS E REAJUSTES

10.1. Os preços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da vigência do contrato, tendo por base, no 1º reajuste, a data da apresentação da proposta e nos demais, a data do último reajuste, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14/02/01, de acordo com o índice, publicado mensalmente, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE: Serviços gerais com predominância de Mão-de-Obra (MO).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

11.1. As medições serão por etapas conforme tabela constante no item 13.1;

11.2. A equipe de **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** atestará as medições no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após sua realização;

11.3. Após aprovada a medição, a **CONTRATADA** emitirá as faturas e as encaminhará à **CONTRATANTE**, juntamente com as xerocópias autenticadas das guias comprobatórias dos recolhimentos de quaisquer importâncias devidas ao INSS, ao FGTS e a título de ISS, em decorrência da execução dos serviços ora contratados,

referentes à última competência vencida, a fim de eximir a **CONTRATANTE** da co-responsabilidade por tais recolhimentos no futuro, tendo em vista a legislação vigente;

11.4. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

12.1. Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** poderão ser sustados pela **CONTRATANTE**, nos seguintes casos:

I - Imperfeição nos serviços a critério da **CONTRATANTE**;

II - Descumprimento, pela **CONTRATADA**, de obrigações com terceiros, que possam de qualquer forma, prejudicar a **CONTRATANTE**;

III - Não apresentação na primeira medição, da cópia autenticada da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do(s) responsável(eis) técnico(s) pela execução dos serviços ora contratados;

IV - Não apresentação dos comprovantes de quitação com as obrigações previdenciárias;

V - Inobservância de qualquer cláusula deste contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a validação pela Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS /Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS dos pareceres emitidos pelos fiscais referente a execução de cada etapa e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pela Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos – CPLRS/ Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMI, devendo, ainda, estar acompanhada dos documentos de regularidade exigidos legalmente, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

São as seguintes as condições de pagamentos e os prazos previstos para a entrega dos produtos:

13.1.1 - Lote 01

CRONOGRAMA FINANCEIRO
Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro

	Tempo de execução (mês)	Mês do desembolso financeiro	Valor Unit. Mensal (R\$)	Valor (R\$) (Soma-se o número de meses vezes o valor unitário).
Produto 01 - PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO				
Etapa 01 - Oficina destinada aos técnicos de órgãos estaduais sobre legislação relativa a resíduos e suas implicações	01 Mês	2º mês		
Etapa 02 - Oficina para Validação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado e do Estudo de Regionalização e levantamento de sugestões para solução dos problemas encontrados	05 Meses	7º mês		
Etapa 03 - Oficina para Apresentação da proposição e validação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	03 Meses	10º mês		
Etapa 04 - Oficina para Divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	04 meses	13º mês		
TOTAL PRODUTO 01				
PRODUTO 02 - Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado				
Etapa 01 - Diagnóstico da Gestão dos Resíduos Sólidos	02 meses	3º mês		
Etapa 02 - Caracterização Socioeconômica e Ambiental do Estado	02 meses	4º mês		
Etapa 03 - Atividades geradoras de resíduos sólidos	02 meses	5º mês		
Etapa 04 - Situação dos Resíduos Sólidos	02 meses	6º mês		
Etapa 05 - Áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs	02 meses	7º mês		
TOTAL PRODUTO 02				
PRODUTO 03 - ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ARRANJOS INTERMUNICIPAIS				
Etapa 01 - Áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos	02 meses	7º mês		
Etapa 02 - Critérios de Agregação de municípios para a identificação dos arranjos	02 Meses	8º mês		
TOTAL PRODUTO 03				
PRODUTO 04 - ESTUDO DE PROSPECÇÃO E ESCOLHA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA				
Etapa 01 - Estudos de Prospecção e Escolha do Cenário de Referência	03 meses	10º mês		

		TOTAL PRODUTO 04		
PRODUTO 05 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PERS				
Etapa 01 - Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso	02 meses	9º mês		
Etapa 02 - Proposição de normas e diretrizes para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos	02 meses	9º mês		
Etapa 03 - Proposição de medidas a serem aplicadas em áreas degradadas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos	02 meses	10º mês		
Etapa 04 -Metas para a gestão de resíduos sólidos	02 meses	11º mês		
Etapa 05 - Programas, projetos e ações	02 meses	12º mês		
Etapa 06 - Investimentos necessários e fontes de financiamento	02 meses	12º mês		
Etapa 07 - Sistemática de acompanhamento, controle e avaliação de implementação do PEGIRS	02 meses	13º mês		
		TOTAL PRODUTO 05		
		TOTAL GERAL		

13.2. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, bem como, o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue/serviço prestado, período de execução, dados da ordem de fornecimento, dados do convênio:

NOME DO CONVÊNIO	Nº DO CONTRATO DE REPASSE Nº DO CONVÊNIO
Plano Estadual de resíduos sólidos de Mato Grosso	0372171-80/2011/MMA/CAIXA 765440/2011

13.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

13.2.2. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à empresa **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.3. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **O ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C

esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-CGRS** da **CONTRATANTE**, para serem devidamente atestadas;

13.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar**:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, conforme legislação vigente, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

13.5. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

13.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

13.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

13.8. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará das responsabilidades vinculadas à prestação de serviços, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

13.9. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Emitir ORDEM DE SERVIÇO para início dos serviços, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

14.2. O serviço objeto deste termo deverá ser acompanhado pelos fiscais, pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos/CGRS e pela Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS da **CONTRATANTE**;

14.3. Receber os serviços contratados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no edital da **Concorrência Pública n.º 00/2018/SEMA** e seus anexos;

14.4. A **CONTRATADA** faturará os serviços prestados por etapa, após a validação do parecer emitido pelo fiscal do contrato;

14.5. Efetuar o pagamento até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato;

14.6. A **CONTRATANTE**, através do fiscal (is) do contrato, registrará em relatório as ocorrências e deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA**, bem como neste contrato;

14.6.1. Poderão ser estabelecidas, para fins de controle das etapas de execução do objeto, as respectivas atribuições de cada servidor indicado, dentro de sua competência.

14.7. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**;

14.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no edital da **Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA** e neste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. A execução dos serviços, objeto deste contrato, será acompanhada e fiscalizada pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais, da **Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos/CGRS** e da **Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços/SUIMIS**, com atribuições específicas;

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** na prestação dos serviços ora contratados não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

15.2. Será designado, pela **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização dos serviços, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados à contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15.3. A fiscalização dos serviços prestados pela **CONTRATADA** terá livre acesso aos locais de trabalho, sem prévio aviso e a qualquer momento para exercer suas funções e obter informações julgadas necessárias ao acompanhamento dos trabalhos.

15.4. Serão realizadas reuniões técnicas de supervisão / fiscalização devidamente programadas conforme proposta da **CONTRATANTE**. Previamente, será comunicado à

CONTRATADA todo o conteúdo da pauta de reunião. A **CONTRATADA** poderá solicitar reunião técnica, devidamente justificada, sobre assunto que sugerir. Os assuntos, as discussões e as decisões deverão ser registrados em ata elaborada pela **CONTRATADA**, entregue no máximo no quinto dia útil após a reunião. A qualquer tempo a **CONTRATANTE** poderá convocar reuniões que julgar necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

15.5. A **CONTRATADA** fará exposições relativas ao desenvolvimento dos trabalhos sempre que solicitada e apresentará propostas de alternativas julgadas pertinentes, acompanhadas dos respectivos requerimentos de orientações e ajustes de conteúdos, procedimentos e diretrizes específicas.

15.6. A fiscalização comunicará formalmente à **CONTRATADA** as orientações necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

15.7. As comunicações entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, ou vice-versa, serão sempre por escrito.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16.1. A vigência do presente contrato será de **14 (quatorze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato.

16.1.1 O presente contrato poderá ser prorrogado com relação ao prazo, caso necessário, apenas para fins de conclusão dos serviços pela **CONTRATADA**, conforme previsto no art. 57, §1º da lei 8.666/93.

16.2. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a execução dos serviços, deverá ser encaminhada a **CONTRATANTE**, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério da **CONTRATANTE** a sua aceitação.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA** assegurará a **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As penalidades por infração de qualquer cláusula do presente instrumento contratual, inclusive a rescisão, ficam reguladas quanto aos motivos, à forma e aos direitos da **CONTRATADA**, pelo disposto na Seção V do Capítulo III, e na Seção II do Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93;

18.2. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital da Concorrência Pública n.º 000/2018/SEMA, bem como, do presente termo contratual, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o *caput* e parágrafos do art. 86 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

18.2.1. Quanto ao **item 3.1** do contrato:

- a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

18.2.2. Quanto ao **item 3.2** do contrato:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

18.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

18.4. Se a **CONTRATADA** recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

18.4.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

18.4.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;

18.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.5. Caso a **CONTRATADA** deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

18.6. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não

sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o órgão proceder a cobrança judicial da multa;

18.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

18.7.1. O valor estabelecido para a multa de que trata este artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato;

18.7.2. A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do ajuste será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

18.8. Configurada a ocorrência de qualquer uma das hipóteses ensejadoras de aplicação de multa, previamente à sua imposição, efetuar-se-á a notificação do adjudicatário ou do contratado para, querendo, apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à data da sua notificação;

18.8.1. Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade pecuniária;

18.8.2. A decisão – acolhendo as razões da defesa ou determinando a aplicação de multa – deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial;

18.8.3. A decisão de aplicação de multa deverá estabelecer o seu valor, o prazo para seu pagamento, data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária, e será encaminhada ao adjudicatário ou ao contratado para ciência, facultada a apresentação de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua notificação pela imprensa oficial;

18.8.4. A decisão do recurso interposto será publicada no Diário Oficial e encaminhada ao recorrente para ciência.

18.9. Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contrato;

18.9.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a adjudicatária responderá por sua complementação através de descontos de pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

18.9.2. Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada, serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.

18.10. No caso de rescisão administrativa, a **CONTRATADA** reconhece, desde já, em favor da **CONTRATANTE**, os direitos previstos no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93, bem como, no que couber, o estabelecido no Decreto nº. 1.380, de 4 de abril de 1.973.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

19.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

20. CLÁUSULA VIGESIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

20.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

20.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

20.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

20.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

20.3.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.



E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, __ de ____ de 2018.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA/MT

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:
